

Demonstrações Contábeis

31 de março de 2021





DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
--	---

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇO PATRIMONIAL	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES	12
2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS	12
3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	13
4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS	23
6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES	26
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	27
8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	27
9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	28
10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD	30
11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	39
12. CARTEIRA DE CRÉDITO	40
13. OUTROS ATIVOS	47
14. INVESTIMENTOS	48
15. IMOBILIZADO DE USO	49
16. INTANGÍVEL E ÁGIO	50
17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	51
18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	52
19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	54
20. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL	54
21. OUTROS PASSIVOS	55
22. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	56
23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	58
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
25. TRIBUTOS	59
26. PARTES RELACIONADAS	62
27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	64
28. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	65
29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	68
30. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG	79
31. OUTRAS INFORMAÇÕES	79
32. EVENTOS SUBSEQUENTES	81



Relatório de revisão sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Votorantim S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Banco Votorantim S.A. ("Banco"), em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data bem como o balanço patrimonial consolidado Banco Votorantim S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 31 de março de 2021, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Votorantim S.A. e do Banco Votorantim S.A. e suas controladas em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 5 de maio de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	5.473.463	5.457.830	4.723.455	4.808.466
Disponibilidades		140.126	487.652	185.432	539.335
Aplicações interfinanceiras de liquidez		5.333.337	4.970.178	4.538.023	4.269.131
Ativos financeiros		103.456.808	98.648.528	106.830.329	101.582.819
Aplicações interfinanceiras de liquidez	8a	6.588.601	4.988.959	6.589.546	4.991.024
Títulos e valores mobiliários		32.460.235	32.657.421	34.062.254	34.198.210
Carteira de títulos e valores mobiliários	9a	33.419.133	33.595.049	35.021.152	35.135.838
(Provisões para redução ao valor recuperável)	9a	(958.898)	(937.628)	(958.898)	(937.628)
Instrumentos financeiros derivativos	10a	6.851.534	5.081.402	5.461.979	3.621.140
Relações interfinanceiras	11a	831.483	984.105	831.483	984.105
Carteira de crédito	12a	53.045.024	51.834.046	55.830.100	54.428.883
Operações de crédito		53.473.301	52.851.117	54.493.500	53.792.865
Outros créditos com características de concessão de crédito		4.188.295	3.601.821	6.243.817	5.577.846
Operações de arrendamento mercantil		-	-	66.062	73.353
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)		(4.616.572)	(4.618.892)	(4.973.279)	(5.015.181)
Outros ativos financeiros	13a	3.679.931	3.102.595	4.054.967	3.359.457
Ativos fiscais		6.739.498	7.110.133	7.684.493	8.035.798
Ativos tributários correntes	25a.1	296.385	303.609	348.179	358.504
Ativos fiscais diferidos	25a.2	6.443.113	6.806.524	7.336.314	7.677.294
Investimentos		3.559.694	3.477.873	6.096	19.457
Participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	3.559.506	3.477.686	5.909	19.270
Outros investimentos	14d	188	187	187	187
Imobilizado de uso	15	89.906	94.427	90.584	95.227
Outras imobilizações de uso		385.923	390.135	397.333	401.544
(Depreciação acumulada)		(296.017)	(295.708)	(306.749)	(306.317)
Intangível e ágio		438.195	397.652	478.074	462.960
Ativos intangíveis	16a	1.028.967	957.987	1.091.333	1.010.073
(Amortização acumulada)	16a	(386.022)	(355.585)	(398.680)	(366.651)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	16a	(204.750)	(204.750)	(214.579)	(214.579)
Ágio deduzido do valor recuperável	16d	-	-	-	34.117
Outros ativos	13a	949.457	1.033.211	1.146.692	1.272.410
TOTAL DO ATIVO		120.707.021	116.219.654	120.959.723	116.277.137

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Banco		Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Passivos financeiros		107.001.027	102.905.467	106.931.709	102.518.146
Depósitos	17a	26.078.840	26.344.211	25.233.815	25.510.391
Captações no mercado aberto	17c	20.316.000	15.639.154	19.674.441	15.028.829
Recursos de aceites e emissão de títulos	19	38.324.366	40.154.521	38.324.366	40.154.521
Relações interfinanceiras	11a	35.867	5.887	1.975.696	1.887.891
Obrigações por empréstimos e repasses	18a	3.707.301	3.745.402	3.707.301	3.745.402
Instrumentos financeiros derivativos	10a	5.516.996	4.629.350	4.645.375	3.605.657
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	20a	3.673.014	3.693.126	3.673.014	3.693.126
Outros passivos financeiros	21a	9.348.643	8.693.816	9.697.701	8.892.329
Passivos fiscais		333.308	472.397	426.519	605.913
Passivos tributários correntes	25b.1	247.309	136.295	337.341	259.497
Obrigações fiscais diferidas	25b.2	85.999	336.102	89.178	346.416
Provisões para contingências	28e	756.566	767.733	806.038	818.698
Outros passivos	21a	1.422.520	1.327.888	1.594.709	1.580.663
Patrimônio líquido		11.193.600	10.746.169	11.200.748	10.753.717
Capital social	24a	8.130.372	8.130.372	8.130.372	8.130.372
Reservas de capital	24b	372.120	372.120	372.120	372.120
Reservas de lucros		2.094.324	2.094.324	2.083.002	2.083.002
Outros resultados abrangentes	24f	242.246	149.353	260.117	168.223
Lucros acumulados		354.538	-	355.137	-
TOTAL DO PASSIVO		120.707.021	116.219.654	120.959.723	116.277.137

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		3.476.685	2.978.377	3.629.414	4.569.666
Operações de crédito	12b	1.921.436	290.332	2.067.381	2.236.428
Operações de arrendamento mercantil	12h	-	-	1.828	2.938
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	9c	249.019	1.282.668	335.223	1.129.887
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	10h	922.193	1.140.311	840.945	727.822
Resultado de operações de câmbio	13c	193.255	247.136	193.255	247.136
Resultado das aplicações compulsórias	11d	3.999	17.930	3.999	17.930
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12j.1	186.783	-	186.783	207.525
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.010.440)	(3.360.787)	(2.003.454)	(3.440.874)
Operações de captação no mercado	17d	(1.627.920)	(2.547.751)	(1.620.934)	(2.541.951)
Operações de empréstimos e repasses	18d	(313.465)	(813.036)	(313.465)	(813.036)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12j.1	(69.055)	-	(69.055)	(85.887)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.466.245	(382.410)	1.625.960	1.128.792
RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS		(417.038)	9.367	(498.356)	(813.856)
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	(392.293)	884	(469.844)	(820.855)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	12f.1	(3.475)	(287)	(7.242)	(1.771)
(Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	9d	(21.270)	8.770	(21.270)	8.770
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(494.283)	159.719	(481.835)	(403.284)
Receitas de prestação de serviços	22a	61.890	65.937	349.384	363.110
Rendas de tarifas bancárias	22b	180.581	817	212.610	219.953
Despesas de pessoal	22c	(218.620)	(26.628)	(268.891)	(213.964)
Outras despesas administrativas	22d	(290.650)	(60.953)	(356.440)	(355.633)
Despesas tributárias	25c	(93.187)	(11.445)	(128.683)	(135.699)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	89.327	189.917	(640)	(1.151)
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	28e.3	11.167	(376)	12.660	(32.957)
Outras receitas operacionais	22e	17.977	8.777	30.032	45.748
Outras despesas operacionais	22f	(252.768)	(6.327)	(331.867)	(292.691)
RESULTADO OPERACIONAL		554.924	(213.324)	645.769	(88.348)
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	23	5.231	(27.708)	(7.802)	7.436
Outras receitas		12.401	3.159	12.476	49.350
Outras despesas		(7.170)	(30.867)	(20.278)	(41.914)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		560.155	(241.032)	637.967	(80.912)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25d.1	(159.092)	458.412	(223.018)	371.668
PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS		(46.525)	(12.894)	(59.812)	(69.591)
LUCRO LÍQUIDO		354.538	204.486	355.137	221.165
RESULTADO POR AÇÃO	24d				
Lucro básico e diluído por lote de mil ações - R\$		9,50	5,48		
Quantidade média ponderada de ações (lote de mil)		37.330.271	37.330.271		

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Lucro líquido do período		354.538	204.486	355.137	221.165
Outros resultados abrangentes que são ou serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Variação no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	24f	(126.156)	(99.993)	(127.155)	(127.789)
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		(201.027)	(67.169)	(202.026)	(70.192)
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(27.939)	(110.239)	(27.939)	(135.012)
Efeito fiscal		102.810	77.415	102.810	77.415
Hedge de fluxo de caixa	24f	219.049	34.310	219.049	34.310
Ajuste ao valor justo contra o patrimônio líquido		403.162	62.579	403.162	62.579
Ajuste ao valor justo transferido para o resultado		(4.891)	(197)	(4.891)	(197)
Efeito fiscal		(179.222)	(28.072)	(179.222)	(28.072)
Total de outros resultados abrangentes no período		92.893	(65.683)	91.894	(93.479)
Resultado abrangente		447.431	138.803	447.031	127.686

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Banco Eventos	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado		Reserva legal	Outras reservas			
Saldos em 31.12.2019 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	205.527	1.174.175	(26.737)	-	9.855.457
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	24f	-	-	-	-	(65.683)	-	(65.683)
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	204.486	204.486
Saldos em 31.03.2020 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	205.527	1.174.175	(92.420)	204.486	9.994.260
Mutações do período		-	-	-	-	(65.683)	204.486	138.803
Saldos em 31.12.2020 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	257.043	1.837.281	149.353	-	10.746.169
Ajustes ao valor justo, líquidos de impostos	24f	-	-	-	-	92.893	-	92.893
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	354.538	354.538
Saldos em 31.03.2021 ⁽¹⁾		8.130.372	372.120	257.043	1.837.281	242.246	354.538	11.193.600
Mutações do período		-	-	-	-	92.893	354.538	447.431

⁽¹⁾ Não inclui efeitos de eliminação do resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas descritas na nota 24f.

O Lucro por ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco		Consolidado	
		01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado antes dos tributos e participações		560.155	(241.032)	637.967	(80.912)
Ajustes ao lucro antes dos tributos e participações		456.644	(330.752)	685.829	778.328
Provisão / (reversão de provisão) para perdas associadas a carteira de crédito	12f.1	553.662	49.141	640.992	954.195
Provisão / (reversão de provisão) para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários	9d	21.270	(8.770)	21.270	(8.770)
Outras provisões / (reversões de provisões) associadas ao risco de crédito	12f.1	3.475	287	7.242	1.771
Depreciações e amortizações	22d	32.287	5.397	38.797	32.280
Provisão / (reversão de provisão) para perdas de investimentos por incentivos fiscais	23	-	(2.485)	-	(5.93)
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	(89.327)	(189.917)	640	1.15
Variação cambial de investimentos no exterior	10h	(146.724)	(505.698)	(146.724)	(505.698)
Variação cambial de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	150.180	350.400	150.180	350.400
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens	23	(9.229)	(674)	(9.222)	3.219
Provisão / (reversão de provisão) para desvalorização de outros valores e bens	23	1.813	5.547	5.042	(34.988)
Despesas / (reversão de despesas) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	28e.3	(11.167)	376	(12.660)	32.957
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(41.345)	(39.345)	(41.345)	(39.345)
Despesa de juros de obrigações por dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	72.795	34.404	72.795	34.404
Receita de juros de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(93.225)	(29.366)	(93.225)	(37.267)
Outras receitas e despesas		11.835	-	51.703	-
Outros ajustes		344	(49)	344	(50)
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		1.016.799	(571.784)	1.323.796	697.416
Variações patrimoniais		(837.476)	10.917.070	(1.134.410)	4.348.901
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(1.599.642)	4.239.544	(1.598.522)	(2.082.050)
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(480.524)	(1.602.992)	(476.825)	(1.622.166)
(Aumento) / redução em relações interfinanceiras		182.602	1.656.589	240.427	1.514.384
(Aumento) / redução em operações de crédito e de arrendamento mercantil		(1.744.581)	(467.072)	(2.019.429)	(1.578.021)
(Aumento) / redução em outros ativos		(586.931)	(662.876)	(673.795)	(456.352)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		186.445	27.806	189.547	123.270
(Aumento) / redução em depósitos		(265.371)	3.974.809	(276.576)	3.962.459
(Redução) / aumento em captações no mercado aberto		4.676.846	673.942	4.645.612	1.205.307
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.830.155)	779.423	(1.830.155)	252.000
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(38.101)	2.015.748	(38.101)	2.015.748
(Redução) / aumento em outros passivos		743.302	333.367	800.152	1.227.749
(Redução) / aumento em passivos fiscais		(81.366)	(51.218)	(96.745)	(213.427)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(32.625)	(9.242)	(143.909)	(190.198)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		146.698	10.336.044	45.477	4.856.119
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento					
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(1.756.514)	(1.589.489)	(1.749.225)	(1.673.999)
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(590.634)	(882.584)	(590.634)	(1.167.280)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(4.807)	(7.201)	(4.807)	(7.294)
(Aquisição / ativação) de intangíveis		(70.936)	(34.647)	(81.215)	(41.523)
(Aquisição / aumento) de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		-	(707)	-	(42.114)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		1.905.355	1.387.645	1.913.503	1.799.041
Vencimento de títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		478.182	-	478.182	-
Alienação / redução de investimentos em participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto		154.231	593.453	149.650	518.159
Alienação / baixa de intangíveis		-	34.229	-	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		114.877	(499.301)	115.454	(615.010)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento					
Dividendos / juros sobre o capital próprio pagos	31e	(44.200)	-	(44.200)	-
Liquidação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	(371.902)	(3.098.038)	(371.902)	(3.098.038)
Captação de dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	122.065	-	122.065	-
Outras variações em dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	31e	6.750	5.253	6.750	5.253
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(287.287)	(3.092.785)	(287.287)	(3.092.785)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		(25.712)	6.743.958	(126.356)	1.148.324
Início do período		5.457.830	2.327.760	4.808.466	1.051.889
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		41.345	39.345	41.345	39.345
Fim do período	7	5.473.463	9.111.063	4.723.455	2.239.558
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(25.712)	6.743.958	(126.356)	1.148.324

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	Banco ⁽¹⁾				Consolidado			
		01.01 a 31.03.2021		01.01 a 31.03.2020		01.01 a 31.03.2021		01.01 a 31.03.2020	
Receitas		3.083.725		3.028.864		3.396.075		4.066.409	
Receitas de intermediação financeira		3.476.685		2.978.377		3.629.414		4.569.666	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	22a / 22b	242.471		66.754		561.994		583.063	
Resultado de provisão para perdas	9d / 12f.1	(417.038)		9.367		(498.356)		(813.856)	
(Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes	28e.3	11.167		(376)		12.660		(32.957)	
Outras receitas/(despesas)	22e / 22f / 23	(229.560)		(25.258)		(309.637)		(239.507)	
Despesas da intermediação financeira		(2.010.440)		(3.360.787)		(2.003.454)		(3.440.874)	
Insumos adquiridos de terceiros		(238.484)		(51.159)		(294.610)		(306.711)	
Materiais, água, energia e gás	22d	(1.177)		(535)		(1.366)		(2.389)	
Serviços de terceiros	22d	(2.333)		(700)		(3.122)		(2.551)	
Comunicações	22d	(7.300)		(397)		(11.551)		(14.214)	
Processamento de dados	22d	(44.769)		(17.407)		(65.808)		(70.562)	
Transportes	22d	(1.156)		(201)		(1.210)		(2.285)	
Serviços de vigilância e segurança	22d	(326)		(260)		(384)		(567)	
Serviços técnicos especializados	22d	(116.413)		(14.586)		(129.207)		(117.535)	
Serviços do sistema financeiro	22d	(21.790)		(6.197)		(24.165)		(26.312)	
Propaganda e publicidade	22d	(5.639)		(4.633)		(10.980)		(13.017)	
Emolumentos judiciais e cartorários	22d	(16.491)		(733)		(16.710)		(23.377)	
Outras	22d	(21.090)		(5.510)		(30.107)		(33.902)	
Valor adicionado bruto		834.801		(383.082)		1.098.011		318.824	
Despesas de amortização/depreciação	22d	(32.287)		(5.397)		(38.797)		(32.280)	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		802.514		(388.479)		1.059.214		286.544	
Valor adicionado recebido em transferência		89.327		189.917		(640)		(1.151)	
Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto	14a	89.327		189.917		(640)		(1.151)	
Valor adicionado a distribuir		891.841	100,00%	(198.562)	100,00%	1.058.574	100,00%	285.393	100,00%
Valor adicionado distribuído		891.841	100,00%	(198.562)	100,00%	1.058.574	100,00%	285.393	100,00%
Pessoal		220.416	24,71%	22.354	-11,26%	273.038	25,79%	230.769	80,86%
Salários, honorários e demandas trabalhistas ⁽²⁾	22c	124.209		(9.749)		153.650		97.723	
Participação nos lucros e resultados		46.525		12.894		59.812		69.591	
Benefícios, treinamentos e outros	22c	34.026		13.228		39.841		44.036	
FGTS		15.641		5.968		19.720		19.405	
Outros encargos		15		13		15		14	
Impostos, taxas e contribuições		297.008	33,30%	(429.799)	216,45%	407.366	38,48%	(183.183)	-64,18%
Federais		284.670		(433.148)		387.599		(205.555)	
Estaduais		103		19		103		20	
Municipais		12.235		3.330		19.664		22.352	
Remuneração de capitais de terceiros		19.879	2,23%	4.397	-2,21%	23.033	2,18%	16.642	5,83%
Aluguéis	22d	19.879		4.397		23.033		16.642	
Remuneração de capitais próprios		354.538	39,76%	204.486	-102,98%	355.137	33,55%	221.165	77,49%
Lucro retido		354.538		204.486		355.137		221.165	

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação no resultado subsequente de ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2020, inclui reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo, referentes a desembolsos, cuja realização não é mais esperada.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas**1. O CONGLOMERADO E SUAS OPERAÇÕES**

O Banco Votorantim S.A. (banco BV, Banco Votorantim, Banco, Instituição, Companhia, Conglomerado ou Consolidado) é uma companhia de capital fechado e sua matriz está localizada na Av. das Nações Unidas, nº 14.171, na cidade de São Paulo – SP, Brasil. O Banco opera na forma de banco múltiplo, desenvolve atividades bancárias em modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de investimento e de operações de câmbio.

Em dezembro de 2019, o Banco comunicou a mudança da marca Banco Votorantim para banco BV. A abreviação assume o apelido que já era utilizado por muitos de nossos clientes e parceiros. Com isso, o banco BV unifica suas logomarcas em uma só arquitetura, assume a assinatura “leve para a vida” e reforça seu posicionamento tanto no varejo, onde atua, principalmente, no ramo de financiamento de veículos quanto no atacado, onde atua em *corporate* e *wealth management*.

Por intermédio de suas controladas, o Conglomerado atua também em diversas outras modalidades, com destaque para as atividades de crédito ao consumidor, de arrendamento mercantil, de administração de fundos de investimento e de cartões de crédito, de corretagem e distribuição de títulos e valores mobiliários, de corretagem de seguros, prestação de serviços de promoção de vendas e/ou representação comercial, de participação em empreendimentos ou incorporações imobiliárias e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado estão descritas na nota explicativa 3.

Desde 2014, o banco BV ampliou seus investimentos em tecnologia e dados, consolidou sua cultura corporativa e diversificou seus negócios tornando-se um dos bancos mais conectados com o ecossistema de *fintechs* e *startups*. Dessa forma, a reestruturação da identidade visual foi o caminho natural para refletir a evolução em todos os segmentos que atua, criando sinergia e lógica entre as marcas e unidades de negócio da Companhia.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS**a) Banco BV S.A. (antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.)**

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da controlada BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. (BV Leasing) em banco múltiplo, mediante adição de carteira comercial. Este plano foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2020 e, em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para contemplar as atividades da carteira comercial.

b) Cisão parcial e posterior incorporação da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Conforme deliberação das Assembleias Gerais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“BV Financeira”) e do Banco Votorantim S.A., em 31 de julho de 2020, foi aprovada a cisão parcial da BV Financeira com versão da parcela cindida para o Banco Votorantim, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão celebrado entre ambas as sociedades. O acervo líquido incorporado no Banco Votorantim foi avaliado, em 30 de junho de 2020, data base da operação, no valor contábil de R\$ 226.607, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da cisão. A cisão justifica-se pela redistribuição das atividades da BV Financeira, no contexto de reorganização administrativa e operacional dos negócios de tal sociedade, de forma a permitir a sua realocação com maior eficiência e consequente redução dos custos operacionais e administrativos relacionados à manutenção de sua estrutura. O acervo líquido incorporado não implicou em aumento do capital social do Banco Votorantim e, consequentemente, em alteração de seu estatuto social. O Banco Central do Brasil homologou o movimento em 07 de outubro de 2020.

Por conta dessa incorporação do acervo patrimonial cindido da BV Financeira, o Banco Votorantim reconheceu no seu balanço, ainda em 31 de julho de 2020, os efeitos decorrentes de alterações de alíquotas de impostos e créditos tributários entre a BV Financeira e o Banco Votorantim, bem como efeitos de provisões prudenciais, que em conjunto, não geraram efeitos significativos no resultado e patrimônio líquido do Banco Votorantim.

Demonstramos a seguir o acervo patrimonial levantado na data-base 30 de junho de 2020 da BV Financeira que foi cindido e incorporado no Banco Votorantim em 31 de julho de 2020:

Ativos: R\$ 43.895.330

Passivos: R\$ 43.668.723

Patrimônio Líquido: R\$ 226.607

Demonstramos abaixo, os principais montantes da BV Financeira incorporados em 31 de julho de 2020 no balanço patrimonial do Banco Votorantim:

Ativo	31.07.2020	Passivo	31.07.2020
Títulos e valores mobiliários	1.090.846	Depósitos	34.986.406
Carteira de crédito	39.108.135	Provisões para contingências	730.644
Ativos fiscais	2.741.270	Outros passivos	8.066.646
Outros ativos	1.034.386		

Subsequentemente em 31 de agosto de 2020, por deliberação das Assembleias Gerais da BV Financeira e do Banco BV S.A. ("BV S.A.", nova denominação da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.), foi aprovada a incorporação da BV Financeira pelo Banco BV S.A. A incorporação justifica-se pela redistribuição das atividades, no contexto de reorganização administrativa e operacional dos negócios de tal sociedade, de forma a permitir a alocação de negócios digitais em um mesmo veículo legal, facilitando sua gestão e, ainda, permitindo maior eficiência e consequente redução dos custos operacionais e administrativos relacionados à manutenção da estrutura da BV Financeira, extinta em decorrência da incorporação. O Banco Central do Brasil homologou o movimento em 29 de outubro de 2020.

O acervo líquido incorporado no Banco BV S.A. foi avaliado, em 31 de julho de 2020, data base da operação, no valor contábil de R\$ 580.044, acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. Com a incorporação, o Banco BV S.A. teve seu Capital Social aumentado em R\$ 367.619, totalizando R\$ 1.300.131.

Por conta da incorporação do acervo patrimonial da BV Financeira, o Banco BV S.A. reconheceu no seu balanço, ainda em 31 de agosto de 2020, os efeitos decorrentes de alterações de alíquotas de impostos e créditos tributários entre a BV Financeira e o Banco BV S.A., bem como efeitos de provisões prudenciais, que em conjunto, não geraram efeitos significativos no resultado e patrimônio líquido do Banco BV S.A.

Demonstramos a seguir o acervo patrimonial levantado na data-base 31 de julho de 2020 da BV Financeira que foi incorporado pelo Banco BV S.A. em 31 de agosto de 2020:

Ativos: R\$ 2.528.948

Passivos: R\$ 1.948.904

Patrimônio Líquido: R\$ 580.044

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Contábeis consolidadas contemplam as operações realizadas por suas empresas financeiras e não financeiras que compõem o Conglomerado e foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Os principais julgamentos e estimativas contábeis aplicados sobre ativos e passivos estão descritos na nota explicativa 5.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e despesas, bem como os resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários. As participações de não controladores em fundos qualificados como entidades estruturadas foram reconhecidas como passivos financeiros. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento incluindo a superveniência e/ou insuficiência de depreciação para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente. O processo de consolidação não inclui os fundos de investimentos em participação com características de entidade de capital de risco. Os saldos contábeis da agência do banco BV no exterior foram convertidos para Reais, utilizando-se a cotação da moeda estrangeira na data do encerramento do período, e foram ajustados conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa 4. A variação cambial das operações no país foi distribuída nas linhas da Demonstração de Resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem. O resultado com variação cambial incidente sobre os investimentos no exterior, bem como os ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros designados à *hedge* estão apresentados no grupo de "Resultado de instrumentos financeiros derivativos", com o objetivo de anular o efeito da proteção para as oscilações cambiais e outras oscilações objeto de *hedge* desses investimentos e desses instrumentos financeiros.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Contábeis são:

Resolução CMN nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01.

Resolução CMN nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.

Resolução CMN nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).

Resolução CMN nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.

Resolução CMN nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1).

Resolução CMN nº 4.877/2020 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Resolução CMN nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46.

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2), Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1), Eventos subsequentes - CPC 24, e Resultado por ação - CPC 41.

O Conglomerado aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do valor adicionado (DVA).

Resoluções que incorporaram parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).

Resolução CMN nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).

Resolução CMN nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.

Resolução CMN nº 4.747/2019 - Ativo não circulante mantido para venda - CPC 31.

Resolução CMN nº 4.818/2020 - Demonstrações consolidadas - CPC 36 (R3).

Mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis

O Conglomerado, a partir das Demonstrações Contábeis de 31 de março de 2020, realizou mudanças na apresentação dessas demonstrações, atendendo aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.720/19 e Circular Bacen nº 3.959/2019, substituídas a partir de 01 de janeiro de 2021 pela Resolução CMN nº 4.818/20 e pela Resolução BCB nº 2/2020, respectivamente. As principais mudanças que destacamos (e que permanecem vigentes mesmo com a entrada em vigor das novas Resoluções mencionadas) são:

Balanco Patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros (incluindo a apresentação agrupada da carteira de crédito), passivos financeiros, ativos e passivos fiscais, provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes apresentado na linha "Resultado de provisão para perdas";

- Mudança da alocação do "Resultado de provisão para perdas" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira". A receita de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo passou a ser apresentada nessa linha;
- Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "(Provisão)/ reversão de provisão para passivos contingentes";
- Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como "Receitas e despesas não operacionais". Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas".

Notas explicativas

- Inclusão da nota explicativa 5 "Principais julgamentos e estimativas contábeis", onde é descrita a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes sobre elementos patrimoniais que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre estas Demonstrações Contábeis.
- Inclusão da nota explicativa 6 "Resultados recorrentes e não recorrentes", onde são apresentados de forma detalhada componentes do resultado (eventos não recorrentes) que não estão relacionados ou estão relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A dedução desses componentes do resultado contábil reportado é apresentado na referida nota como resultado recorrente.

Adicionalmente, a mencionada Resolução CMN nº 4.818/2020, que consolidou os critérios para elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central, incorporou parcialmente o pronunciamento CPC 36 (R3). Em consequência dessa adoção normativa, será requerido que as Demonstrações Contábeis consolidadas societárias de entidades registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, sejam divulgadas exclusivamente no padrão contábil internacional (IFRS), a partir de 1º de janeiro de 2022.

Outras Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, que incorporam parcialmente os pronunciamentos emitidos pelo CPC e são aplicáveis às Demonstrações Contábeis:

- Resolução nº 4.817/2019 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - CPC 18 (R2) - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022.

Normativos que dependem de regulamentação do Bacen que podem gerar impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis:

CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto:

É aplicado o método de custo ou equivalência patrimonial, conforme regras, para investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto. Este procedimento, estabelecido nas normas do Bacen, difere do CPC 18 que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente desta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação.

Investimentos não consolidados devido a não adoção do CPC 18	Atividade	% de participação
Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior	Fundo de investimento em participações	100,00%
Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior ⁽¹⁾	Fundo de investimento em participações	100,00%

⁽¹⁾ Fundo de investimento constituído em abril de 2020.

O reconhecimento de despesa de amortização de ágios cujo fundamento econômico seja baseado na expectativa de resultados futuros identificados nas aquisições, difere do disposto no CPC 18, que não permite amortização de ágios desta natureza, sendo esse ativo intangível somente sujeito a testes periódicos de redução ao valor recuperável.

CPC 48 - Instrumentos financeiros:

A classificação de ativos financeiros é efetuada de acordo com a intenção da entidade sobre esses ativos, diferente do disposto no CPC 48, em que há a introdução do conceito de avaliação do modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais.

Em relação à redução ao valor recuperável de ativos financeiros, o CPC 48 traz um novo modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, a ser mensurada dependendo da classificação dos ativos financeiros em três estágios de acordo com as alterações no risco de crédito, além de utilização de informações de caráter prospectivo (*forward looking*), como expectativas macroeconômicas, para refletir os impactos de eventos futuros na perda esperada.

No caso de descontinuidade de *hedge* de fluxo de caixa, o valor acumulado no patrimônio líquido é transferido imediatamente ao resultado do período, diferente do disposto no CPC 48, que prevê o diferimento deste item de acordo com o mesmo período de vencimento das operações que foram objeto de *hedge*. Para fins de *hedge accounting*, o IASB continua a trabalhar no projeto de contabilidade de macro hedge e, por este motivo, a norma correspondente ao tema (CPC 48) traz a opção expressa de manutenção dos mesmos requisitos apresentados pela norma antecessora, o CPC 38 - Instrumentos financeiros.

CPC 47 – Receita de contrato com cliente:

A remuneração a correspondentes no país referente à originação de operações de crédito é reconhecida como despesa na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações, conforme disposto na Circular Bacen nº 3.693/2013. Este procedimento difere do disposto no CPC 47, o qual estabelece que o reconhecimento dessa despesa seja feito de forma diferida pelo prazo da operação.

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 05 de maio de 2021.

Participações societárias em controladas incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas, segregadas por atividades:

	Atividade	31.03.2021	31.12.2020
		% de Participação	
Instituições financeiras – País			
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A.) ⁽¹⁾	Banco múltiplo	100,00%	100,00%
Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda. (Votorantim Asset DTVM)	Gestão de recursos de terceiros	100,00%	100,00%
Instituições do mercado segurador			
Votorantim Corretora de Seguros S.A (Votorantim Corretora Seguros)	Corretora	100,00%	100,00%
Instituições não financeiras			
Promotiva S.A. (Promotiva)	Prestação de serviços	100,00%	100,00%
BV Investimentos Altern. e Gestão de Recursos S.A. (BVIA)	Administração de ativos	100,00%	100,00%
BV Empreendimentos e Participações S.A. (BVEP)	Holding	100,00%	100,00%
Atenas SP 02 - Empreendimento Imobiliário (Atenas) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Fundos de investimento consolidados			
Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento (Expertise)	Fundo	100,00%	100,00%
Crédito Universitário III Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Universitário) ⁽²⁾⁽³⁾	Fundo	90,00%	90,00%
Controladas da BVIA			
Marques de Monte Santo Empreend. Imobiliário SPE Ltda. (Monte Santo)	SPE	100,00%	100,00%
Parque Valença Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (Parque Valença)	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da BVEP			
IRE República Empreendimento Imobiliário S.A. (IRE República) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Senador Dantas Empreendimento Imobiliário SPE S.A. (Senador Dantas) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Henri Dunant Empreend. Imobiliário S.A. (Henri Dunant) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Arena XI Incorporações SPE Ltda. (Arena XI) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
D'oro XVIII Incorporações Ltda. (D'oro XVIII) ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (Vila Parque) ⁽²⁾⁽⁴⁾	SPE	100,00%	100,00%
Controladas da Atenas			
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 1 ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%
Atenas Sp 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. – Lote 3 ⁽²⁾	SPE	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ Em 19 de agosto de 2020, foram aprovadas as alterações da denominação social da BV Leasing para Banco BV S.A., bem como de seu objeto social para banco múltiplo (Nota 2a).

⁽²⁾ Para efeito de consolidação, contempla defasagem de até 2 meses no respectivo balancete.

⁽³⁾ Fundo de investimento constituído em setembro de 2020.

⁽⁴⁾ Em fevereiro de 2020, a BVEP realizou uma transação de troca de ativos, cedendo SPEs classificadas como ativos não financeiros mantidos para venda e recebendo em troca o controle da SPE NS Emp. Imob. 23 SPE Ltda, posteriormente denominada BVEP Vila Parque Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo banco BV são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e de maneira uniforme em todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado. Nestas Demonstrações Contábeis, a moeda de apresentação também é o Real.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do Conglomerado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

As aplicações interfinanceiras de liquidez que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor justo em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor justo. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor justo foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor justo contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Seguindo diretrizes do Banco Central do Brasil, o Conglomerado adota a variação de cotas como ajuste a valor justo para fundos com as seguintes características:

- Fundos em que o saldo atualizado das cotas não esteja disponível para resgate (realização) no curto prazo, ou seja, em que ocorra o resgate das cotas somente na liquidação ou encerramento do fundo; e
- Fundos em que haja previsão de pagamento de dividendos (ou qualquer outra forma de distribuição de rendimentos), como forma de remuneração de seus cotistas no curso dos negócios do fundo.

As aplicações em cotas detidas pelo Conglomerado, de fundos de investimentos que apresentam essas características são de fundos de investimentos em participações (FIPs).

g) Instrumentos financeiros derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor justo contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: Os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: Na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor justo, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do patrimônio líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto de *hedge* que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

O banco BV realiza operações de *hedge* que incluem dispositivos de liquidação de direitos e obrigações contratuais atrelados ao risco de crédito próprio, de terceiros ou de partes relacionadas ao Banco que possam resultar, sob determinadas condições de ocorrência eventual, no vencimento antecipado do derivativo sem que qualquer valor seja devido ao Banco ou que o valor devido ao Banco possa ser liquidado com títulos de dívida de emissão do próprio banco BV, conforme previsão contratual.

h) Carteira de crédito - Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito, contemplando as operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Para as operações contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor superior a R\$ 50.000,00 é efetuada a avaliação por cliente das perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias ou em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução CMN nº 4.782/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização, válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020, não foi adotada pelo Conglomerado.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (nota explicativa 12e).

As operações de crédito, que são objeto de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor justo utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados em operações de crédito, considerando também a classificação e percentual de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, em contrapartida de resultado com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra entidade:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra entidade, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço do Conglomerado. As receitas e despesas decorrentes dessas operações são reconhecidas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente dessas operações; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma entidade, os ativos são baixados do Balanço do Conglomerado.

i) Outros ativos - Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, que não destinados ao próprio uso do Conglomerado, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento:

São reconhecidos na data do seu recebimento pela instituição e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução que lhe deu origem ou o valor justo do bem, líquido de despesas de vendas.

O Conglomerado avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Outras despesas".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Até 31 de dezembro de 2016 parte da remuneração referente à originação de operações de crédito e de arrendamento mercantil encaminhadas por correspondentes eram registradas no ativo e já foram totalmente amortizadas. As operações geradas desde 1º de janeiro de 2017 têm a remuneração reconhecida integralmente como despesa.

j) Investimentos

Os investimentos em controladas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada. As Demonstrações Contábeis da agência do Banco Votorantim no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme legislação vigente e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas sobre o valor depreciável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando existir): veículos – 20%, sistemas de processamento de dados – 20% e demais itens – 10% (nota explicativa 15). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

l) Intangíveis e ágio

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Conglomerado ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a *softwares* e licenças ou direitos de uso (nota explicativa 16a). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado e é incidente sobre o valor amortizável (correspondente ao custo de aquisição deduzido do valor residual, quando aplicável), a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras despesas administrativas – Amortização (nota explicativa 22d). A vida útil e o valor residual desses ativos, quando aplicável, são revisados anualmente ou quando há alterações significativas nas premissas utilizadas.

Os intangíveis incluem os ágios pagos na aquisição de investimentos, que correspondem ao valor que excede o valor patrimonial da investida, são amortizados com base na efetiva realização da expectativa de rentabilidade que fundamentou sua origem ou por outras formas de sua realização. Os saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou baixados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes.

Os ativos intangíveis também incluem os créditos de carbono que serão adquiridos com o propósito de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV. O CO₂ é um dos gases causadores do efeito estufa. O mecanismo de neutralização da emissão de CO₂ que será adotado pelo Conglomerado inclui a efetiva declaração de utilização (aposentadoria), no menor tempo possível, dos créditos de carbono adquiridos. Não há previsão de destinação desses créditos para outra finalidade que não seja a compensação, como por exemplo, a sua negociação no mercado. Por esse motivo, como não haverá exposição da instituição ao valor justo sobre os créditos adquiridos, estes serão reconhecidos pelo preço pago e formarão um estoque de toneladas de CO₂, controlados pelo custo médio que, uma vez aposentados, será consumido (amortizado) com base no volume mensal de CO₂ produzido pelos veículos financiados.

Independente do momento da aquisição e aposentadoria dos créditos de carbono, o compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição, seguindo disposições descritas na nota explicativa 4r.

m) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 – Resultado por ação. O lucro básico e diluído por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de suas ações. Não há distinção no método de cálculo de ambos os índices, uma vez que o Banco não mantém ações em tesouraria e não há atualmente instrumentos de patrimônio ou qualquer instrumento associado que produzam potencial diluição.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

O Conglomerado avalia o valor recuperável de ativos não financeiros em periodicidades diferentes, de acordo com sua natureza. Se houver alguma indicação de desvalorização, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras despesas administrativas ou Outras despesas operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:

Investimentos: A metodologia do valor recuperável dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, baseia-se na avaliação dos resultados das empresas investidas, seus planos de negócios e capacidade de retorno dos montantes investidos. É reconhecida uma provisão para perda por imparidade no resultado do período, quando o valor contábil de um investimento, incluindo ágio, exceder seu valor recuperável. Os testes de redução ao valor recuperável são realizados no mínimo anualmente.

Intangível: *Softwares* adquiridos, desenvolvidos internamente e licenças de uso - os *softwares* desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Conglomerado fazem parte da política de investimento para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares*, assim como das licenças de uso, consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* ou licença não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível. A Administração realiza testes de redução ao valor recuperável, no mínimo anualmente, para softwares em desenvolvimento e anualmente para softwares concluídos.

Bens não de uso próprio: Imóveis – provisão constituída com base em laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada.

Móveis – Para veículos a provisão para desvalorização é constituída mensalmente com base no prazo de permanência do BNDU (obsolescência do bem). Para os registros superiores a 720 dias é constituída provisão de 100% sobre o saldo contábil. Os inventários físicos são realizados anualmente nos pátios.

Máquinas e equipamentos – É constituída provisão para desvalorização com base no levantamento de laudos de avaliação anual realizada por consultoria especializada e a provisão total é constituída caso o bem esteja classificado em BNDU há mais de 720 dias.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Créditos de carbono: Como esses créditos adquiridos serão utilizados exclusivamente para cumprir o compromisso de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados pelo banco BV, ou seja a instituição não está exposta a variação de valor justo desse ativo no balanço, a eventual redução por longo período no valor justo desses créditos por condições de mercado não expõe a instituição a perdas por redução ao valor recuperável desse ativo.

o) Benefícios a empregados

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 4.877/2020. Em consonância com o regime de competência, o pronunciamento requer que a entidade reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

O Conglomerado possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de um a no máximo quatro anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na nota explicativa 27.

Os valores referentes a participação nos lucros e resultados (PLR), estabelecido pela Lei n.º 10.101/2000, são reconhecidos em "Outros passivos - Provisão para participação nos lucros e resultados" em contrapartida ao resultado, em "Participação nos lucros e resultados".

p) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e repasses e dívidas subordinadas

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado com base no regime de competência pelo prazo das operações originárias, e são apresentados como redutores do passivo correspondente.

As captações que são objeto de *hedge* de risco de mercado são avaliadas pelo seu valor justo, utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor justo dessas operações são registrados na mesma linha que abriga o instrumento financeiro, em contrapartida de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".

q) Tributos

Os tributos do Conglomerado, incluindo os incidentes sobre a receita, são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas vigentes
Tributos sobre o lucro	
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Banco Votorantim S.A. e Banco BV S.A. ⁽¹⁾	20%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Demais instituições financeiras e não financeiras	de 9% a 15%
Demais tributos	
PIS / PASEP ⁽²⁾	de 0,65% a 1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽²⁾	de 3% a 7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN ⁽³⁾	de 2% a 5%

⁽¹⁾ O art. 32 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, elevou a alíquota da CSLL dos bancos de qualquer espécie, de 15% para 20%, com vigência em 1º de março de 2020.

⁽²⁾ Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS / Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

⁽³⁾ Tributos incidentes sobre a receita com prestação de serviços.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. No caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos são reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020 e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

É reconhecido o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil da controlada Banco BV S.A (antiga BV Leasing S.A.).

r) Provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, passivos contingentes, obrigações legais e ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (nota explicativa 28).

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza trabalhista, fiscal e cível. Para os processos judiciais de natureza trabalhista, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de avaliações jurídicas e modelos estatísticos. Já para processos judiciais de natureza fiscal, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado). Para as causas cíveis consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, a apuração do volume de provisão é realizada por meio de modelo estatístico com base na perda observada no histórico de ações encerradas de mesmas características (método massificado).

Para as causas de natureza cível não usuais, ou cujo valor seja considerado relevante, o valor provável de perda é estimado através da avaliação de assessores jurídicos (método individualizado).

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

Compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV - O compromisso assumido pela Instituição de compensar a emissão de CO₂ pelos veículos financiados a partir de 2021 e de financiamentos anteriores a 2021 cujos clientes tenham optado por aderir ao programa de compensações, constitui obrigação presente da Instituição. A Instituição estima mensalmente a quantidade de emissões desses gases que é produzida pelos veículos e provisiona o correspondente custo de aquisição dos créditos que são necessários para compensar tal emissão. A provisão será revertida no momento em que é apurada e reconhecida a amortização destes créditos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

s) Garantias financeiras prestadas

As garantias financeiras prestadas, as quais requerem pagamentos definidos contratualmente, em decorrência do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, tais como aval, fiança, coobrigação, ou outra obrigação que represente garantia do cumprimento de obrigação financeira de terceiros, são reconhecidos em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para o controle.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As rendas de comissões sobre essas garantias prestadas, pertencentes ao período e não recebidas antecipadamente são contabilizadas mensalmente "Outros ativos financeiros - Outros créditos e rendas a receber", em contrapartida a "Receitas de prestação de serviços - Rendas de garantias prestadas".

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em "Comissões por intermediação de operações a pagar", do grupamento "Outros passivos financeiros", apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

Em linha aos requerimentos das Resoluções CMN nº 2.682/1999 e 4.512/2016, a constituição de provisão para perdas na prestação de garantias financeiras a clientes leva em conta:

- O setor de atuação, ambiente competitivo e regulatório, controle acionário e gestão, bem como solidez financeira, sendo estas variáveis capturadas por meio dos modelos de "rating" de forma qualitativa e quantitativa; e
- A probabilidade do insucesso dos processos judiciais ou administrativos, que levem à saída de recursos necessários para liquidar a obrigação nas garantias financeiras prestadas em contingências passivas de terceiros.

Com a aplicação da Resolução CMN nº 4.512/2016, as provisões para perdas nas garantias financeiras prestadas estão apresentadas em "Outros passivos" (nota explicativa 29.1.a1).

t) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de Demonstrações Contábeis consolidadas exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. A Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Conglomerado são detalhados abaixo:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito

Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

Maiores detalhes sobre os critérios utilizados na mensuração das perdas associadas ao risco de crédito são apresentados na nota explicativa 12.

b) Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

A Administração aplica julgamentos para identificação e provisionamento de operações que tenham perdas em seu valor recuperável e considera as seguintes situações, não se limitando a elas, como indicativos:

- (i) Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado;
- (ii) Quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital;
- (iii) Concessão de benefício ao emitente ou obrigado, por razões econômicas ou legais relacionadas com suas dificuldades financeiras, realizada pelo Banco ou suas empresas ligadas, que não seria considerada em condições normais;
- (iv) Processo de falência ou reorganização financeira pelo devedor torna-se provável;
- (v) Desaparecimento de mercado ativo para esse ativo financeiro devido a dificuldades financeiras; dentre outras.

A aplicação geral da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários está descrita na nota explicativa 9d.

c) Projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários

A realização de créditos tributários está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição, devidamente aprovadas pelos órgãos de governança. Referidas projeções estão embasadas no planejamento estratégico vigente, que considera premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico como inflação e taxa de juros, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros.

Este item é apontado especialmente por conta da representatividade dos saldos de créditos tributários ativados, pela utilização de estimativas de rentabilidade futura que incorrem em alto grau de julgamento e pelos impactos relevantes que mudanças de premissas podem trazer para as Demonstrações Contábeis.

O detalhamento sobre a projeção de resultados futuros para a realização de créditos tributários está apresentado na nota explicativa 25.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros estão descritas nas notas explicativas 4f e 4g.

e) Provisões para passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas

Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, o Conglomerado constitui provisão para as demandas de natureza fiscal, cível e trabalhista através de avaliações jurídicas e modelos estatísticos.

A avaliação de prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota explicativa 28.

f) Amortização e redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura

De acordo com as normas do Banco Central, o ágio contabilizado na investidora ou controladora, que tenha fundamento na previsão de resultados futuros da coligada ou controlada, deve ser amortizado em consonância com os prazos de projeções que o justificaram. Este tratamento também se aplica aos saldos correspondentes à mais valia apurados na aquisição de empreendimentos imobiliários, quando atribuídos ao estoque de imóveis concluídos ou terrenos, que são amortizados em função da realização (venda) dos ativos da investida que lhe deram origem, ou realizados em caso de redução ao valor recuperável dos ativos correspondentes. A estimativa dos prazos de geração de resultados futuros dos investimentos em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto para os quais tenha sido reconhecido ágio envolve julgamentos significativos por parte da Administração.

Adicionalmente, os ágios são testados periodicamente quanto ao seu valor recuperável, os quais também envolvem premissas e um grau considerável de julgamentos na estimativa dos fluxos de caixa futuros para descontá-los a valor presente.

g) Redução ao valor recuperável do custo de investimentos em participações de controladas, coligadas e controladas em conjunto, de ativos intangíveis e de outros ativos

O teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados.

A aplicação geral dos critérios de reconhecimento da provisão para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros está descrita na nota explicativa 4n.

h) Aplicação em fundos de investimentos em participação (FIPs)

As aplicações em cotas de fundos de investimento em participação qualificados como organização de capital de risco, independente de exercer influência significativa, são classificadas como títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo no patrimônio líquido.

A mensuração de valor justo desses ativos incorre em grau significativo de julgamento na adoção de premissas, conforme descrito na nota explicativa 4f.

i) Efeitos decorrentes da COVID-19 nas Demonstrações Contábeis e impactos no Conglomerado

A Administração acompanha diariamente a evolução das suas operações que inclui o monitoramento das posições de câmbio e juros, dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado de seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações.

Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, parceiros comerciais e fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e o estímulo ao uso dos canais digitais. Com relação às operações de crédito, o Conglomerado possibilitou aos seus clientes (observadas determinadas condições) a renegociação de contratos que inclui a postergação do prazo de pagamento de parcelas e a extensão do prazo total destas operações, viabilizando assim um menor impacto nos fluxos de caixa de seus clientes neste cenário de pandemia.

As renegociações de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro foram tratadas de forma diferenciada entre os segmentos operacionais. No Atacado, as análises de renegociações foram realizadas individualmente pela área de crédito e monitoradas pela área de Riscos. Essas análises foram baseadas nos impactos reais e estimados de cada empresa e seu respectivo setor. No Varejo, foram realizadas duas etapas de renegociações, sendo que primeira etapa (de março até maio/20) contemplou a postergação de 60 dias do prazo de pagamento de parcelas sem alteração da quantidade e do valor das parcelas. A segunda etapa (iniciada no final de maio/20), contempla opções de postergação de 30 ou 60 dias com juros, bem como de aumento do prazo do contrato reduzindo o valor da parcela mensal.

Adicionalmente, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central têm adotado medidas para minimizar os efeitos da crise sobre a economia e garantir a manutenção de níveis adequados de liquidez no sistema financeiro. Dentre elas, a flexibilização dos critérios de caracterização das reestruturações de operações de crédito para fins de gestão do risco de crédito e a concessão de empréstimos a instituições financeiras por meio de linha temporária especial de liquidez contribuem para amenizar os impactos decorrentes da pandemia.

Os principais efeitos e impactos decorrentes da COVID-19 sobre as Demonstrações Contábeis deste período estão descritos a seguir e, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

■ **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito**

Fazendo frente à elevação do risco de crédito diante da continuidade do cenário de pandemia, o processo de gestão desse risco foi redimensionado, contemplando os efeitos na qualidade creditícia, adequações nas políticas de concessão, estratégias de renegociações e revisões de *rating* e limites de crédito de clientes.

■ **Provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários**

O acompanhamento da carteira de títulos e valores mobiliários é realizado de forma tempestiva, com revisões dos balanços e *ratings* das contrapartes. Não houve impacto significativo em provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários em decorrência da pandemia.

■ **Projeção de resultados futuros para realização de créditos tributários**

Os estudos de expectativa de realização dos créditos tributários consideram atualização das estimativas de resultado futuro do Conglomerado com os reflexos da COVID-19. Concluímos que o consumo dos créditos tributários continuam previstos para realização dentro do prazo de 10 anos, conforme estabelecido pelas normas em vigor (Resolução CMN nº 4.842/ 2020).

■ **Redução ao valor recuperável de investimentos, ativos intangíveis e outros ativos**

Não foram observados impactos relevantes em decorrência da pandemia.

■ **Redução ao valor recuperável de ágio por expectativa de rentabilidade futura**

Não houve impacto relevante de não recuperabilidade dos ágios reconhecidos na contabilidade do Conglomerado por conta da COVID-19.

■ **Provisões e passivos contingentes – Fiscais, cíveis e trabalhistas**

Não verificamos impactos relevantes nas contingências.

■ **Gestão de capital**

A desvalorização do Real impactou negativamente os índices de capitalização, em decorrência dos seus impactos sobre crédito tributário de diferenças temporárias, oriundo do *hedge* do investimento no exterior. Contudo, os mesmos mantiveram-se em patamares substancialmente superiores aos mínimos exigidos pela regulação vigente e acima do apetite a risco estabelecido pelos acionistas. Neste contexto, ainda, a Administração deliberou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pela redução de USD 150.000 (R\$ 754.545) de capital investido na agência em Nassau, mitigando eventuais impactos futuros em cenário de agravamento da desvalorização da moeda nacional.

■ **Gestão de liquidez**

O Conglomerado foca na manutenção de patamares conservadores de caixa e de indicadores de liquidez estrutural, tendo os fortalecido mesmo no cenário atual impactado pela COVID-19. Um exemplo disso é o Indicador de liquidez de curto prazo (LCR) que aumentou de 226% em 31 de dezembro de 2020 para 230% em 31 de março de 2021, principalmente pelo incremento do caixa livre no período, em função de um maior volume de cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, captações através de Letras Financeiras com Garantia (LFG) e captações via clientes Corporate.

■ **Gestão de ativos e passivos**

O Conglomerado teve impacto reduzido na oscilação do valor econômico de suas posições, em decorrência principalmente de políticas de *hedge* de seus ativos, passivos e investimentos em moeda estrangeira.

6. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

Para classificação de resultados entre recorrentes e não recorrentes, o Banco BV considera como sendo recorrentes, os resultados obtidos com suas atividades regulares e habituais, tais como receitas e despesas relacionadas a operações ativas (aplicações) e passivas (captações), prestações de serviço e demais gastos relacionados à manutenção das atividades da Organização.

Os resultados não recorrentes englobam receitas e despesas provenientes de atos e fatos administrativos não usuais ou que possuam baixa probabilidade de ocorrência em exercícios consecutivos.

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Lucro líquido	354.538	204.486	355.137	221.165
(-) Eventos não recorrentes	(1.845)	-	(1.845)	-
Despesas relacionadas ao processo de abertura de capital do BV ⁽¹⁾	(1.845)	-	(1.845)	-
Lucro líquido recorrente	356.383	204.486	356.982	221.165

⁽¹⁾ Conforme Fato Relevante divulgado em 13 de abril de 2021, o processo de abertura de capital do BV foi cancelado em decorrência da conjuntura atual de mercado.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Disponibilidades	140.126	487.652	185.432	539.335
Disponibilidades em moeda nacional	625	1.215	43.663	50.800
Disponibilidades em moeda estrangeira	139.501	486.437	141.769	488.535
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	5.333.337	4.970.178	4.538.023	4.269.131
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	903.923	1.802.421	108.609	1.204.275
Aplicações em depósitos interfinanceiros	205.968	132.944	205.968	30.043
Aplicações em moedas estrangeiras	4.223.446	3.034.813	4.223.446	3.034.813
Total	5.473.463	5.457.830	4.723.455	4.808.466

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

8. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Aplicações no mercado aberto	6.513.414	4.400.118	6.514.359	4.402.183
Revendas a liquidar - Posição bancada	906.336	1.323.038	907.281	1.325.103
Letras do Tesouro Nacional	340.895	1.901	341.840	3.966
Notas do Tesouro Nacional	-	914.364	-	914.364
Títulos da Dívida Externa Brasileira	565.441	406.773	565.441	406.773
Revendas a liquidar - Posição financiada	1.604.627	591.292	1.604.627	591.292
Letras do Tesouro Nacional	342.006	444.983	342.006	444.983
Notas do Tesouro Nacional	1.262.621	146.309	1.262.621	146.309
Revendas a liquidar - Posição vendida	4.002.451	2.485.788	4.002.451	2.485.788
Letras do Tesouro Nacional	3.147.445	1.708.440	3.147.445	1.708.440
Notas do Tesouro Nacional	855.006	777.348	855.006	777.348
Aplicações em depósitos interfinanceiros	75.187	588.841	75.187	588.841
Total	6.588.601	4.988.959	6.589.546	4.991.024
Ativo circulante	6.023.160	4.455.302	6.024.105	4.457.367
Ativo não circulante	565.441	533.657	565.441	533.657

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Rendas de aplicações no mercado aberto	46.912	43.725	43.221	37.575
Posição bancada	23.818	20.310	20.127	14.160
Posição financiada	8.934	15.480	8.934	15.480
Posição vendida	14.160	7.935	14.160	7.935
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros ⁽²⁾	45.339	711.188	45.327	209.775
Total ⁽³⁾	92.251	754.913	88.548	247.350

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos ativos correspondentes.

⁽³⁾ Os valores compõem o saldo de Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 9c).



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Banco	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor justo					Total			Total		
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	75.200	75.601	4.123.952	1.000.125	5.367.522	5.274.878	(92.644)	5.059.375	5.130.668	71.293
Títulos públicos	-	75.200	75.601	4.123.928	984.842	5.352.235	5.259.571	(92.664)	5.004.781	5.074.377	69.596
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	30.853	-	-	30.853	30.853	-	54	54	-
Letras do Tesouro Nacional	-	41.053	44.748	2.540.867	-	2.633.833	2.626.668	(7.165)	1.257.504	1.273.047	15.543
Notas do Tesouro Nacional	-	34.147	-	1.583.061	984.842	2.687.549	2.602.050	(85.499)	3.747.223	3.801.276	54.053
Títulos privados	-	-	-	24	15.283	15.287	15.307	20	54.594	56.291	1.697
Eurobonds	-	-	-	24	-	24	24	-	75	75	-
Debêntures	-	-	-	-	15.283	15.263	15.283	20	54.519	56.216	1.697
2 – Títulos disponíveis para venda	20.038	694.639	2.323.846	10.850.585	3.950.863	17.631.768	17.839.971	208.203	17.819.238	18.239.143	419.905
Títulos públicos	-	144.982	1.553.615	8.516.707	2.981.626	13.211.854	13.196.930	(14.924)	13.786.789	13.958.730	171.941
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.505.286	4.178.633	2.328.643	8.035.862	8.012.562	(23.300)	8.853.666	8.826.315	(27.351)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.329	2.261.709	-	2.342.600	2.310.038	(32.562)	1.407.912	1.451.535	43.623
Notas do Tesouro Nacional	-	144.982	-	267.702	652.983	1.093.370	1.065.667	(27.703)	946.457	983.454	36.997
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.808.663	-	1.740.022	1.808.663	68.641	2.578.754	2.697.426	118.672
Títulos privados	20.038	549.657	770.231	2.333.878	969.237	4.419.914	4.643.041	223.127	4.032.449	4.280.413	247.964
Debêntures ⁽¹⁾	-	181.745	399.900	1.475.268	292.043	2.391.749	2.348.956	(42.793)	2.185.843	2.160.150	(25.693)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	296.144	45.649	83.149	-	424.576	424.942	366	419.088	417.544	(1.544)
Ações ⁽³⁾	19.735	-	-	-	-	8.641	19.735	11.094	8.502	14.754	6.252
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	303	-	20.066	80.403	666.347	522.277	767.119	244.842	513.510	775.559	262.049
Cédulas de Produto Rural - Commodities ⁽⁵⁾	-	49.906	58.215	433.104	-	529.272	541.225	11.953	561.791	571.880	10.089
Letras Financeiras	-	21.862	-	-	-	22.102	21.862	(240)	21.889	21.674	(215)
Floating Rate Notes	-	-	138.263	157.318	-	294.893	295.581	688	85.621	85.851	230
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	-	76.045	60.348	10.847	149.305	147.240	(2.065)	153.506	150.705	(2.801)
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	32.093	44.288	-	77.099	76.381	(718)	82.699	82.296	(403)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	1.227.558	6.327.659	1.609.868	9.345.386	9.165.085	(180.301)	9.287.610	9.598.667	311.057
Títulos públicos	-	-	1.227.558	6.327.659	1.609.868	9.345.386	9.165.085	(180.301)	9.287.610	9.598.667	311.057
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.227.558	3.239.448	-	4.570.533	4.467.006	(103.527)	4.225.904	4.279.580	53.676
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.088.211	1.609.868	4.774.853	4.698.079	(76.774)	5.061.706	5.319.087	257.381
Total (1 + 2 + 3)	20.038	769.839	3.627.005	21.302.196	6.560.856	32.344.676	32.279.934	(64.742)	32.166.223	32.968.478	802.255



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	31.03.2021								31.12.2020		
	Valor justo					Total			Total		
	Vencimento em dias	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 até 360 dias	De 1 a 5 anos	Após 5 anos	Valor de custo	Valor justo	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor justo
1 – Títulos para negociação	-	75.200	84.569	5.338.069	1.003.735	6.509.785	6.501.573	(8.212)	6.095.504	6.279.697	184.193
Títulos públicos	-	75.200	84.569	5.328.869	988.452	6.485.322	6.477.090	(8.232)	6.031.998	6.214.495	182.497
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	39.821	84.520	3.610	128.342	127.951	(391)	104.459	103.998	(461)
Letras do Tesouro Nacional	-	41.053	44.748	2.540.867	-	2.633.833	2.626.668	(7.165)	1.257.504	1.273.047	15.543
Notas do Tesouro Nacional	-	34.147	-	2.703.482	984.842	3.723.147	3.722.471	(676)	4.670.035	4.837.450	167.415
Títulos privados	-	-	-	9.200	15.283	24.463	24.483	20	63.506	65.202	1.696
Eurobonds	-	-	-	-	24	-	24	-	75	75	-
Debêntures	-	-	-	9.176	15.283	24.439	24.459	20	63.431	65.127	1.696
2 – Títulos disponíveis para venda	20.119	694.639	2.369.864	11.250.319	3.880.354	17.986.084	18.215.295	229.211	18.175.494	18.630.903	455.409
Títulos públicos	-	144.982	1.599.633	8.927.737	2.981.626	13.657.431	13.653.978	(3.453)	14.232.517	14.440.467	207.950
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.551.304	4.323.206	2.328.643	8.227.142	8.203.153	(23.989)	9.038.819	9.010.963	(27.856)
Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.329	2.261.709	-	2.342.600	2.310.038	(32.562)	1.407.912	1.451.535	43.623
Notas do Tesouro Nacional	-	144.982	-	534.159	652.983	1.347.667	1.332.124	(15.543)	1.207.032	1.280.543	73.511
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	-	1.808.663	-	1.740.022	1.808.663	68.641	2.578.754	2.697.426	118.672
Títulos privados	20.119	549.657	770.231	2.322.582	898.728	4.328.653	4.561.317	232.664	3.942.977	4.190.436	247.459
Debêntures ⁽¹⁾	-	181.745	399.900	1.475.268	292.043	2.391.749	2.348.956	(42.793)	2.185.843	2.160.150	(25.693)
Notas Promissórias ⁽²⁾	-	296.144	45.649	83.149	-	424.576	424.942	366	419.088	417.544	(1.544)
Ações ⁽³⁾	19.735	-	-	-	-	8.641	19.735	11.094	8.502	14.754	6.252
Cotas de fundos de investimentos ⁽⁴⁾	384	-	20.066	69.107	595.838	431.016	685.395	254.379	424.038	685.582	261.544
Cédulas de Produto Rural - Commodities ⁽⁵⁾	-	49.906	58.215	433.104	-	529.272	541.225	11.953	561.791	571.880	10.089
Letras Financeiras	-	21.862	-	-	-	22.102	21.862	(240)	21.889	21.674	(215)
Floating Rate Notes	-	-	138.263	157.318	-	294.893	295.581	688	85.621	85.851	230
Certificado de Recebíveis Imobiliários ⁽⁶⁾	-	-	76.045	60.348	10.847	149.305	147.240	(2.065)	153.506	150.705	(2.801)
Certificado de Recebíveis Agronegócio	-	-	32.093	44.288	-	77.099	76.381	(718)	82.699	82.296	(403)
3 – Títulos mantidos até o vencimento	-	-	1.227.558	6.327.659	1.609.868	9.345.386	9.165.085	(180.301)	9.287.610	9.598.667	311.057
Títulos públicos	-	-	1.227.558	6.327.659	1.609.868	9.345.386	9.165.085	(180.301)	9.287.610	9.598.667	311.057
Letras do Tesouro Nacional	-	-	1.227.558	3.239.448	-	4.570.533	4.467.006	(103.527)	4.225.904	4.279.580	53.676
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	3.088.211	1.609.868	4.774.853	4.698.079	(76.774)	5.061.706	5.319.087	257.381
Total (1 + 2 + 3)	20.119	769.839	3.681.991	22.916.047	6.493.957	33.841.255	33.881.953	40.698	33.558.608	34.509.267	950.659

O valor justo contempla o ajuste prudencial de *spread* de crédito, atendendo ao disposto no artigo 8º da Resolução CMN nº 4.277/2013.

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" são contabilizados nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações são apresentadas ao valor justo.

⁽¹⁾ O valor de custo das Debêntures inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 783.123 (R\$ 771.535 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽²⁾ Inclui Notas promissórias conversíveis em ações.

⁽³⁾ O valor de custo das Ações inclui provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 79.084 (R\$ 76.743 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. O valor justo das ações representa a cotação divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

⁽⁴⁾ O valor de custo das Cotas de fundos de investimentos considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 70.590 (R\$ 62.463 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários. Inclui efeito de ajuste a valor justo de fundos de participações (FIP) que não são consolidados.

⁽⁵⁾ O valor de custo das Cédulas de Produto Rural considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 25.314 (R\$ 26.005 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

⁽⁶⁾ O valor de custo dos Certificados de Recebíveis Imobiliários considera também a provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 787 (R\$ 882 em 31 de dezembro de 2020) em contrapartida de (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

b) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.03.2021		31.12.2020	
Banco				
1 – Título para negociação	5.274.878	16%	5.130.668	16%
2 – Títulos disponíveis para venda	17.839.971	55%	18.239.143	56%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	9.345.386	29%	9.287.610	28%
Valor contábil da carteira	32.460.235	100%	32.657.421	100%
Marcação a mercado da categoria três	(180.301)		311.057	
Valor justo da carteira	32.279.934		32.968.478	
Consolidado				
1 – Título para negociação	6.501.573	19%	6.279.697	18%
2 – Títulos disponíveis para venda	18.215.295	54%	18.630.903	54%
3 – Títulos mantidos até o vencimento	9.345.386	27%	9.287.610	28%
Valor contábil da carteira	34.062.254	100%	34.198.210	100%
Marcação a mercado da categoria três	(180.301)		311.057	
Valor justo da carteira	33.881.953		34.509.267	

Atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil, o banco BV declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” no montante de R\$ 9.345.386 no Banco e Consolidado (R\$ 9.287.610 no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020), representando 29% do total de títulos e valores mobiliários no Banco e 27% no Consolidado (28% no Banco e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020).

c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 8b)	92.251	754.913	88.548	247.350
Títulos de renda fixa	100.203	435.872	192.108	782.155
Títulos no exterior ⁽²⁾	39.940	91.808	39.940	101.571
Títulos de renda variável	1.638	(6.941)	1.638	(9.387)
Aplicações em fundos de investimentos ⁽²⁾	14.909	6.073	12.911	7.255
Outros	78	943	78	943
Total	249.019	1.282.668	335.223	1.129.887

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui variação cambial sobre títulos e valores mobiliários.

d) (Provisão) / reversão de provisão para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Ações	(2.341)	7.970
Certificados de Recebíveis Imobiliários	95	-
Debêntures	(11.588)	(201)
Cotas de fundos de investimento	(8.127)	24
Cédulas de Produto Rural	691	977
Total	(21.270)	8.770

e) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - IFD

O Conglomerado se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas na Companhia. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pela Administração.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Conglomerado como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Conglomerado como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

O Conglomerado conta com ferramentas e sistemas para o gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco. A avaliação do risco das controladas é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Conglomerado utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e de análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos instrumentos financeiros derivativos, decorrentes dos negócios da Companhia e de suas controladas são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: (a) Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de títulos ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados; (b) Desvalorização, redução de rendimentos e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; (c) Reestruturação de instrumentos financeiros; ou (d) Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação financeira diária. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Conglomerado nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de riscos, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

O risco de liquidez é definido pela:

- Possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a) Composição da carteira de derivativos por indexador

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020			31.03.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Contratos de futuros												
Compromissos de compra	22.706.231	-	-	19.974.135	-	-	22.706.231	-	-	19.974.135	-	-
DI	14.191.079	-	-	9.379.921	-	-	14.191.079	-	-	9.379.921	-	-
Moedas	217.686	-	-	2.497.406	-	-	217.686	-	-	2.497.406	-	-
Índice	187.846	-	-	536.903	-	-	187.846	-	-	536.903	-	-
Libor ⁽¹⁾	1.382	-	-	-	-	-	1.382	-	-	-	-	-
Cupom cambial	8.108.238	-	-	7.559.905	-	-	8.108.238	-	-	7.559.905	-	-
Compromissos de venda	61.346.104	-	-	76.712.516	-	-	61.346.104	-	-	76.712.516	-	-
DI	48.994.967	-	-	48.548.485	-	-	48.994.967	-	-	48.548.485	-	-
Moedas	4.890.886	-	-	7.350.599	-	-	4.890.886	-	-	7.350.599	-	-
Índice	59.879	-	-	110.077	-	-	59.879	-	-	110.077	-	-
Libor ⁽¹⁾	377.076	-	-	13.903.508	-	-	377.076	-	-	13.903.508	-	-
Cupom cambial	6.530.436	-	-	6.799.847	-	-	6.530.436	-	-	6.799.847	-	-
Outros	492.860	-	-	-	-	-	492.860	-	-	-	-	-
2 - Operações a termo												
Posição ativa	1.448.139	1.448.139	1.448.794	251.738	251.738	253.956	1.448.139	1.448.139	1.448.794	251.738	251.738	253.956
Termo de moeda	268.368	268.368	269.210	251.738	251.738	253.956	268.368	268.368	269.210	251.738	251.738	253.956
Termo de títulos públicos	1.179.771	1.179.771	1.179.584	-	-	-	1.179.771	1.179.771	1.179.584	-	-	-
Posição passiva	1.448.139	(1.448.139)	(1.443.659)	251.738	(251.738)	(257.123)	1.448.139	(1.448.139)	(1.443.659)	251.738	(251.738)	(257.123)
Termo de moeda	268.368	(268.368)	(265.193)	251.738	(251.738)	(257.123)	268.368	(268.368)	(265.193)	251.738	(251.738)	(257.123)
Termo de títulos públicos	1.179.771	(1.179.771)	(1.178.466)	-	-	-	1.179.771	(1.179.771)	(1.178.466)	-	-	-
3 - Contratos de opções ⁽²⁾												
De compra – Posição comprada	6.182.814	560.314	1.178.666	5.173.755	538.071	751.614	6.182.814	560.314	1.178.666	5.173.755	538.071	751.614
Moeda estrangeira	3.272.500	448.468	1.006.723	3.206.500	447.608	682.219	3.272.500	448.468	1.006.723	3.206.500	447.608	682.219
Opções Flexíveis	2.730.768	111.341	170.168	1.961.049	90.193	68.249	2.730.768	111.341	170.168	1.961.049	90.193	68.249
Índice governo estrangeiro	173.340	235	35	-	-	-	173.340	235	35	-	-	-
Outros	6.206	270	1.740	6.206	270	1.146	6.206	270	1.740	6.206	270	1.146
De venda – Posição comprada	9.388.605	376.580	87.525	22.795.131	471.136	294.538	5.457.630	154.411	8.390	17.466.875	138.073	167.263
Moeda estrangeira	5.418.500	153.179	7.318	4.385.375	136.591	11.411	5.418.500	153.179	7.318	4.385.375	136.591	11.411
Índice DI	-	-	-	13.081.500	1.482	155.852	-	-	-	13.081.500	1.482	155.852
Opções Flexíveis	3.930.975	222.169	79.135	5.328.256	333.063	127.275	-	-	-	-	-	-
Ações	11.000	459	270	-	-	-	11.000	459	270	-	-	-
Índice governo estrangeiro	28.130	773	802	-	-	-	28.130	773	802	-	-	-
De compra – Posição vendida	8.241.626	(544.794)	(1.976.585)	8.798.225	(640.589)	(1.754.880)	4.310.651	(324.213)	(1.140.114)	3.469.969	(310.066)	(770.836)
Moeda estrangeira	4.290.125	(322.150)	(1.131.998)	3.448.500	(307.951)	(764.421)	4.290.125	(322.150)	(1.131.998)	3.448.500	(307.951)	(764.421)
Opções Flexíveis	3.945.751	(222.174)	(842.419)	5.343.975	(332.168)	(988.927)	14.776	(1.593)	(5.948)	15.719	(1.645)	(4.883)
Outros	5.750	(470)	(2.168)	5.750	(470)	(1.532)	5.750	(470)	(2.168)	5.750	(470)	(1.532)



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Por indexador	Banco						Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020			31.03.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
De venda – Posição vendida	7.598.595	(257.414)	(38.344)	19.328.515	(233.174)	(271.455)	7.598.595	(257.414)	(38.344)	19.328.515	(233.174)	(271.455)
Moeda estrangeira	4.957.500	(145.057)	(2.730)	4.356.250	(142.291)	(14.216)	4.957.500	(145.057)	(2.730)	4.356.250	(142.291)	(14.216)
Índice DI	-	-	-	13.077.000	(690)	(151.352)	-	-	-	13.077.000	(690)	(151.352)
Opções Flexíveis	2.588.620	(111.341)	(34.789)	1.895.265	(90.193)	(105.887)	2.588.620	(111.341)	(34.789)	1.895.265	(90.193)	(105.887)
Ações	20.000	(418)	(202)	-	-	-	20.000	(418)	(202)	-	-	-
Índice governo estrangeiro	32.475	(598)	(623)	-	-	-	32.475	(598)	(623)	-	-	-
4 - Contratos de swaps ^{(2) (3)}												
Posição ativa	14.830.314	3.068.549	3.082.296	9.149.353	2.612.290	2.665.608	14.321.348	2.588.204	2.538.576	8.640.387	2.250.138	2.207.636
DI	6.563.339	19.182	173.648	804.749	19.363	35.441	6.563.339	19.182	173.648	804.749	19.363	35.441
Moeda estrangeira	5.823.230	2.643.221	2.410.516	3.320.305	2.180.936	1.964.087	5.314.264	2.162.876	1.866.796	2.811.339	1.818.784	1.506.115
Pré-fixado	2.159.920	344.342	430.035	4.740.474	368.409	607.158	2.159.920	344.342	430.035	4.740.474	368.409	607.158
IPCA	205.825	30.253	39.474	205.825	22.225	38.626	205.825	30.253	39.474	205.825	22.225	38.626
IGP-M	78.000	29.011	28.623	78.000	21.357	20.296	78.000	29.011	28.623	78.000	21.357	20.296
Selic	-	2.540	-	-	-	-	-	2.540	-	-	-	-
Posição passiva	10.025.621	(2.120.656)	(1.970.741)	7.104.657	(2.032.028)	(2.269.132)	9.994.832	(2.097.800)	(1.944.954)	7.073.868	(2.015.230)	(2.247.730)
DI	1.615.161	(9.621)	(60.572)	212.627	(2.327)	(1.056)	1.615.161	(9.621)	(60.572)	212.627	(2.327)	(1.056)
Moeda estrangeira	3.154.168	(1.556.786)	(1.085.793)	2.112.328	(1.209.442)	(909.252)	3.123.379	(1.533.930)	(1.060.006)	2.081.539	(1.192.644)	(887.850)
Pré-fixado	3.924.499	(418.478)	(719.625)	4.079.799	(692.766)	(1.254.967)	3.924.499	(418.478)	(719.625)	4.079.799	(692.766)	(1.254.967)
IPCA	164.004	(33.821)	(45.999)	352.838	(44.760)	(54.603)	164.004	(33.821)	(45.999)	352.838	(44.760)	(54.603)
IGP-M	96.719	(13.790)	(12.749)	96.719	(9.280)	(4.550)	96.719	(13.790)	(12.749)	96.719	(9.280)	(4.550)
Libor ⁽¹⁾	271.070	(88.160)	(44.202)	250.346	(73.453)	(44.704)	271.070	(88.160)	(44.202)	250.346	(73.453)	(44.704)
Selic	800.000	-	(1.801)	-	-	-	800.000	-	(1.801)	-	-	-
5 - Outros instrumentos financeiros												
derivativos												
Posição ativa	11.946.155	1.189.674	1.054.253	11.589.196	1.139.417	1.115.686	8.107.793	350.077	287.553	6.461.825	248.121	240.671
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽²⁾	11.718.263	1.184.810	1.048.354	11.589.196	1.139.417	1.115.686	7.879.901	345.213	281.654	6.461.825	248.121	240.671
Derivativos de crédito ⁽³⁾	227.892	4.864	5.899	-	-	-	227.892	4.864	5.899	-	-	-
Posição passiva	1.830.455	(92.520)	(87.667)	1.584.431	(82.155)	(76.760)	1.830.455	(92.520)	(78.304)	1.584.431	(69.591)	(58.513)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira ⁽²⁾	1.545.590	(83.369)	(76.785)	1.584.431	(82.155)	(76.760)	1.545.590	(83.369)	(67.422)	1.584.431	(69.591)	(58.513)
Derivativos de crédito ⁽³⁾	284.865	(9.151)	(10.882)	-	-	-	284.865	(9.151)	(10.882)	-	-	-
Total ativo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	66.502.258	6.643.256	6.851.534	68.933.308	5.012.652	5.081.402	58.223.955	5.101.145	5.461.979	57.968.715	3.426.141	3.621.140
Total passivo (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	89.042.401	(4.463.523)	(5.516.996)	113.528.344	(3.239.684)	(4.629.350)	85.080.637	(4.220.086)	(4.645.375)	108.169.299	(2.879.799)	(3.605.657)

⁽¹⁾ Os contratos de futuros e swap indexados à Libor não sofreram impactos decorrentes da reforma das taxas de juros de referência.

⁽²⁾ O valor justo das operações de swap, opções e non deliverable forward - moeda estrangeira contemplam o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

⁽³⁾ A apresentação dos contratos de swap e dos derivativos de crédito por posição (ativa ou passiva) leva em consideração o respectivo valor justo de cada contrato.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

b) Composição da carteira de derivativos por vencimento (valor referencial)

Vencimento em dias	Banco						Consolidado					
	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2021	31.12.2020	0 a 30	31 a 180	181 a 360	Acima de 360	31.03.2021	31.12.2020
Contratos futuros	4.103.921	18.165.314	16.249.463	45.533.637	84.052.335	96.686.651	4.103.921	18.165.314	16.249.463	45.533.637	84.052.335	96.686.651
Contratos a termo	1.448.139	-	-	-	1.448.139	251.738	1.448.139	-	-	-	1.448.139	251.738
Contratos de opções	1.577.807	23.102.184	5.021.630	1.710.019	31.411.640	56.095.626	930.317	20.376.582	532.772	1.710.019	23.549.690	45.439.114
Contratos de swaps	439.236	1.867.900	1.732.886	20.815.913	24.855.935	16.254.010	423.812	1.867.900	1.717.843	20.306.625	24.316.180	15.714.255
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.411.440	8.301.348	1.126.350	2.424.715	13.263.853	13.173.627	1.092.840	6.979.929	1.126.350	226.372	9.425.491	8.046.256
Derivativos de crédito	-	-	-	512.757	512.757	-	-	-	-	512.757	512.757	-
Total	8.980.543	51.436.746	24.130.329	70.997.041	155.544.659	182.461.652	7.999.029	47.389.725	19.626.428	68.289.410	143.304.592	166.138.014

c) Composição da carteira de derivativos por local de negociação e contraparte (valor referencial)

	31.03.2021							31.12.2020
	Futuros	Termo	Opções	Swaps	Non Deliverable Forward	Derivativos de crédito	Total	
Banco								
Bolsa de valores	84.052.335	-	18.172.570	-	-	-	102.224.905	138.241.776
Balcão	-	1.448.139	13.239.070	24.855.935	13.263.853	512.757	53.319.754	44.219.876
Instituições do mercado financeiro	-	1.448.139	11.107.486	21.730.511	8.421.193	512.757	43.220.086	36.650.906
Clientes	-	-	2.131.584	3.125.424	4.842.660	-	10.099.668	7.568.970
Consolidado								
Bolsa de valores	84.052.335	-	18.172.570	-	-	-	102.224.905	138.241.776
Balcão	-	1.448.139	5.377.120	24.316.180	9.425.491	512.757	41.079.687	27.896.238
Instituições do mercado financeiro	-	1.448.139	3.245.536	21.190.756	4.582.831	512.757	30.980.019	20.327.268
Clientes	-	-	2.131.584	3.125.424	4.842.660	-	10.099.668	7.568.970



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Composição da carteira de derivativos de crédito

Banco e Consolidado	31.03.2021			31.12.2020		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
Swap de crédito						
Risco recebido	284.865	(9.151)	(10.882)	-	-	-
Risco transferido	227.892	4.864	5.899	-	-	-
Por indexador						
Posição ativa – Pré-fixado	227.892	4.864	5.899	-	-	-
Posição passiva – Pré-fixado	284.865	(9.151)	(10.882)	-	-	-

Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o "cliente risco" quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o "cliente risco" pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de trading com cliente risco soberano. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PRMR), para apuração do Índice de Basileia no montante de R\$ 2.328 em 31 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 não havia exposição para esse tipo de operação.

e) Composição da margem dada em garantia de operações com instrumentos financeiros derivativos e outras operações liquidadas em câmaras ou prestadores de serviços de compensação e liquidação

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Letras Financeiras do Tesouro	1.655.616	1.679.959	1.658.208	1.687.155
Notas do Tesouro Nacional	126.668	294.304	126.668	294.304
Letras do Tesouro Nacional	93.827	8.783	93.827	8.783
Cotas do fundo de investimento liquidez da câmara B3	35.144	34.987	49.864	49.641
Outros	85.055	64.894	85.055	64.894
Total	1.996.310	2.082.927	2.013.622	2.104.777

f) Instrumentos financeiros derivativos segregados em circulante e não circulante

	Banco					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.448.794	-	1.448.794	253.956	-	253.956
Mercado de opções	1.213.377	52.814	1.266.191	914.872	131.280	1.046.152
Contratos de swaps	196.171	2.886.125	3.082.296	311.098	2.354.510	2.665.608
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	1.039.926	8.428	1.048.354	1.105.234	10.452	1.115.686
Derivativos de crédito	-	5.899	5.899	-	-	-
Total	3.898.268	2.953.266	6.851.534	2.585.160	2.496.242	5.081.402
Passivo						
Operações de termo	(1.443.659)	-	(1.443.659)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(1.976.753)	(38.176)	(2.014.929)	(1.899.959)	(126.376)	(2.026.335)
Contratos de swaps	(144.984)	(1.825.757)	(1.970.741)	(133.377)	(2.135.755)	(2.269.132)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(73.741)	(3.044)	(76.785)	(71.723)	(5.037)	(76.760)
Derivativos de crédito	-	(10.882)	(10.882)	-	-	-
Total	(3.639.137)	(1.877.859)	(5.516.996)	(2.362.182)	(2.267.168)	(4.629.350)

	Consolidado					
	31.03.2021			31.12.2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Operações de termo	1.448.794	-	1.448.794	253.956	-	253.956
Mercado de opções	1.134.242	52.814	1.187.056	912.962	5.915	918.877
Contratos de swaps	171.866	2.366.710	2.538.576	291.658	1.915.978	2.207.636
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	273.226	8.428	281.654	236.263	4.408	240.671
Derivativos de crédito	-	5.899	5.899	-	-	-
Total	3.028.128	2.433.851	5.461.979	1.694.839	1.926.301	3.621.140
Passivo						
Operações de termo	(1.443.659)	-	(1.443.659)	(257.123)	-	(257.123)
Mercado de opções	(1.140.282)	(38.176)	(1.178.458)	(1.035.236)	(7.055)	(1.042.291)
Contratos de swaps	(143.800)	(1.801.154)	(1.944.954)	(132.443)	(2.115.287)	(2.247.730)
Non Deliverable Forward - Moeda estrangeira	(64.378)	(3.044)	(67.422)	(53.477)	(5.036)	(58.513)
Derivativos de crédito	-	(10.882)	(10.882)	-	-	-
Total	(2.792.119)	(1.853.256)	(4.645.375)	(1.478.279)	(2.127.378)	(3.605.657)

g) Composição da carteira de derivativos designados para hedge accounting

O Conglomerado utiliza relações de *hedge* dos tipos: *Hedge* de valor justo e *hedge* de fluxo de caixa.

Essas estratégias são realizadas nas seguintes categorias de riscos:

- Risco de taxas de juros; e
- Risco cambial.

Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Conglomerado determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos se movam em sentidos opostos e nas mesmas proporções.

O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As fontes de inefetividade são devido a descasamentos de prazos entre os instrumentos e objetos de *hedge*.

Para as operações de crédito os efeitos oriundos da provisão para perdas por redução ao valor recuperável são excluídos do resultado de efetividade, dado que o risco de crédito não é objeto de *hedge*.

As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. O Conglomerado não utiliza o método qualitativo para avaliar a eficácia das estratégias.

Hedge de risco de mercado (Hedge de valor justo)

O Conglomerado, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor justo, da seguinte maneira:

- *Hedge* de ativos financeiros com acordo de revenda (operações compromissadas) indexado com risco em taxa pré-fixada são protegidos com contratos de futuro DI;
- *Hedge* de operações de crédito com risco em taxa pré-fixada/variação cambial são protegidos com contratos futuros de DI e DDI.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	31.03.2021		
		Valor contábil do objeto de <i>hedge</i>	Ajuste ao valor justo do objeto de <i>hedge</i>	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾
Banco e Consolidado		Ativos	Ativos	
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	701.217	(182)	2.058
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	19.999.326	(384.699)	(315.368)
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	72.954	(913)	2.168
Total		20.773.497	(385.794)	(311.142)
31.12.2020				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de operações compromissadas	Aplicações interfinanceiras de liquidez	501.451	22	38.215
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	18.909.474	255.934	1.128.894
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de operações de crédito	Operações de crédito	75.688	507	9.302
Total		19.486.613	256.463	1.176.411

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Para as estratégias de operações compromissadas e operações de crédito, o Conglomerado reestabelece a relação de cobertura dado que tanto o item protegido quanto os instrumentos são redimensionados ao longo da vida da carteira objeto de *hedge*. Isso ocorre por se tratar de estratégias de portfólio, refletindo as diretrizes de estratégia de gerenciamento de risco aprovadas por alçada competente.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2021		
	Valor referencial	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽²⁾
Banco e Consolidado	Passivos		
Risco de taxa de juros			
Futuro DI ⁽¹⁾	20.790.898	309.059	(4.252)
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	76.014	(2.291)	(123)
Total	20.866.912	306.768	(4.375)
31.12.2020			
Risco de taxa de juros			
Futuro DI	19.821.974	(1.163.991)	3.118
Risco de variação cambial			
Futuro DDI	79.089	(9.464)	(162)
Total	19.901.063	(1.173.455)	2.956

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

Em dezembro de 2018, algumas operações deixaram de ser qualificadas como *hedge* de risco de mercado. O saldo correspondente ao ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge* existente na data do encerramento do *hedge* contábil passou a ser diferido (exceto para os casos de liquidação antecipada do objeto) pelo prazo contratual dessas operações cujo efeito no resultado no trimestre findo em 31 de março de 2020 foi de R\$ 1.398, líquido dos efeitos tributários, apresentado na rubrica "Resultado de instrumentos financeiros derivativos". Não houve novos desmontes de operações e nenhum efeito no resultado foi produzido no trimestre findo em 31 de março de 2021, pois a amortização de desmontes anteriores já havia sido concluída.

Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros de pagamentos contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), o Conglomerado negociou contratos de Futuro DI na B3.

Para proteger os fluxos de desembolsos futuros sobre títulos emitidos no exterior contra a exposição ao risco cambial (USD), o Conglomerado negociou contratos de *swap* em mercado de balcão, registrados na B3.

Itens objeto de <i>hedge</i>	Rubrica do balanço	31.03.2021		
		Valor contábil/ referencial	Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Reserva de <i>hedge</i> de fluxo de caixa
		Passivos		
Banco e Consolidado				
Risco de taxa de juros				
<i>Hedge</i> de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	7.848.298	3.738	58.858
<i>Hedge</i> de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	151.000	12.864	(956)
<i>Hedge</i> de letras financeiras com garantia	Recursos de aceites e emissão de títulos	2.671.948	(12.755)	14.807
Risco de variação cambial				
<i>Hedge</i> de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.761.262	(798.742)	47.588
<i>Hedge</i> de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.468.909	(83.911)	103.106
Total		15.901.417	(878.806)	223.403

Banco e Consolidado		31.12.2020		
Risco de taxa de juros				
Hedge de letras financeiras	Recursos de aceites e emissão de títulos	10.949.085	167.381	(25.191)
Hedge de letras financeiras subordinadas - Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	410.305	36.161	(3.780)
Hedge de letras financeiras com garantia	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.186.374	1.947	(1.531)
Risco de variação cambial				
Hedge de bônus perpétuos - Passivos subordinados	Instrumentos de dívidas elegíveis a capital	1.568.677	(615.921)	17.561
Hedge de obrigações com TVM no exterior	Recursos de aceites e emissão de títulos	3.193.642	465.790	(161.927)
Total		19.308.083	55.358	(174.868)

⁽¹⁾ Alterações no valor do item objeto de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

Instrumentos de <i>hedge</i>	31.03.2021				
	Valor contábil/ referencial		Valor base para calcular a inefetividade de <i>hedge</i> ⁽¹⁾	Variação no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecido em ORA	Inefetividade de <i>hedge</i> reconhecida no resultado ⁽⁴⁾
	Ativos	Passivos			
Banco e Consolidado					
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	12.641.544	(1.301)	103.210	1.945
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ^{(2)/(3)}	5.207.967	-	881.573	295.061	1.374
Total	5.207.967	12.641.544	880.272	398.271	3.319
Banco e Consolidado	31.12.2020				
Risco de taxa de juros					
Futuros DI	-	14.513.812	(201.137)	143.175	(13)
Risco de variação cambial					
<i>Swap</i> ⁽²⁾	5.566.692	-	147.288	(87.008)	(1.559)
Total	5.566.692	14.513.812	(53.849)	56.167	(1.572)

⁽¹⁾ Alterações no valor justo do instrumento de *hedge* que confrontadas com as alterações no valor do item objeto de *hedge* resultam no montante de inefetividade do *hedge*.

⁽²⁾ O valor referencial do contrato de *swap* para o *hedge* de bônus perpétuos é de R\$ 970.620 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

⁽³⁾ O valor referencial dos contratos de *swap* para o *hedge* de obrigações com TVM no exterior é de R\$ 3.406.100 em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

⁽⁴⁾ Saldos apresentados em base anual para que seja possível confrontar com as alterações no valor justo do instrumento e do objeto de *hedge*.

A parcela efetiva é reconhecida no patrimônio líquido em Outros resultados abrangentes e a parcela inefetiva é reconhecida na Demonstração de Resultado em Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

No trimestre findo em 31 de março de 2021, a marcação a mercado da parcela efetiva, no montante de R\$ 398.271 (R\$ 62.382 no trimestre findo em 31 de março de 2020), foi reconhecida no patrimônio líquido e a parcela inefetiva, no montante de R\$ 4.891 (R\$ 197 no trimestre findo em 31 de março de 2020) foi reconhecida no resultado em "Resultado de instrumentos financeiros derivativos".

Os ganhos líquidos dos efeitos fiscais relativos ao *Hedge* de fluxo de caixa que o Conglomerado espera reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, totalizam R\$ 63.872 (ganhos líquidos de R\$ 99.873 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

Nos trimestres findos em 31 de março de 2021 e 2020, não houve operações que deixaram de ser qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa.

h) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Contratos de swap	506.207	(102.866)	424.843	(379.197)
Contratos a termo	7.650	2.723	7.650	2.723
Contratos de opções	(202.726)	(940.166)	143.810	17.145
Contratos de futuros	653.100	(425.385)	653.100	(637.120)
Derivativos de crédito	(30)	(8.262)	(30)	(8.262)
Ajuste ao valor justo de instrumentos financeiros objeto de <i>hedge</i>	(677.444)	6.876	(677.444)	82.611
<i>Non Deliverable Forward</i> - Moeda estrangeira	488.712	2.101.749	142.292	1.144.280
Resultado com variação cambial sobre investimentos no exterior	146.724	505.698	146.724	505.698
<i>Credit Linked Notes</i>	-	(56)	-	(56)
Total	922.193	1.140.311	840.945	727.822

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo	831.483	984.105	831.483	984.105
Créditos vinculados (Nota 11b)	830.807	984.105	830.807	984.105
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	676	-	676	-
Passivo	35.867	5.887	1.975.696	1.887.891
Pagamentos e recebimentos a liquidar (Nota 11c)	35.867	5.887	1.975.696	1.887.891

b) Créditos vinculados

	Banco e Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Ativo		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	830.807	984.105
Recursos a prazo	813.320	964.085
Operações de microfinanças	5.616	3.126
Pagamentos instantâneos	11.871	16.894
Total	830.807	984.105
Ativo circulante	830.807	984.105

c) Pagamentos e recebimentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativo				
Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	676	-	676	-
Cheques e outros papéis remetidos	121	-	121	-
Recebimentos de documentos enviados por outros participantes do sistema	555	-	555	-
Total	676	-	676	-
Ativo circulante	676	-	676	-
Passivo				
Obrigações junto a participantes de sistema de liquidação	30.016	-	30.016	-
Cheques e outros papéis recebidos	30.016	-	30.016	-
Transações de pagamento	5.851	5.887	1.945.680	1.887.891
Cartões de crédito	5.851	5.887	1.945.680	1.887.891
Total	35.867	5.887	1.975.696	1.887.891
Passivo circulante	35.867	5.887	1.975.696	1.887.891

d) Resultado das aplicações compulsórias

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	3.999	17.930
Exigibilidade sobre recursos a prazo	3.999	17.930
Total	3.999	17.930

12. CARTEIRA DE CRÉDITO
a) Carteira por modalidade

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Operações de crédito	53.473.301	52.851.117	54.493.500	53.792.865
Empréstimos e títulos descontados	5.929.761	6.115.631	6.938.756	7.049.607
Financiamentos	42.044.064	41.409.362	42.055.268	41.417.134
Financiamentos rurais e agroindustriais	452.585	513.184	452.585	513.184
Financiamentos imobiliários	5.001	7.975	5.001	7.975
Operações de crédito vinculadas às cessões (Nota 12j.1) ⁽¹⁾	5.041.890	4.804.965	5.041.890	4.804.965
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.188.295	3.601.821	6.243.817	5.577.846
Operações com cartões de crédito	-	-	2.055.522	1.976.025
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos relacionados	653.637	408.709	653.637	408.709
Outros créditos vinculados a transações de pagamento ⁽²⁾	178.970	406.709	178.970	406.709
Títulos e créditos a receber	3.355.688	2.786.403	3.355.688	2.786.403
Carteira de arrendamento mercantil (Nota 12g)	-	-	66.062	73.353
Total da carteira de crédito	57.661.596	56.452.938	60.803.379	59.444.064
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	(4.616.572)	(4.618.892)	(4.973.279)	(5.015.181)
(Operações de crédito)	(3.403.589)	(3.427.336)	(3.713.407)	(3.781.281)
(Outros créditos com características de concessão de crédito) ⁽³⁾	(1.212.983)	(1.191.556)	(1.259.560)	(1.233.550)
(Carteira de arrendamento mercantil)	-	-	(312)	(350)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	53.045.024	51.834.046	55.830.100	54.428.883
Ativo circulante	26.427.020	24.919.633	28.933.580	27.278.776
Ativo não circulante	26.618.004	26.914.413	26.896.520	27.150.107

⁽¹⁾ Operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios do ativo financeiro objeto da operação.

⁽²⁾ Direitos creditórios sobre transações de pagamento adquiridos por cessão com retenção dos riscos e benefícios pelo cedente.

⁽³⁾ Inclui provisão para perdas de operações em recuperação judicial homologada e provisão para perdas vinculadas a transações de pagamento.

b) Resultado de operações de crédito e arrendamento mercantil

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Operações de crédito	1.921.436	290.332	2.067.381	2.236.428
Empréstimos e títulos descontados	143.384	68.785	289.993	319.347
Financiamentos	1.760.239	194.662	1.760.239	1.885.286
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.435	8.397	7.435	8.397
Financiamentos imobiliários	61	302	61	302
Financiamentos em moedas estrangeiras	6.392	11.349	6.392	11.348
Outras	3.925	6.837	3.261	11.748
Arrendamento mercantil (Nota 12h)	-	-	1.828	2.938
Total ⁽²⁾	1.921.436	290.332	2.069.209	2.239.366

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Não contempla as operações de crédito vinculadas às cessões. Considerando tais ativos, as receitas de operações de crédito do Banco, no trimestre findo em 31 de março de 2021 totalizariam R\$ 2.108.219 (R\$ 290.332 no trimestre findo 31 de março de 2020) e no Consolidado, considerando também as operações de arrendamento, totalizariam R\$ 2.255.992 (R\$ 2.446.891 no trimestre findo em 31 de março de 2020).

c) Carteira de crédito por setores de atividade econômica

Banco	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Setor privado	58.047.208	100,00%	56.196.497	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	43.741.589	75,36%	42.005.326	74,75%
Pessoa jurídica	14.305.619	24,64%	14.191.171	25,25%
Agronegócio de origem animal	268.705	0,46%	268.591	0,48%
Agronegócio de origem vegetal	156.493	0,27%	152.117	0,27%
Atividades específicas da construção	72.201	0,12%	88.697	0,16%
Automotivo	159.641	0,28%	114.217	0,20%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.753.366	9,91%	5.235.912	9,32%
Comércio varejista	1.694.531	2,92%	1.927.469	3,43%
Construção pesada	76.544	0,13%	34.176	0,06%
Eletroneletrônico	5.182	0,01%	1.994	0,00%
Energia elétrica	44.246	0,08%	36.403	0,06%
Imobiliário	94.373	0,16%	102.954	0,18%
Instituições e serviços financeiros	668.036	1,15%	551.554	0,98%
Madeiro e moveleiro	50.565	0,09%	55.731	0,10%
Mineração e metalurgia	102.643	0,18%	105.265	0,19%
Papel e celulose	107.031	0,18%	103.733	0,18%
Químico	135.251	0,23%	89.048	0,16%
Serviços	3.737.352	6,44%	3.880.855	6,91%
Telecomunicações	10.414	0,02%	12.302	0,02%
Têxtil e confecções	93.807	0,16%	132.562	0,24%
Transportes	886.748	1,53%	1.108.185	1,97%
Demais atividades	188.490	0,32%	189.406	0,34%
Total	58.047.208	100,00%	56.196.497	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	(385.612)		256.441	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	57.661.596		56.452.938	
Consolidado	31.03.2021	%	31.12.2020	%
Setor privado	61.188.991	100,00%	59.187.623	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	46.817.330	76,51%	44.923.118	75,90%
Pessoa jurídica	14.371.661	23,49%	14.264.505	24,10%
Agronegócio de origem animal	268.705	0,44%	268.591	0,45%
Agronegócio de origem vegetal	156.493	0,26%	152.117	0,26%
Atividades específicas da construção	85.240	0,14%	103.147	0,17%
Automotivo	159.641	0,26%	114.217	0,19%
Comércio atacadista e indústrias diversas	5.774.530	9,44%	5.259.616	8,89%
Comércio varejista	1.699.608	2,78%	1.933.202	3,27%
Construção pesada	76.544	0,13%	34.176	0,06%
Eletroneletrônico	5.182	0,01%	1.994	0,00%
Energia elétrica	44.246	0,07%	36.403	0,06%
Imobiliário	94.373	0,15%	102.954	0,17%
Instituições e serviços financeiros	668.036	1,09%	551.554	0,93%
Madeiro e moveleiro	50.565	0,08%	55.731	0,09%
Mineração e metalurgia	102.643	0,17%	105.265	0,18%
Papel e celulose	107.031	0,17%	103.733	0,18%
Químico	135.251	0,22%	89.048	0,15%
Serviços	3.753.979	6,14%	3.899.683	6,59%
Telecomunicações	10.414	0,02%	12.302	0,02%
Têxtil e confecções	93.807	0,15%	132.562	0,22%
Transportes	896.883	1,47%	1.118.804	1,89%
Demais atividades	188.490	0,30%	189.406	0,33%
Total	61.188.991	100,00%	59.187.623	100,00%
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾	(385.612)		256.441	
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo	60.803.379		59.444.064	

⁽¹⁾ Incluem operações de crédito com os setores de agronegócio e outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

Banco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2021	31.12.2020
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	3.035.124	25.250.177	10.644.897	10.189.521	780.900	910.949	129.044	1.388.119	336.808	52.665.539	51.519.197
01 a 30	894.757	1.666.823	426.006	359.429	33.475	44.858	3.963	9.813	22.137	3.461.261	2.642.599
31 a 60	368.861	1.402.104	413.622	363.522	27.417	40.564	2.773	8.543	10.393	2.637.799	2.527.627
61 a 90	106.386	1.378.571	456.722	347.449	26.581	41.759	2.737	8.380	10.343	2.378.928	2.426.798
91 a 180	476.927	3.594.412	1.125.713	1.029.080	90.686	112.571	11.483	28.439	28.789	6.498.100	6.256.392
181 a 360	696.733	5.627.915	1.974.945	1.881.934	140.066	206.973	21.369	45.109	83.846	10.678.890	10.157.489
Acima de 360	491.460	11.580.352	6.247.889	6.208.107	462.675	464.224	86.719	1.287.835	181.300	27.010.561	27.508.292
Parcelas vencidas	-	73.203	24.689	39.958	6.875	10.041	1.588	62.473	2.998	221.825	159.028
Até 14 dias	-	73.203	24.689	39.958	6.875	10.041	1.588	62.473	2.998	221.825	159.028
Subtotal	3.035.124	25.323.380	10.669.586	10.229.479	787.775	920.990	130.632	1.450.592	339.806	52.887.364	51.678.225
Operações em curso anormal											
Parcelas vincendas	-	-	624.419	860.100	400.958	1.036.265	126.019	540.633	749.983	4.338.377	3.680.079
01 a 30	-	-	33.740	42.694	19.252	49.999	6.462	25.878	41.747	219.772	189.382
31 a 60	-	-	32.560	39.664	18.198	47.602	6.056	46.175	39.149	229.404	189.100
61 a 90	-	-	31.504	37.220	17.529	45.074	5.734	23.071	36.743	196.875	183.966
91 a 180	-	-	87.512	108.596	48.974	131.005	16.435	66.592	104.583	563.697	506.782
181 a 360	-	-	145.895	188.397	85.017	229.514	28.245	115.016	175.170	967.254	824.390
Acima de 360	-	-	293.208	443.529	211.988	533.071	63.087	263.901	352.591	2.161.375	1.786.459
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	37.445	78.335	50.707	125.292	28.866	137.424	363.398	821.467	838.193
01 a 14	-	-	210	17.097	8.342	19.277	2.914	11.560	18.304	77.704	66.101
15 a 30	-	-	37.104	24.899	10.912	30.757	3.385	13.979	22.670	143.706	123.129
31 a 60	-	-	131	36.339	16.393	44.707	6.612	43.218	44.559	191.959	155.899
61 a 90	-	-	-	-	15.060	21.919	5.141	21.733	37.853	101.706	102.489
91 a 180	-	-	-	-	-	8.632	10.814	46.934	111.590	177.970	185.676
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	128.422	128.422	204.899
Subtotal	-	-	661.864	938.435	451.665	1.161.557	154.885	678.057	1.113.381	5.159.844	4.518.272
Total	3.035.124	25.323.380	11.331.450	11.167.914	1.239.440	2.082.547	285.517	2.128.649	1.453.187	58.047.208	56.196.497
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(385.612)	256.441
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										57.661.596	56.452.938



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

Consolidado	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.03.2021	31.12.2020
Operações em curso normal											
Parcelas vencidas	3.042.911	25.634.551	10.653.182	10.192.654	783.149	912.497	129.755	1.388.670	341.598	53.078.967	51.882.421
01 a 30	894.950	1.989.769	431.174	362.562	35.724	46.406	4.674	10.364	26.927	3.802.550	2.927.828
31 a 60	369.054	1.404.677	413.861	363.522	27.417	40.564	2.773	8.543	10.393	2.640.804	2.530.811
61 a 90	106.579	1.381.093	456.961	347.449	26.581	41.759	2.737	8.380	10.343	2.381.882	2.429.977
91 a 180	477.506	3.601.525	1.126.429	1.029.080	90.686	112.571	11.483	28.439	28.789	6.506.508	6.265.411
181 a 360	697.891	5.640.343	1.976.378	1.881.934	140.066	206.973	21.369	45.109	83.846	10.693.909	10.173.691
Acima de 360	496.931	11.617.144	6.248.379	6.208.107	462.675	464.224	86.719	1.287.835	181.300	27.053.314	27.554.703
Parcelas vencidas	-	1.661.082	202.283	206.746	85.136	32.720	1.588	67.743	12.406	2.269.704	2.126.614
Até 14 dias	-	1.661.082	202.283	206.746	85.136	32.720	1.588	67.743	12.406	2.269.704	2.126.614
Subtotal	3.042.911	27.295.633	10.855.465	10.399.400	868.285	945.217	131.343	1.456.413	354.004	55.348.671	54.009.035
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	-	-	625.022	860.189	402.143	1.036.263	126.019	540.634	750.016	4.340.286	3.680.079
01 a 30	-	-	33.740	42.694	19.253	49.999	6.462	25.878	41.747	219.773	189.382
31 a 60	-	-	32.560	39.664	18.199	47.602	6.056	46.175	39.149	229.405	189.100
61 a 90	-	-	31.504	37.220	17.530	45.074	5.734	23.071	36.743	196.876	183.966
91 a 180	-	-	87.512	108.596	48.975	131.005	16.435	66.592	104.583	563.698	506.782
181 a 360	-	-	145.895	188.397	85.020	229.514	28.245	115.016	175.170	967.257	824.390
Acima de 360	-	-	293.811	443.618	213.166	533.069	63.087	263.902	352.624	2.163.277	1.786.459
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	123.031	184.901	144.746	202.282	89.529	190.184	565.361	1.500.034	1.498.509
01 a 14	-	-	10.223	28.890	20.866	27.902	17.369	16.399	44.167	165.816	66.101
15 a 30	-	-	112.677	92.608	60.456	62.623	17.587	27.233	39.467	412.651	405.603
31 a 60	-	-	131	63.403	18.689	47.855	7.577	47.375	46.339	231.369	181.985
61 a 90	-	-	-	-	44.735	25.451	6.114	25.473	40.220	141.993	129.834
91 a 180	-	-	-	-	-	38.451	40.882	73.704	119.453	272.490	277.801
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	275.715	275.715	437.185
Subtotal	-	-	748.053	1.045.090	546.889	1.238.545	215.548	730.818	1.315.377	5.840.320	5.178.588
Total	3.042.911	27.295.633	11.603.518	11.444.490	1.415.174	2.183.762	346.891	2.187.231	1.669.381	61.188.991	59.187.623
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾										(385.612)	256.441
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo										60.803.379	59.444.064

⁽¹⁾ O Conglomerado não adota a contagem em dobro para as operações de crédito.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e) Constituição da provisão para perdas associadas a carteira de crédito por níveis de risco

	% Provisão	31.03.2021				31.12.2020			
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional ⁽¹⁾	Provisão existente
Nível de risco									
Banco									
AA	0,00%	3.035.124	-	-	-	3.101.853	-	-	-
A	0,50%	25.323.380	(126.617)	-	(126.617)	24.900.437	(124.502)	-	(124.502)
B	1,00%	11.331.450	(113.315)	-	(113.315)	10.661.454	(106.615)	-	(106.615)
C	3,00%	11.167.914	(335.037)	-	(335.037)	10.357.960	(310.739)	-	(310.739)
D	10,00%	1.239.440	(123.944)	-	(123.944)	1.130.176	(113.018)	-	(113.018)
E	30,00%	2.082.547	(624.764)	-	(624.764)	2.199.395	(659.818)	-	(659.818)
F	50,00%	285.517	(142.759)	-	(142.759)	306.653	(153.326)	-	(153.326)
G	70,00%	2.128.649	(1.490.054)	(206.895)	(1.696.949)	1.980.888	(1.386.622)	(206.571)	(1.593.193)
H	100,00%	1.453.187	(1.453.187)	-	(1.453.187)	1.557.681	(1.557.681)	-	(1.557.681)
Total		58.047.208	(4.409.677)	(206.895)	(4.616.572)	56.196.497	(4.412.321)	(206.571)	(4.618.892)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(385.612)				256.441			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		57.661.596				56.452.938			
Consolidado									
AA	0,00%	3.042.911	-	-	-	3.110.269	-	-	-
A	0,50%	27.295.633	(136.478)	-	(136.478)	26.808.373	(134.042)	-	(134.042)
B	1,00%	11.603.518	(116.034)	-	(116.034)	10.889.247	(108.892)	-	(108.892)
C	3,00%	11.444.490	(343.337)	-	(343.337)	10.597.615	(317.928)	-	(317.928)
D	10,00%	1.415.174	(141.517)	-	(141.517)	1.273.659	(127.366)	-	(127.366)
E	30,00%	2.183.762	(655.129)	-	(655.129)	2.283.606	(685.083)	-	(685.083)
F	50,00%	346.891	(173.443)	-	(173.443)	359.217	(179.609)	-	(179.609)
G	70,00%	2.187.231	(1.531.065)	(206.895)	(1.737.960)	2.033.161	(1.423.214)	(206.571)	(1.629.785)
H	100,00%	1.669.381	(1.669.381)	-	(1.669.381)	1.832.476	(1.832.476)	-	(1.832.476)
Total		61.188.991	(4.766.384)	(206.895)	(4.973.279)	59.187.623	(4.808.610)	(206.571)	(5.015.181)
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽²⁾		(385.612)				256.441			
Total da carteira de crédito ajustada ao valor justo		60.803.379				59.444.064			

⁽¹⁾ Provisões adicionais são constituídas, quando o agravamento de nível de risco não for aplicável.

⁽²⁾ Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de *hedge* de risco de mercado.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito
f.1) Resultado de provisão para perdas associadas a carteira de crédito

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
(Provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito (Nota 12f.2)	(553.662)	(49.141)	(640.992)	(954.195)
Operações de crédito	(533.603)	(46.258)	(618.250)	(954.567)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	38	229
Outros créditos com características de concessão de crédito	(20.059)	(2.883)	(22.780)	143
Rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	161.369	50.025	171.148	133.340
Operações de crédito	161.369	50.025	169.041	133.328
Operações de arrendamento mercantil	-	-	2.107	12
Total de (provisão) / reversão de provisão para perdas associadas a carteira de crédito	(392.293)	884	(469.844)	(820.855)
Outras (provisões) / reversões de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	(3.475)	(287)	(7.242)	(1.771)
Garantias financeiras prestadas ⁽²⁾	11.619	304	11.619	304
Outros riscos	(15.094)	(591)	(18.861)	(2.075)
Total de outras (provisões) / reversões de provisões associadas ao risco de crédito	(3.475)	(287)	(7.242)	(1.771)
Total	(395.768)	597	(477.086)	(822.626)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ A respectiva provisão está apresentada em Outros passivos - "Provisão para perda com garantias financeiras prestadas" (Nota 21a).

f.2) Movimentação

Compreendem as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Saldo inicial	4.618.892	1.773.622	5.015.181	4.715.878
Reforço / (reversão) ^{(2) (3)}	553.662	49.141	640.992	954.195
Provisão mínima requerida	553.338	48.470	640.668	953.524
Provisão adicional	324	671	324	671
Baixas para prejuízo	(555.982)	(146.525)	(682.894)	(636.001)
Saldo final	4.616.572	1.676.238	4.973.279	5.034.072

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ Não contempla as rendas de recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo.

⁽³⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2020, inclui no Consolidado remensuração de riscos por evento pontual não esperado de *lockdown*, decorrente da pandemia da COVID-19.

g) Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazo de vencimento

Consolidado	31.03.2021	31.12.2020
Até 1 ano ⁽¹⁾	28.549	31.700
De 1 a 5 anos	37.513	41.653
Total valor presente	66.062	73.353

⁽¹⁾ Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

h) Resultado das operações de arrendamento mercantil

Consolidado	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Arrendamento financeiro	1.828	2.937
Lucro na alienação de bens arrendados	-	1
Total	1.828	2.938

i) Concentração das operações de crédito

	31.03.2021	% da carteira	31.12.2020	% da carteira
Banco				
Maior devedor	620.316	1,07%	620.316	1,10%
10 Maiores devedores	2.514.910	4,33%	2.606.190	4,64%
20 Maiores devedores	3.654.026	6,29%	3.881.105	6,91%
50 Maiores devedores	6.028.262	10,39%	6.111.693	10,88%
100 Maiores devedores	8.277.456	14,26%	8.096.306	14,41%
Consolidado				
Maior devedor	620.316	1,01%	620.316	1,05%
10 Maiores devedores	2.514.910	4,11%	2.606.190	4,40%
20 Maiores devedores	3.654.026	5,97%	3.882.961	6,56%
50 Maiores devedores	6.028.262	9,85%	6.113.549	10,33%
100 Maiores devedores	8.278.142	13,53%	8.099.025	13,68%

j) Informações sobre cessões de crédito
j.1) Cessões com coobrigação

Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios com partes relacionadas.

	31.03.2021		31.12.2020	
	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾	Ativo financeiro objeto da venda	Passivo referente à obrigação assumida ⁽¹⁾
Instituições financeiras - Partes relacionadas	5.041.890	5.802.661	4.804.965	5.561.659
Total	5.041.890	5.802.661	4.804.965	5.561.659

⁽¹⁾ Registrado na rubrica Outros passivos financeiros – Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 21a).

No trimestre findo em 31 de março de 2021, as receitas com venda ou transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 186.783 no Banco e no Conglomerado (R\$ 207.525 no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2020). As despesas com obrigação por operações com essas mesmas características totalizaram R\$ 69.055 no Banco e no Conglomerado (R\$ 85.887 no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2020). No Banco, não houve receitas e despesas de operações com essas características no trimestre findo em 31 de março de 2020.

j.2) Cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo

No trimestre findo em 31 de março de 2021, as receitas com cessões sem coobrigação de créditos anteriormente baixados como prejuízo totalizaram R\$ 7.968 no Banco e no Conglomerado (R\$ 29.134 no Banco e R\$ 58.606 no Conglomerado no trimestre findo em 31 de março de 2020), as quais foram reconhecidas no resultado do período em "Receitas de operações de crédito".

k) Movimentação dos créditos renegociados

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Montante de créditos renegociados no período ⁽²⁾	1.177.775	783.666	1.244.161	1.291.193
Renegociados por atraso ⁽³⁾	91.656	36.049	91.816	157.802
Renovados ^{(4) (5)}	1.086.119	747.617	1.152.345	1.133.391
Movimentação dos créditos renegociados por atraso				
Saldo inicial	922.412	284.293	957.016	681.811
Contratações	91.656	36.049	91.816	157.802
(Recebimento) e apropriação de juros	(92.505)	(15.761)	(83.428)	(62.920)
Baixa para prejuízo	(27.088)	(9.466)	(37.708)	(67.822)
Saldo final	894.475	295.115	927.696	708.871
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso	431.193	106.208	459.790	424.170
(%) PDD sobre a carteira renegociada por atraso	48,21%	35,99%	49,56%	59,84%
Inadimplência após 90 dias de atraso da carteira renegociada	343.744	-	376.865	322.822
(%) Inadimplência sobre a carteira renegociada por atraso	38,43%	0,00%	40,62%	45,54%

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽²⁾ Representa o montante renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso.

⁽³⁾ Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

⁽⁴⁾ Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

⁽⁵⁾ No consolidado, inclui os contratos de clientes renegociados em decorrência das ações de minimização dos efeitos da COVID-19, realizados a partir de março de 2020.

I) Outras informações

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Créditos contratados a liberar	604.938	519.815	4.417.409	3.927.857
Garantias financeiras prestadas (Nota 29.1.a.1)	7.276.694	6.942.116	7.276.694	6.942.116

13. OUTROS ATIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Outros ativos financeiros	3.679.931	3.102.595	4.054.967	3.359.457
Relações com correspondentes	20.820	33.749	20.820	33.749
Outros créditos e rendas a receber	33.354	31.922	160.999	178.494
Transações de cartão de crédito	-	-	59.435	57.421
Valores a receber de liquidações de títulos no exterior	31.900	14.613	31.900	14.613
Outros créditos para negociação e intermediação de valores	319.387	118.612	480.278	129.029
Carteira de câmbio (Nota 13b)	3.274.154	2.903.561	3.274.154	2.903.561
Outros	316	138	27.381	42.590
Outros ativos	949.457	1.033.211	1.146.692	1.272.410
Outros valores e bens (Nota 13d)	193.245	176.266	421.384	373.605
Devedores diversos - No país	46.330	122.904	27.916	146.530
Adiantamentos e antecipações salariais	2.028	3.786	2.115	3.968
Adiantamentos a fornecedores	3.960	4.798	4.321	5.152
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 28g)	599.709	626.853	650.846	679.546
Devedores por depósitos em garantia - Outros	636	627	636	627
Valores a receber de sociedades ligadas	48.166	16.054	-	-
Dividendos a receber	19.321	22.493	127	3.299
Outros	36.062	59.430	39.347	59.683
Total	4.629.388	4.135.806	5.201.659	4.631.867
Ativo circulante	3.986.135	3.461.650	4.403.455	3.754.713
Ativo não circulante	643.253	674.156	798.204	877.154

b) Carteira de câmbio

Banco e Consolidado		31.03.2021	31.12.2020
Ativo - Outros ativos ⁽¹⁾			
Câmbio comprado a liquidar		2.652.581	2.857.377
Direitos sobre vendas de câmbio		621.573	46.184
Total		3.274.154	2.903.561
Ativo circulante		3.274.154	2.903.561
Passivo - Outros passivos ⁽²⁾			
Câmbio vendido a liquidar		(633.944)	(55.671)
Obrigações por compras de câmbio		(2.588.335)	(2.830.288)
Total		(3.222.279)	(2.885.959)
Passivo circulante		(3.222.279)	(2.885.959)
Contas de compensação			
Créditos abertos para importação		158.639	230.785

⁽¹⁾ As rendas a receber de adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

⁽²⁾ Os adiantamentos concedidos em contratos de câmbio estão apresentados em "Carteira de crédito - Outros créditos com características de concessão de crédito" (Nota 12a).

c) Resultado de operações de câmbio

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Rendas de câmbio	1.199.381	932.475
Despesas de câmbio	(1.006.126)	(685.339)
Resultado de operações de câmbio	193.255	247.136

d) Outros valores e bens

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Bens não de uso próprio	195.581	182.305	427.293	371.912
Veículos e afins	117.583	104.676	118.034	105.162
Imóveis ⁽¹⁾	77.998	77.629	309.259	266.750
(Provisão para desvalorização)	(47.250)	(44.921)	(72.108)	(66.466)
Despesas antecipadas	44.914	38.882	51.863	46.249
Outros	-	-	14.336	21.910
Participações em empreendimentos imobiliários ⁽²⁾	-	-	14.336	21.910
Total	193.245	176.266	421.384	373.605
Ativo circulante	192.975	174.145	261.830	220.939
Ativo não circulante	270	2.121	159.554	152.666

⁽¹⁾ Contempla imóveis não de uso construídos por sociedades investidas de propósito específico e destinados para venda.

⁽²⁾ Referem-se às participações de caráter temporário, decorrente da mudança da intenção da Administração sobre essas participações societárias.

14. INVESTIMENTOS

a) Movimentações nas participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto

	31.12.2020	Movimentação de 01.01 a 31.03.2021			31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	
	Valor do investimento	Dividendos/ Outros eventos ⁽⁴⁾	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio ⁽⁵⁾	Valor do investimento	Resultado equivalência	Imparidade/ Ágio ⁽⁵⁾
No País - Controladas do Banco							
BV Financeira ⁽¹⁾	-	-	-	-	-	66.898	-
Banco BV S.A. (antiga BV Leasing) ⁽²⁾	1.559.891	(7.324)	22.895	-	1.575.462	4.975	-
Votorantim Asset DTVM	141.391	-	(5.830)	-	135.561	4.792	-
Votorantim Corretora Seguros	900.362	-	77.710	-	978.072	77.015	-
BVIA	159.307	-	3.652	-	162.959	5.297	-
Promotiva	93.497	-	8.690	-	102.187	7.929	-
Atenas	42.565	-	(6.168)	1.364	37.761	21.166	-
BVEP	580.673	(183)	(12.986)	-	567.504	1.845	-
Total - Banco	3.477.686	(7.507)	87.963	1.364	3.559.506	189.917	-
No País - Coligadas e controladas em conjunto da BVEP							
Coligadas da BVEP ⁽³⁾	5.186	(3.213)	221	-	2.194	(1.101)	-
Controladas em conjunto da BVEP ⁽³⁾	14.084	(9.508)	(810)	(51)	3.715	1.648	(1.698)
Total - Consolidado	19.270	(12.721)	(589)	(51)	5.909	547	(1.698)

⁽¹⁾ Conforme descrito na nota 2b, a BV Financeira teve parte de seus ativos e passivos vertidos ao Banco Votorantim em julho de 2020 e o patrimônio remanescente foi posteriormente incorporado ao Banco BV S.A., culminando com a extinção da BV Financeira em agosto de 2020.

⁽²⁾ A denominação social da BV Leasing passou para Banco BV S.A., conforme detalhado na nota 2a. O Banco BV S.A. também incorporou parte do acervo patrimonial da BV Financeira, conforme detalhado na nota 2b.

⁽³⁾ Inclui ágio na aquisição desses investimentos, detalhados na nota 14b.

⁽⁴⁾ Inclui movimentação de outros resultados abrangentes.

⁽⁵⁾ Reconhecido no resultado na linha de "Resultado de participações em controladas, coligadas e controladas em conjunto".

b) Posição patrimonial de ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Imparidade ⁽¹⁾	
	31.03.2021	31.12.2020
Atenas	(18.926)	(20.290)
Total - Banco	(18.926)	(20.290)
Coligadas da BVEP	(458)	(458)
Controladas em conjunto da BVEP	(245)	(194)
Total - Consolidado	(703)	(652)

⁽¹⁾ Aplicado sobre o valor do investimento.

c) Informações financeiras resumidas das coligadas e controladas em conjunto nas Demonstrações Contábeis consolidadas

	31.03.2021		31.12.2020	
	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP	Coligadas da BVEP	Controladas em conjunto da BVEP
Ativo Total ⁽¹⁾	5.869	19.453	95.748	26.185
Passivo Total ⁽¹⁾	5.869	19.453	95.748	26.185
Passivo	3.326	3.438	60.505	2.730
Patrimônio líquido	2.543	16.015	35.243	23.455
	01.01 a 31.03.2021		01.01 a 31.03.2020	
Resultado do período ⁽¹⁾	5.596	(996)	1.170	3.997

⁽¹⁾ As informações de ativos, passivos e resultado não estão ajustadas pelos percentuais detidos direta ou indiretamente pelo Banco Votorantim.

d) Outros investimentos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Investimentos por incentivos fiscais	51.254	51.254	79.877	79.877
Ações e cotas	180	180	180	180
Outros	8	7	1.759	1.759
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(51.254)	(51.254)	(81.629)	(81.629)
Total	188	187	187	187

15. IMOBILIZADO DE USO

	31.12.2020	01.01 a 31.03.2021			31.03.2021		
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾	Baixas	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	45.981	989	(107)	(2.831)	148.301	(104.269)	44.032
Móveis e equipamentos de uso	10.758	112	(1.459)	(413)	42.991	(33.993)	8.998
Sistema de comunicação	3.856	266	(181)	(344)	17.497	(13.900)	3.597
Sistema de processamento de dados	33.311	3.448	(871)	(3.057)	173.490	(140.659)	32.831
Sistema de segurança	203	-	(32)	(13)	2.635	(2.477)	158
Sistema de transporte	318	5	-	(33)	1.009	(719)	290
Total	94.427	4.820	(2.650)	(6.691)	385.923	(296.017)	89.906

Consolidado							
Instalações	46.612	989	(107)	(2.930)	152.012	(107.448)	44.564
Móveis e equipamentos de uso	10.898	112	(1.459)	(429)	45.876	(36.754)	9.122
Sistema de comunicação	3.863	266	(181)	(345)	18.873	(15.270)	3.603
Sistema de processamento de dados	33.321	3.448	(871)	(3.061)	176.832	(143.995)	32.837
Sistema de segurança	215	-	(32)	(15)	2.731	(2.563)	168
Sistema de transporte	318	5	-	(33)	1.009	(719)	290
Total	95.227	4.820	(2.650)	(6.813)	397.333	(306.749)	90.584

	31.12.2019	Exercício/2020			31.12.2020		
	Saldo contábil	Aquisições ⁽¹⁾ ⁽²⁾	Transferência ⁽³⁾	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Banco							
Instalações	30.053	8.995	16.402	(9.469)	147.452	(101.471)	45.981
Móveis e equipamentos de uso	5.404	3.061	3.980	(1.687)	48.030	(37.272)	10.758
Sistema de comunicação	2.202	2.741	15	(1.102)	17.848	(13.992)	3.856
Sistema de processamento de dados	28.866	18.826	394	(14.775)	173.096	(139.785)	33.311
Sistema de segurança	138	104	20	(59)	2.714	(2.511)	203
Sistema de transporte	416	27	1	(126)	995	(677)	318
Total	67.079	33.754	20.812	(27.218)	390.135	(295.708)	94.427

Consolidado							
Instalações	51.175	9.184	-	(13.747)	151.163	(104.551)	46.612
Móveis e equipamentos de uso	10.426	3.072	-	(2.600)	50.915	(40.017)	10.898
Sistema de comunicação	2.238	2.741	-	(1.116)	19.223	(15.360)	3.863
Sistema de processamento de dados	29.973	18.828	-	(15.480)	176.439	(143.118)	33.321
Sistema de segurança	188	104	-	(77)	2.809	(2.594)	215
Sistema de transporte	416	28	-	(126)	995	(677)	318
Total	94.416	33.957	-	(33.146)	401.544	(306.317)	95.227

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

⁽²⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve baixa de imobilizado de uso.

⁽³⁾ No Banco, inclui montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

16. INTANGÍVEL E ÁGIO

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Intangível	438.195	397.652	478.074	428.843
Ativos intangíveis	1.028.967	957.987	1.091.333	1.010.073
(Amortização acumulada)	(386.022)	(355.585)	(398.680)	(366.651)
(Provisões para redução ao valor recuperável - Imparidade acumulada)	(204.750)	(204.750)	(214.579)	(214.579)
Ágio ⁽¹⁾	-	-	-	34.117
Ágio e ajuste ao valor recuperável	-	-	-	34.117
Total	438.195	397.652	478.074	462.960

⁽¹⁾ Inclui o ágio registrado de sociedades controladas.

a) Composição

	31.03.2021				31.12.2020			
	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil	Valor de custo	Amortização Acumulada	Imparidade acumulada ⁽¹⁾	Saldo contábil
Banco								
Softwares adquiridos	41.889	(34.037)	-	7.852	37.184	(32.029)	-	5.155
Licenças de uso	318.960	(237.763)	-	81.197	297.044	(223.037)	-	74.007
Acordos por direitos de comercialização	34.161	(32.644)	-	1.517	31.841	(30.829)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	627.957	(80.745)	(203.750)	343.462	585.918	(69.107)	(203.750)	313.061
Marcas e patentes	6.000	(833)	(1.000)	4.167	6.000	(583)	(1.000)	4.417
Total	1.028.967	(386.022)	(204.750)	438.195	957.987	(355.585)	(204.750)	397.652
Consolidado								
Softwares adquiridos	66.358	(34.228)	-	32.130	61.652	(32.220)	-	29.432
Licenças de uso	326.449	(244.637)	-	81.812	303.321	(229.284)	-	74.037
Acordos por direitos de comercialização	34.161	(32.644)	-	1.517	31.841	(30.829)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	658.365	(86.338)	(213.579)	358.448	607.259	(73.735)	(213.579)	319.945
Marcas e patentes	6.000	(833)	(1.000)	4.167	6.000	(583)	(1.000)	4.417
Total	1.091.333	(398.680)	(214.579)	478.074	1.010.073	(366.651)	(214.579)	428.843

⁽¹⁾ Em 2020, inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

b) Movimentação

	31.12.2020	01.01 a 31.03.2021				31.03.2021
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Transferência	Amortização	Imparidade	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	5.155	4.705	-	(2.008)	-	7.852
Licenças de uso	74.007	21.872	-	(14.682)	-	81.197
Acordos por direitos de comercialização	1.012	2.320	-	(1.815)	-	1.517
Softwares desenvolvidos internamente	313.061	51.106	(9.067)	(11.638)	-	343.462
Marcas e patentes	4.417	-	-	(250)	-	4.167
Total	397.652	80.003	(9.067)	(30.393)	-	438.195
Consolidado						
Softwares adquiridos	29.432	4.706	-	(2.008)	-	32.130
Licenças de uso	74.037	23.083	-	(15.308)	-	81.812
Acordos por direitos de comercialização	1.012	2.320	-	(1.815)	-	1.517
Softwares desenvolvidos internamente	319.945	51.106	-	(12.603)	-	358.448
Marcas e patentes	4.417	-	-	(250)	-	4.167
Total	428.843	81.215	-	(31.984)	-	478.074

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31.12.2019	Exercício/2020				31.12.2020
	Saldo contábil	Aquisições ^{(1) (2)}	Transferência ⁽³⁾	Amortização	Imparidade ⁽⁴⁾	Saldo contábil
Banco						
Softwares adquiridos	5.067	3.343	135	(3.390)	-	5.155
Licenças de uso	45.101	68.407	23.328	(62.829)	-	74.007
Acordos por direitos de comercialização	-	3.255	3.788	(6.031)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	161.487	140.074	88.238	(22.962)	(53.776)	313.061
Marcas e patentes	-	-	5.000	(583)	-	4.417
Total	211.655	215.079	120.489	(95.795)	(53.776)	397.652
Consolidado						
Softwares adquiridos	29.686	3.343	-	(3.597)	-	29.432
Licenças de uso	71.834	71.385	-	(69.182)	-	74.037
Acordos por direitos de comercialização	1.312	9.875	-	(10.175)	-	1.012
Softwares desenvolvidos internamente	200.572	217.724	-	(34.747)	(63.604)	319.945
Marcas e patentes	-	5.000	-	(583)	-	4.417
Total	303.404	307.327	-	(118.284)	(63.604)	428.843

⁽¹⁾ Inclui variação cambial.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve baixa de ativos intangíveis.

⁽³⁾ No Banco, inclui montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (Nota 2b).

⁽⁴⁾ Em 2020, inclui efeitos de redefinições táticas de projetos.

c) Estimativa de amortização em 31 de março de 2021

	2021	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Total
Banco							
Valores a amortizar	102.326	99.414	86.473	76.179	52.151	21.652	438.195
Consolidado							
Valores a amortizar	105.476	102.799	89.798	79.328	54.671	46.002	478.074

d) Ágio e ajuste ao valor recuperável (Imparidade)

	Consolidado			
	Ágio		Imparidade	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Controladas do Banco Votorantim e da BVEP ^{(1) (2)}	-	40.786	-	(6.669)
Total	-	40.786	-	(6.669)

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2020, inclui ágio na aquisição de investimento da Vila Parque.

⁽²⁾ Em 31 de março de 2021, inclui reclassificação do ágio para os respectivos ativos que foram objetos do Relatório de avaliação de ativos e passivos a valor justo (PPA) da Vila Parque.

17. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

a) Depósitos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Depósitos à vista	399.876	435.183	390.199	429.711
Pessoas físicas	43.201	43.295	43.201	43.295
Pessoas jurídicas	353.519	389.818	346.992	386.407
Empresas ligadas	3.150	2.061	-	-
Vinculados	6	9	6	9
Depósitos interfinanceiros	4.340.834	4.188.194	4.211.431	4.042.750
Depósitos a prazo	21.338.130	21.720.834	20.632.185	21.037.930
Moeda nacional	19.335.578	19.774.377	18.629.633	19.091.473
Moeda estrangeira	2.002.552	1.946.457	2.002.552	1.946.457
Total	26.078.840	26.344.211	25.233.815	25.510.391
Passivo circulante	24.776.880	25.014.000	23.975.973	24.216.817
Passivo não circulante	1.301.960	1.330.211	1.257.842	1.293.574

b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade em 31 de março de 2021

	Sem vcto.	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31.03.2021	31.12.2020
Banco								
Depósitos à vista	399.876	-	-	-	-	-	399.876	435.183
Depósitos interfinanceiros	-	270.038	3.951.182	119.614	-	-	4.340.834	4.188.194
Depósitos a prazo	-	5.940.228	14.215.556	1.137.886	44.448	12	21.338.130	21.720.834
Total	399.876	6.210.266	18.166.738	1.257.500	44.448	12	26.078.840	26.344.211
Consolidado								
Depósitos à vista	390.199	-	-	-	-	-	390.199	429.711
Depósitos interfinanceiros	-	248.038	3.843.779	119.614	-	-	4.211.431	4.042.750
Depósitos a prazo	-	5.507.155	13.986.802	1.093.768	44.448	12	20.632.185	21.037.930
Total	390.199	5.755.193	17.830.581	1.213.382	44.448	12	25.233.815	25.510.391

c) Captações no mercado aberto

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Carteira própria				
Títulos privados – Debêntures ⁽¹⁾	14.861.073	12.513.833	14.219.514	11.903.508
Letras Financeiras do Tesouro	2.113.372	1.911.055	2.113.372	1.911.055
Letras do Tesouro Nacional	430.357	1.582.982	430.357	1.581.063
Notas do Tesouro Nacional	5.720.735	5.421.326	5.079.176	4.812.920
Títulos privados – Outros	4.835.728	1.466.900	4.835.728	1.466.900
Carteira de terceiros	1.760.881	2.131.570	1.760.881	2.131.570
Carteira de terceiros	1.523.364	599.570	1.523.364	599.570
Letras do Tesouro Nacional	332.839	447.024	332.839	447.024
Notas do Tesouro Nacional	1.190.525	152.546	1.190.525	152.546
Carteira de livre movimentação	3.931.563	2.525.751	3.931.563	2.525.751
Letras do Tesouro Nacional	3.116.812	1.720.308	3.116.812	1.720.308
Notas do Tesouro Nacional	814.751	805.443	814.751	805.443
Total	20.316.000	15.639.154	19.674.441	15.028.829
Passivo circulante	18.128.639	13.645.174	17.487.080	13.034.849
Passivo não circulante	2.187.361	1.993.980	2.187.361	1.993.980

⁽¹⁾ Inclui operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas ligadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.527/2016.

d) Despesas com operações de captação no mercado

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Despesas de captações com depósitos	(130.797)	(191.899)	(126.766)	(183.248)
Depósitos a prazo	(103.156)	(150.230)	(99.845)	(143.484)
Depósitos interfinanceiros	(27.641)	(41.669)	(26.921)	(39.764)
Despesas de captações no mercado aberto	(22.742)	(185.053)	(19.787)	(180.666)
Carteira própria	(60.091)	(144.307)	(57.136)	(110.285)
Carteira de terceiros	(8.760)	(13.537)	(8.760)	(43.172)
Carteira de livre movimentação ⁽¹⁾	46.109	(27.209)	46.109	(27.209)
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(1.172.889)	(1.626.543)	(1.172.889)	(1.633.781)
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	(1.410)	(3.037)	(1.410)	(3.037)
Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	(6.995)	(16.507)	(6.995)	(16.507)
Letras de Arrendamento Mercantil	-	-	-	(6.767)
Letras Financeiras	(189.824)	(320.327)	(189.824)	(320.327)
Letras Financeiras Garantidas	(59.538)	-	(59.538)	-
Emissão de títulos e valores mobiliários no exterior ⁽²⁾	(908.526)	(1.275.922)	(908.526)	(1.275.922)
Debêntures	-	(5.632)	-	(6.104)
Certificados de Operações Estruturadas	(70)	(85)	(70)	(85)
Outras	(6.526)	(5.033)	(6.526)	(5.032)
Despesas com dívidas subordinadas no exterior⁽²⁾	(301.492)	(544.256)	(301.492)	(544.256)
Total	(1.627.920)	(2.547.751)	(1.620.934)	(2.541.951)

⁽¹⁾ Inclui efeitos de variação de valor justo do passivo correspondente.

⁽²⁾ Inclui os efeitos de variação cambial dos passivos correspondentes.

18. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Obrigações por empréstimos (Nota 18b)	2.994.183	2.822.895
Obrigações por repasses (Nota 18c)	713.118	922.507
Total	3.707.301	3.745.402

b) Obrigações por empréstimos

	Até 3 meses	3 a 12 meses	Banco e Consolidado	
			31.03.2021	31.12.2020
No exterior	578.038	2.416.145	2.994.183	2.822.895
Tomados junto a banqueiros no exterior	457.305	2.388.849	2.846.154	2.786.230
Importação	120.733	27.296	148.029	36.665
Total	578.038	2.416.145	2.994.183	2.822.895
Passivo circulante			2.994.183	2.822.895

c) Obrigações por repasses
Do país – Instituições oficiais

Programas	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Banco e Consolidado	
		31.03.2021	31.12.2020
Tesouro Nacional		107.474	120.655
Pré-fixado	de 3,50% a 7,00% a.a.	83.016	110.603
Pós-fixado	Selic	24.458	10.052
BNDES		221.742	259.720
Pré-fixado	de 0,70% a 5,70% a.a.	61.441	66.062
Pós-fixado	de 1,42% a 1,50% a.a. + IPCA de 1,80% a 4,00% a.a. + TJLP 2,28% a.a. + Selic	117.493	193.658
Com variação cambial	1,80% a.a. + variação cambial	42.808	-
FINAME		383.902	542.132
Pré-fixado	de 0,50% a 8,00% a.a.	244.946	389.575
Pós-fixado	de 1,60% a 2,10% a.a. + TJLP de 1,15% a 2,25% a.a. + IPCA de 1,43% a 2,40% a.a. + Selic	138.956	152.483
Com variação cambial	2,00% a.a. + variação cambial	-	74
Total		713.118	922.507
Passivo circulante		292.874	356.866
Passivo não circulante		420.244	565.641

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2021.

d) Despesas de obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Resultado de obrigações por empréstimos ⁽¹⁾	(210.780)	(625.692)
Resultado de obrigações por repasses	(14.039)	(31.279)
Tesouro Nacional	(768)	(2.034)
BNDES	(5.134)	(18.126)
FINAME	(8.137)	(11.119)
Resultado de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	(88.646)	(156.065)
Total	(313.465)	(813.036)

⁽¹⁾ Inclui variação cambial sobre empréstimos e repasses no exterior.

19. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Captações	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						31.03.2021	31.12.2020
Letras de Crédito Imobiliário						256.809	190.375
Pré-fixado	R\$	41.886	de 3,25% a 8,64% a.a.	2020	2024	42.151	3.582
Pós-fixado	R\$	187.985	de 94,00% a 117,00% do DI	2019	2024	191.879	184.090
Pós-fixado	R\$	22.619	de 0,76% a 3,20 a.a. + IPCA	2021	2024	22.779	2.703
Letras de Crédito do Agronegócio						1.198.978	1.439.983
Pré-fixado	R\$	115.868	de 2,03% a 7,36% a.a.	2020	2024	117.896	107.660
Pós-fixado	R\$	1.036.664	de 90,00% a 116,50% do DI	2015	2024	1.076.493	1.330.972
Pós-fixado	R\$	4.484	de 0,73% a 2,47% a.a. + IPCA	2020	2023	4.589	1.351
Letras Financeiras						19.374.816	19.613.705
Pré-fixado	R\$	1.649.740	de 4,03% a 13,76% a.a.	2012	2031	1.728.872	1.166.149
Pós-fixado	R\$	16.216.608	de 100,00% a 130,00% do DI até 7,23% a.a. + DI	2017	2024	16.902.347	17.851.640
Pós-fixado	R\$	626.905	de 1,82% a 7,17% a.a.+ IPCA	2014	2032	743.597	595.916
Letras Financeiras Garantidas						8.584.455	10.674.459
Pós-fixado	R\$	8.517.100	0,59% a.a.+ Selic	2020	2021	8.584.455	10.674.459
Obrigações por TVM no exterior						8.903.775	8.230.537
Pré-fixado	R\$	49.279	de 1,92% a 10,00% a.a.	2019	2023	55.944	55.290
Com variação cambial ^{(2) (3)}	USD	1.745.909	de 1,04% a 8,12% a.a. + variação cambial	2019	2025	8.847.831	8.175.247
Certificados de Operações Estruturadas						5.533	5.462
Pós-fixado	R\$	5.202	5,25% a.a. ou variação cambial	2020	2021	5.533	5.462
Total						38.324.366	40.154.521
Passivo circulante						17.490.136	22.463.691
Passivo não circulante						20.834.230	17.690.830

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2021.

⁽²⁾ Em julho de 2020, foi realizada a emissão no exterior de USD 500.000 com pagamentos de juros semestrais.

⁽³⁾ Inclui emissão de título verde (*green bond*) no montante de R\$ 255.535 (Nota 30).

20. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDAS ELEGÍVEIS A CAPITAL
a) Composição

	Banco e Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020
Dívidas subordinadas (Nota 20b)	167.510	193.543
Instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 20c)	3.505.504	3.499.583
Total	3.673.014	3.693.126

b) Dívidas subordinadas

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2021	31.12.2020
Letras Financeiras Subordinadas					167.510	193.543
Pós-fixado	157.464	de 112,50 a 119,00% do DI	2016	2026	167.510	166.521
Pós-fixado ⁽²⁾	-	8,09% a.a. + IPCA	2015	2022	-	27.022
Total					167.510	193.543
Passivo não circulante					167.510	193.543

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2021.

⁽²⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, houve a recompra das letras financeiras subordinadas pelo Banco.

c) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital

Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
					31.03.2021	31.12.2020
Letras Financeiras Subordinadas					1.746.902	1.933.954
Pós-fixado	760.445	de 100,00% a 120,00% do DI até 1,71% a.a. + DI	2014	2024	1.106.995	1.243.812
Pós-fixado	210.640	de 5,72% a 9,31% a.a. + IPCA	2013	2030	440.530	439.792
Pré-fixado	77.890	de 11,03% a 17,98% a.a.	2015	2024	158.410	209.615
Pós-fixado	27.500	117,50% do Selic	2016	2023	40.967	40.735
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Ano captação			
Bônus Perpétuos ⁽²⁾					1.758.602	1.565.629
Pré-fixado	USD 300.000	8,25% a.a.	2017		1.758.602	1.565.629
Total					3.505.504	3.499.583
Passivo circulante					609.220	727.139
Passivo não circulante					2.896.284	2.772.444

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de março de 2021.

⁽²⁾ Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a emissão no exterior de USD 300.000 com pagamentos de juros semestrais.

Os *bonds* têm opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de Dez/2022 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Inclui os custos com emissão desses instrumentos, os quais são diferidos pelo prazo contratual, bem como não fazem parte da estrutura de *hedge*.

21. OUTROS PASSIVOS
a) Composição

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Outros passivos financeiros	9.348.643	8.693.816	9.697.701	8.892.329
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 12j.1) ⁽¹⁾	5.802.661	5.561.659	5.802.661	5.561.659
Comissões por intermediação de operações a pagar	20.740	23.844	22.663	26.275
Operações com cartão de crédito	-	-	111.851	109.880
Obrigações por aquisição de bens e direitos	385	3.277	385	3.277
Negociação e intermediação de valores	286.053	208.361	445.773	221.053
Carteira de câmbio (Nota 13b)	3.222.279	2.885.959	3.222.279	2.885.959
Outros	16.525	10.716	92.089	84.226
Outros passivos	1.422.520	1.327.888	1.594.709	1.580.663
Recursos em trânsito de terceiros	353.920	15.197	353.920	15.197
Provisão para participação nos lucros e resultados	82.901	193.096	96.947	216.977
Provisão para despesas de pessoal	174.861	254.378	195.280	297.411
Provisão para despesas administrativas	174.089	198.351	210.061	222.411
Provisão para perda com garantias financeiras prestadas (Nota 29.1.a.1)	206.911	218.530	206.911	218.530
Provisão para perda - Outros riscos	20.735	4.684	20.735	4.684
Obrigações legais (Nota 28h)	42.602	40.684	47.961	45.662
Credores diversos - No país	239.126	212.523	291.536	330.373
Credores diversos - No exterior	2.245	2.408	2.245	2.408
Valores a pagar a sociedades ligadas	1.287	3.338	-	-
Dividendos a pagar / Juros sobre o capital próprio a pagar ⁽²⁾	28.509	72.709	28.509	72.709
Compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	357	-	357	-
Outros	94.977	111.990	140.247	154.301
Total	10.771.163	10.021.704	11.292.410	10.472.992
Passivo circulante	7.079.562	6.476.491	7.589.011	6.895.857
Passivo não circulante	3.691.601	3.545.213	3.703.399	3.577.135

⁽¹⁾ Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios.

⁽²⁾ Para juros sobre o capital próprio, refere-se ao valor líquido dos efeitos tributários.

22. RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Administração de recursos de terceiros	-	-	27.824	32.445
Cobrança	6.527	10.396	3.276	867
Comissões sobre colocação de títulos	15.280	21.402	15.383	21.526
Corretagens de operações em bolsa	-	-	961	1.839
Rendas de serviços de custódia	27	79	4.659	4.841
Rendas de garantias prestadas	27.555	29.242	27.555	29.242
Transações de cartão de crédito	-	-	37.518	32.568
Comissões sobre seguros	6.605	-	136.388	136.180
Assessoria financeira	863	1.383	863	1.383
Correspondente bancário	-	-	79.455	89.207
Rendas de serviços de liquidação bancária com parceiros	2.740	2.403	2.740	2.403
Outros serviços	2.293	1.032	12.762	10.609
Total	61.890	65.937	349.384	363.110

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

b) Rendas de tarifas bancárias

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Confecção de cadastro	132.641	-	132.641	109.418
Transferência de recursos	54	736	54	736
Avaliação de bens	47.753	-	47.753	78.545
Rendas de cartão de crédito	-	-	31.778	30.468
Outras	133	81	384	786
Total	180.581	817	212.610	219.953

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

c) Despesas de pessoal

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Honorários, pró labore e outros (Nota 26)	(4.962)	(1.567)	(6.299)	(5.235)
Benefícios	(29.826)	(11.750)	(34.652)	(38.974)
Encargos sociais	(38.592)	(23.149)	(46.635)	(72.205)
Proventos ^{(2) (3)}	(104.014)	12.716	(138.407)	(70.179)
Demandas trabalhistas	(37.026)	(1.400)	(37.709)	(22.309)
Treinamentos	(1.925)	(540)	(2.306)	(2.375)
Previdência privada complementar	(2.275)	(938)	(2.883)	(2.687)
Total	(218.620)	(26.628)	(268.891)	(213.964)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui reversão de provisão de despesas de planos de incentivos de longo prazo, referentes a desembolsos, cuja realização não é mais esperada.

⁽³⁾ Inclui as despesas e os respectivos encargos incidentes sobre os programas de remuneração variável.

d) Outras despesas administrativas

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Água, energia e gás	(596)	(266)	(703)	(1.169)
Aluguéis	(19.879)	(4.397)	(23.033)	(16.642)
Comunicações	(7.300)	(397)	(11.551)	(14.214)
Manutenção e conservação de bens	(4.095)	(575)	(7.523)	(2.646)
Materiais	(581)	(269)	(663)	(1.220)
Processamento de dados	(44.769)	(17.407)	(65.808)	(70.562)
Promoções e relações públicas	42	(1.216)	(776)	(7.708)
Propaganda e publicidade	(5.639)	(4.633)	(10.980)	(13.017)
Publicações	-	(428)	(521)	(1.110)
Seguros	(1.435)	(343)	(1.655)	(1.226)
Serviços do sistema financeiro	(21.790)	(6.197)	(24.165)	(26.312)
Serviços de terceiros	(2.333)	(700)	(3.122)	(2.551)
Serviços de vigilância e segurança	(326)	(260)	(384)	(567)
Serviços técnicos especializados	(116.413)	(14.586)	(129.207)	(117.535)
Transportes	(1.156)	(201)	(1.210)	(2.285)
Viagens	(64)	(256)	(70)	(2.465)
Emolumentos judiciais e cartorários	(16.491)	(733)	(16.710)	(23.377)
Amortização ⁽²⁾	(26.493)	(5.249)	(31.984)	(24.421)
Depreciação ⁽²⁾	(5.794)	(148)	(6.813)	(7.859)
Outras	(15.538)	(2.692)	(19.562)	(18.747)
Total	(290.650)	(60.953)	(356.440)	(355.633)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Contempla os efeitos do convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre o Banco Votorantim e suas controladas.

e) Outras receitas operacionais

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Recuperação de encargos e despesas	1.201	5.478	1.499	9.629
Atualização de depósitos em garantia	-	1.597	-	4.334
Variação monetária ativa	10	653	181	5.113
Ressarcimento de multas de tributos pagos a maior	197	768	197	4.583
Ressarcimento de custos operacionais	157	-	157	1.357
Recuperação de perdas operacionais	-	-	-	19.129
Reversão de provisão sobre cancelamento de seguros	-	-	3.945	-
Direitos de exclusividade e preferência bancária	-	-	3.508	-
Resultado da atividade imobiliária ⁽²⁾	-	-	1.349	-
Outras ⁽³⁾	16.412	281	19.196	1.603
Total ⁽⁴⁾	17.977	8.777	30.032	45.748

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de rendas geradas pelos ativos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽³⁾ Inclui reversão de provisão para reestruturação.

⁽⁴⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

f) Outras despesas operacionais

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Custos associados à produção – Parceiros comerciais ⁽²⁾	(194.607)	(648)	(264.431)	(224.264)
Demandas cíveis	(23.931)	(91)	(24.979)	(30.813)
Demandas fiscais	(1.918)	(1.228)	(2.299)	(2.188)
Atualização de depósitos em garantia ⁽³⁾	(9.185)	-	(9.086)	-
Perdas operacionais	(3.403)	(257)	(3.505)	(2.404)
Prêmio pago sobre ativos financeiros	(61)	(57)	(61)	(57)
Resultado da atividade imobiliária ⁽⁴⁾	-	-	-	(6.128)
Direitos de exclusividade e preferência bancária	(8.190)	(2.530)	-	(2.530)
Provisão sobre cancelamento de seguros	-	-	-	(4.920)
Provisão despesas de compensação da emissão de CO ₂ por veículos financiados pelo banco BV	(357)	-	(357)	-
Outras	(11.116)	(1.516)	(27.149)	(19.387)
Total ⁽⁵⁾	(252.768)	(6.327)	(331.867)	(292.691)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, às comissões sobre financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas e autônomos, incluindo despesas com manutenção.

⁽³⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui mudança no índice de atualização de depósitos judiciais.

⁽⁴⁾ Inclui resultado na venda de participações.

⁽⁵⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Outras receitas	12.401	3.159	12.476	49.350
Lucro na alienação de valores e bens	9.229	674	9.222	-
Rendas de aluguéis	-	-	-	9
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	-	-	83	41.034
Reversão de provisão para perdas de investimentos por incentivos fiscais	-	2.485	-	5.931
Outras receitas não associadas diretamente à atividade operacional	3.172	-	3.171	2.376
Outras despesas	(7.170)	(30.867)	(20.278)	(41.914)
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	-	-	(3.219)
Perdas de capital	(50)	-	(50)	(1.290)
Desvalorização de outros valores e bens	(1.813)	(5.547)	(5.125)	(6.046)
Despesas com imóveis não de uso	(497)	(723)	(497)	(2.645)
Despesas com ágio e imparidade de controladas	-	(24.583)	(9.795)	(28.699)
Baixas de ativos imobilizados	(2.650)	-	(2.650)	-
Outras despesas não associadas diretamente à atividade operacional	(2.160)	(14)	(2.161)	(15)
Total⁽²⁾	5.231	(27.708)	(7.802)	7.436

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, refere-se a reversão das provisões para perdas cuja origem foi a troca das SPEs GMAX, Reserva Natural e NS Emp. Imob 10, pelo controle da SPE BVEP Vila Parque (Esta provisão havia sido constituída no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

⁽²⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período. A apresentação na respectiva linha de receita ou despesa leva em conta o período mais recente.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social do Banco Votorantim S.A., totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 8.130.372 (R\$ 8.130.372 em 31 de dezembro de 2020) está representado por 3.299.670.406 ações, sendo 2.131.587.081 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 1.168.083.325 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal (53.760.296.740 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal e 51.631.176.076 ações preferenciais nominativas, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2020).

Em 06 de fevereiro de 2020, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária a conversão de 32.469.090.100 ações ordinárias em preferenciais.

Em 08 de fevereiro de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o grupamento da totalidade das ações representativas do Capital social do Banco, na proporção de 31,94 para 1 ação da mesma espécie, passando o Capital social a ser representado por 3.299.670.406 ações. Após o grupamento, foi aprovada a conversão de 448.421.874 ações preferenciais em ações ordinárias.

b) Reserva de capital

A Reserva de capital está constituída por ágio na subscrição de ações, no montante de R\$ 372.120.

c) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de capital exceder 30% do Capital social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A Lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

d) Resultado por ação

	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Lucro líquido - Banco Votorantim S.A (R\$ mil)	354.538	204.486
Número médio ponderado por lote de mil ações (básico e diluído)	37.330.271	37.330.271
Lucro por ação (básico e diluído) (R\$)	9,50	5,48

e) Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido

	Lucro líquido		Patrimônio líquido	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	31.03.2021	31.12.2020
Banco Votorantim S.A.	354.538	204.486	11.193.600	10.746.169
Resultado não realizado - (RNR) ⁽¹⁾	599	16.679	7.148	7.548
Consolidado	355.137	221.165	11.200.748	10.753.717

⁽¹⁾ Refere-se ao resultado não realizado decorrente de transações entre ligadas, líquido de impostos.

f) Outros resultados abrangentes

Banco e Consolidado	01.01 a 31.03.2021				01.01 a 31.03.2020			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	245.530	(228.966)	102.810	119.374	100.332	(177.408)	77.415	339
Banco Votorantim ⁽¹⁾	237.675	(215.467)	96.818	119.026	38.374	(129.188)	58.134	(32.680)
Controladas	7.855	(13.499)	5.992	348	61.958	(48.220)	19.281	33.019
Hedge de fluxo de caixa	(96.177)	398.271	(179.222)	122.872	(127.069)	62.382	(28.072)	(92.759)
Banco Votorantim ⁽¹⁾	(96.177)	398.271	(179.222)	122.872	(127.069)	62.382	(28.072)	(92.759)
Total - Banco	149.353	169.305	(76.412)	242.246	(26.737)	(115.026)	49.343	(92.420)
Efeito do RNR ⁽²⁾	18.870	(999)	-	17.871	76.057	(27.796)	-	48.261
Total - Consolidado	168.223	168.306	(76.412)	260.117	49.320	(142.822)	49.343	(44.159)

⁽¹⁾ Inclui agência no exterior.

⁽²⁾ O efeito tributário é apresentado na linha "Ativos fiscais".

g) Participações acionárias (Quantidade de ações)

Composição da classe de ações de emissão do Banco Votorantim S.A. em que os acionistas são titulares diretamente:

Acionistas - Ações (mil)	31.03.2021					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Banco do Brasil S.A.	1.065.793	50,00%	584.042	50,00%	1.649.835	50,00%
Total	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%
Residentes no país	2.131.587	100,00%	1.168.083	100,00%	3.299.670	100,00%

Acionistas - Ações (mil)	31.12.2020					
	Ordinárias	% Ordinárias	Preferenciais	% Preferenciais	Total	% Total
Votorantim Finanças S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Banco do Brasil S.A.	26.880.148	50,00%	25.815.588	50,00%	52.695.736	50,00%
Total	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%
Residentes no país	53.760.297	100,00%	51.631.176	100,00%	105.391.473	100,00%

25. TRIBUTOS

a) Ativos fiscais

Total de ativos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ativos tributários correntes (Nota 25 a.1)	296.385	303.609	348.179	358.504
Ativos fiscais diferidos (Nota 25 a.2)	6.443.113	6.806.524	7.336.314	7.677.294
Total	6.739.498	7.110.133	7.684.493	8.035.798
Ativo circulante	47.152	13.932	67.121	46.268
Ativo não circulante	6.692.346	7.096.201	7.617.372	7.989.530

a.1) Ativos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a compensar	147.620	154.844	199.170	206.500
Imposto de renda a recuperar	-	-	244	3.239
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	148.765	148.765	148.765	148.765
Total ⁽¹⁾	296.385	303.609	348.179	358.504

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes a compensar cujo prazo esperado para compensação é superior a 12 meses.

a.2) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário - Ativado)

Banco	31.12.2020	01.01 a 31.03.2021		31.03.2021 ⁽¹⁾
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição ⁽²⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	6.099.560	535.882	(817.910)	5.817.532
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.070.766	345.137	(253.387)	4.162.516
Provisões passivas	685.508	7.690	(109.948)	583.250
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	739.186	173.483	(453.869)	458.800
Outras provisões ⁽³⁾	604.100	9.572	(706)	612.966
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	706.964	-	(81.383)	625.581
Total dos créditos tributários ativados	6.806.524	535.882	(899.293)	6.443.113
Imposto de renda	3.761.050	297.769	(497.214)	3.561.605
Contribuição social	3.045.474	238.113	(402.079)	2.881.508

Consolidado	31.12.2020	01.01 a 31.03.2021		31.03.2021 ⁽¹⁾
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constituição ⁽²⁾	Baixa	
Diferenças temporárias	6.531.918	577.082	(839.221)	6.269.779
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	4.408.134	386.384	(264.659)	4.529.859
Provisões passivas	765.941	7.643	(118.340)	655.244
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros ⁽²⁾	739.186	173.483	(453.869)	458.800
Outras provisões ⁽³⁾	618.657	9.572	(2.353)	625.876
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	1.145.376	6.088	(84.929)	1.066.535
Total dos créditos tributários ativados	7.677.294	583.170	(924.150)	7.336.314
Imposto de renda	4.437.855	324.057	(515.746)	4.246.166
Contribuição social	3.239.439	259.113	(408.404)	3.090.148

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, a parcela de (R\$ 100.531) (do total de R\$ 458.800) no Banco e no Consolidado, corresponde ao crédito tributário decorrente de ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, registrado em conta de patrimônio líquido.

⁽²⁾ Os valores correspondentes à movimentação do crédito tributário decorrente dos ajustes de valor justo da parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, registrados em conta de patrimônio líquido, no trimestre findo em 31 de março de 2021, são de (R\$ 179.221) do total de (R\$ 280.386), no Banco e no Consolidado.

⁽³⁾ Inclui os créditos tributários decorrentes de despesas com constituição de provisões para redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários.

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2020.

	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2021	1.529.625	1.487.274	1.597.698	1.553.463
Em 2022	1.509.854	1.409.228	1.616.598	1.508.585
Em 2023	1.394.420	1.239.281	1.558.025	1.384.684
Em 2024	404.060	339.778	594.920	500.274
Em 2025	521.422	413.351	822.706	652.190
De 2026 a 2027	467.680	342.099	517.978	379.569
De 2028 a 2030	616.052	336.769	628.389	343.822
Total de créditos tributários	6.443.113	5.567.780	7.336.314	6.322.587

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Banco		Consolidado	
	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo fiscal/CSLL a compensar ⁽¹⁾	Diferenças intertemporais ⁽²⁾
Em 2021	4%	26%	5%	25%
Em 2022	11%	25%	14%	23%
Em 2023	12%	23%	17%	22%
Em 2024	13%	6%	17%	7%
Em 2025	16%	7%	17%	10%
De 2026 a 2027	38%	4%	27%	4%
De 2028 a 2030	6%	9%	3%	9%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

a.3) Ativos fiscais diferidos (Crédito tributário – Não ativado)

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	94.088	94.088	166.925	170.807
Parcela de diferenças intertemporais	-	-	24.498	21.160
Total dos créditos tributários não ativados	94.088	94.088	191.423	191.967
Imposto de renda	52.271	52.271	137.012	137.411
Contribuição social	41.817	41.817	54.411	54.556

O saldo não constituído de crédito tributário será reconhecido nos livros contábeis, somente, quando atender aos aspectos regulatórios para sua ativação e apresentar efetiva perspectiva de realização.

b) Passivos fiscais
Total de passivos fiscais reconhecidos

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Passivos tributários correntes (Nota 25 b.1)	247.309	136.295	337.341	259.497
Passivos fiscais diferidos - Obrigações fiscais diferidas (Nota 25 b.2)	85.999	336.102	89.178	346.416
Total	333.308	472.397	426.519	605.913
Passivo circulante	244.491	136.295	323.428	254.649
Passivo não circulante	88.817	336.102	103.091	351.264

b.1) Passivos tributários correntes

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
IOF a recolher	25.604	1.877	26.882	1.911
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	-	-	6.051	6.036
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	127.466	32.866	190.759	129.131
Impostos e contribuições a recolher	94.239	101.552	113.649	122.419
Total ⁽¹⁾	247.309	136.295	337.341	259.497

⁽¹⁾ Inclui impostos e contribuições correntes, cujo prazo de liquidação é superior a 12 meses.

b.2) Obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	70.466	320.175	72.226	327.928
Crédito presumido - Lei nº 12.838/13	15.075	15.075	15.075	15.075
Outros passivos	458	852	1.877	3.413
Total das obrigações fiscais diferidas	85.999	336.102	89.178	346.416
Imposto de renda	48.254	187.375	50.642	194.228
Contribuição social	37.745	148.727	38.536	152.188

c) Despesas tributárias

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Cofins	(67.782)	(3.439)	(90.750)	(91.714)
ISSQN	(11.094)	(2.402)	(18.059)	(19.612)
PIS	(11.015)	(559)	(15.385)	(15.529)
Outras	(3.296)	(5.045)	(4.489)	(8.844)
Total	(93.187)	(11.445)	(128.683)	(135.699)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco a apropriação de despesas incorridas sobre passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

d) Despesas de impostos e contribuições sobre o lucro - Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)
d.1) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Valores correntes	(127.466)	-	(213.905)	(215.616)
IR e CSLL no país – Corrente	(127.466)	-	(213.905)	(215.616)
Valores diferidos	(31.626)	458.412	(9.113)	587.284
Passivo fiscal diferido	152.564	(1.763)	152.645	(1.736)
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	152.892	(1.532)	152.892	(1.532)
Outros passivos	(328)	(231)	(247)	(204)
Ativo fiscal diferido	(184.190)	460.175	(161.758)	589.020
Prejuízos fiscais/ Bases negativas de CSLL	(81.383)	150.393	(78.841)	76.879
Diferenças temporárias	(1.643)	(49.494)	18.247	157.433
Ajustes de valor justo de instrumentos financeiros	(101.164)	359.276	(101.164)	354.708
Total	(159.092)	458.412	(223.018)	371.668

(1) No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

d.2) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Resultado antes dos tributos e participações	560.155	(241.032)	637.967	(80.912)
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20%)	(252.070)	109.040	(287.086)	36.410
Resultado de participação em controladas	40.197	74.400	377	4.100
Participação nos lucros e resultados	20.936	5.802	26.916	31.316
Outros valores ^{(2) (3)}	31.845	269.170	36.775	299.842
Imposto de renda e contribuição social do período	(159.092)	458.412	(223.018)	371.668

(1) No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco apropriação de resultados gerados pelos ativos e passivos recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

(2) No trimestre findo em 31 de março de 2020, inclui o montante de R\$ 33.585 relativo aos efeitos da majoração de alíquota da CSLL para 20%, aplicável ao Crédito Tributário do Banco BV realizável a partir de março de 2020, referente aos valores de janeiro e fevereiro.

(3) Inclui encargos sobre variação cambial de investimentos no exterior.

26. PARTES RELACIONADAS

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da Administração do banco BV, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Honorários, pró labore e outros	4.962	1.567	6.299	5.235
Gratificações	20.073	6.850	19.960	10.978
Encargos sociais	7.629	3.233	7.760	4.715
Total	32.664	11.650	34.019	20.928

(1) Inclui membros do Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e RH, Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Transações com Partes Relacionadas.

O Conglomerado oferece um plano de previdência privada de contribuição definida ao pessoal chave da Administração.

O Conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal chave da Administração no período.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação aos acionistas controladores, estão incluídas as transações com o Conglomerado Banco do Brasil e com a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças e Votorantim Cimentos).

O Conglomerado realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos e cessão de carteiras de operações de crédito. Há ainda contratos de prestação de serviços, que contemplam o convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados com as empresas do Conglomerado.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Conglomerado realiza cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios com parte relacionada. No trimestre findo em 31 de março de 2021, a soma dos valores presentes totalizou R\$ 1.285.833 (R\$ 1.923.912 no trimestre findo em 31 de março de 2020). O resultado líquido das cessões de crédito, considerando as rendas e despesas das cessões com retenção substancial de riscos e benefícios está apresentado no quadro a seguir em "Rendas com juros, prestação de serviços e outras rendas".

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

em 31 de março de 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31.03.2021						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	279	-	-	-	-	-	279
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	-	-	197.701	-	-	597.613	795.314
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	80.027	-	-	-	1.904.715	1.984.742
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	2.723	-	-	-	-	2.723
Outros ativos	28.104	8.466	49.117	42.832	372	7.378	136.269
Passivos							
Depósitos à vista	(3.563)	(10.113)	(1.808)	(1.096)	(86)	(6.771)	(23.437)
Depósitos a prazo	(1.086.621)	(790.496)	-	(659.992)	(1.186)	(45.954)	(2.584.249)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(129.403)	-	-	-	(129.403)
Captações no mercado aberto	(16)	(105.664)	-	(641.560)	(131)	-	(747.371)
Recursos de aceites e emissão títulos	(205.565)	(436.630)	-	-	(1.696)	-	(643.891)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	(871.621)	(871.621)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital	(211.478)	-	-	-	-	-	(211.478)
Outros passivos	(5.818.187)	(14.254)	(13.328)	-	-	(105.863)	(5.951.632)
01.01 a 31.03.2021							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	118.783	964	8.313	-	-	5.232	133.292
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	42.791	-	-	-	18.495	61.286
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(11.375)	(7.172)	(720)	(5.548)	(28)	(131)	(24.974)
	31.12.2020						
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A	Controladas financeiras ⁽¹⁾	Controladas não financeiras ⁽²⁾	Pessoal chave da Administração ⁽³⁾	Outras ⁽⁴⁾	Total
Ativos							
Disponibilidades	972	-	-	-	-	-	972
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽⁵⁾	999.998	-	102.900	-	-	598.147	1.701.045
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	109.703	-	-	-	1.971.994	2.081.697
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	2.700	-	-	-	-	2.700
Outros ativos	13.422	9.608	20.837	23.034	431	15.676	83.008
Passivos							
Depósitos à vista	(2.221)	(5.432)	(1.185)	(733)	(52)	(3.554)	(13.177)
Depósitos a prazo	(586.735)	(826.270)	-	(637.150)	(49)	(45.754)	(2.095.958)
Depósitos interfinanceiros	-	-	(145.443)	-	-	-	(145.443)
Captações no mercado aberto	(739)	(91.905)	-	(608.406)	(135)	(1.919)	(703.104)
Recursos de aceites e emissão títulos	(259.458)	(547.671)	-	-	(4.896)	-	(812.025)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(12.202)	-	-	-	(1.023.692)	(1.035.894)
Outros passivos	(5.802.007)	(36.355)	(15.367)	-	-	(105.905)	(5.959.634)
01.01 a 31.03.2020							
Resultado							
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	92.647	-	526.877	-	-	5.155	624.679
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(59.102)	144.226	3.442	3.832	-	294.842	387.240
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	(14.298)	(14.943)	(6.292)	(6.383)	(64)	-	(41.980)

(1) Empresas relacionadas na nota explicativa nº 3. Não inclui operações entre as controladas.

(2) Inclui a Promotiva S.A., BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., BV Empreendimentos e Participações S.A. e Atenas SP 02 – Empreendimento Imobiliário Ltda. Não inclui operações entre as controladas.

(3) Conselho de Administração e seus respectivos comitês de assessoramento, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e membros da família (cônjuge, filhos e enteados) do pessoal chave.

(4) Inclui Votorantim Expertise Multimercado Fundo de Investimento, Fundo de Invest. em Participações BV - Multiestratégia Investimento no Exterior, Fundo de Invest. em Participações BV Tech I - Multiestratégia Investimento no Exterior, Crédito Universitário III Fundo de Invest. em Direitos Creditórios, empresas controladas da BVIA – BV Investimentos e Participações de Gestão de Recursos S.A. e das controladas da BV Empreendimentos e Participações S.A., bem como todas as empresas em que o pessoal chave possua participação ou nas quais exerça cargo estatutário.

(5) Inclui as operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias classificadas como Caixa e equivalentes de caixa.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Os principais benefícios oferecidos aos empregados do Conglomerado, previstos em acordo coletivo da categoria são seguro saúde, seguro de vida, assistência odontológica, vales refeição e alimentação, programas de remuneração variável e participação nos lucros e resultados. Dentre os benefícios mencionados, destacamos os programas de remuneração variável.

Os programas de remuneração de curto prazo e longo prazo: Incentivo Variável Condicionado, Incentivo de Longo Prazo e Programa de Compra de Ações Virtuais, aprovados pelo Conselho de Administração em 10 de maio de 2012, foram encerrados no exercício de competência de 2016 com efeitos até fevereiro de 2021.

No primeiro semestre de 2017, o Conglomerado implementou um novo programa de remuneração variável. São elegíveis ao programa os diretores e empregados do Conglomerado. Esse programa foi aprovado pelo Conselho de Administração em 09 de março de 2017.

Plano ILP: Em 2021, o Conglomerado implementou para os executivos, um plano de incentivo de longo prazo, que consiste em uma expectativa de direito de recebimento em ações virtuais, condicionado ao desempenho da organização no horizonte do tempo, com o objetivo (i) atração, motivação e retenção de talentos; (ii) alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses dos acionistas; (iii) geração de resultados e criação sustentável de valor; e (iv) criação de uma visão de longo prazo. Este plano tem duração de 4 anos.

Despesas cuja expectativa de realização decorre exclusivamente da prestação de serviços ao Conglomerado pelos beneficiários dos programas de remuneração variável: no trimestre findo em 31 de março de 2021 foram reconhecidos no resultado do Conglomerado, em Despesas de pessoal – Proventos R\$ 14.148 (R\$ 25.932 no trimestre findo em 31 de março de 2020) em relação às transações de incentivos de longo prazo. Os incentivos geralmente tornam-se de direito entre 1 e no máximo 4 anos contados da data da concessão.

Ocorreram os seguintes pagamentos aos colaboradores referentes aos programas de remuneração de longo prazo:

Ano do programa	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
2015	-	20.936
2016	27.625	6.525
2017	5.453	5.337
2018	674	6.329
Total	33.752	39.127

Em 31 de março de 2021, o Conglomerado registrou na rubrica Outros passivos - Provisão para despesas de pessoal o montante de R\$ 95.954 (R\$ 187.049 em 31 de dezembro de 2020).

O valor da ação virtual é calculado, no mínimo, trimestralmente com base nos resultados do Conglomerado e dos registros efetuados diretamente em contas do patrimônio líquido seguindo premissas contábeis vigentes. No valor do referido patrimônio líquido as movimentações não recorrentes são avaliadas individualmente e submetidas ao Comitê de Remuneração para deliberação quanto à sua exclusão ou não do cálculo do patrimônio líquido base para a valorização da ação virtual.

Movimentação de ações virtuais

	Banco		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Quantidade inicial	12.792.843	17.620.394	14.137.436	24.125.108
Novas / Atualizações	-	5.286.259	-	6.331.233
Pagas	(12.743.493)	(12.023.883)	(14.088.086)	(15.327.763)
Canceladas	(49.350)	-	(49.350)	(244.546)
Quantidade final	-	10.882.770	-	14.884.032

Além dos benefícios previstos em acordo coletivo da categoria, o Conglomerado ainda oferece outros benefícios, dentre os quais destacamos o plano de previdência privada.

Em março de 2019, entrou em vigor o plano de previdência privada de contribuição definida, nas modalidades PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres) e VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres), onde o Conglomerado, na qualidade de patrocinador contribui para formação do montante a ser revertido em renda complementar de aposentadoria pós-emprego. Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2018.

O programa de previdência privada tem como objetivo (i) reforçar o vínculo de longo prazo; (ii) conscientização do planejamento financeiro; e (iii) complementar a renda na aposentadoria.

28. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações trabalhistas

O Conglomerado é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

c) Ações fiscais

O Conglomerado está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISS, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins e contribuições previdenciárias patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

d) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

e) Provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas – Prováveis

O Conglomerado constitui provisão para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da entidade, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração do Conglomerado considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Saldos dos passivos contingentes classificados como prováveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	38.094	37.235	53.624	53.301
Demandas cíveis	258.857	259.758	274.748	273.612
Demandas trabalhistas	459.615	470.740	477.666	491.785
Total	756.566	767.733	806.038	818.698

e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis e trabalhistas classificadas como prováveis

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Demandas fiscais				
Saldo inicial	37.235	5.653	53.301	58.027
Constituições	49	30	342	2.007
Reversão da provisão	-	-	(78)	(76)
Baixa por pagamento	(11)	-	(752)	(84)
Atualizações	821	27	811	1.546
Saldo final	38.094	5.710	53.624	61.420
Demandas cíveis				
Saldo inicial	259.758	8.916	273.612	261.263
Constituições	11.903	2	14.656	13.375
Reversão da provisão	(11.804)	(5)	(12.593)	(11.498)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(12.989)	(2)	(13.820)	(16.998)
Atualizações ⁽³⁾	11.989	151	12.893	17.672
Saldo final	258.857	9.062	274.748	263.814
Demandas trabalhistas				
Saldo inicial	470.740	89.291	491.785	587.018
Constituições	46.079	8.083	46.992	81.163
Reversão da provisão	(37.168)	(4.984)	(39.794)	(30.545)
Baixa por pagamento ⁽²⁾	(25.788)	(4.284)	(27.336)	(32.797)
Atualizações	5.752	1.358	6.019	9.192
Saldo final	459.615	89.464	477.666	614.031
Total das demandas fiscais, cíveis e trabalhistas	756.566	104.236	806.038	939.265

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, inclui no Banco montantes referentes a incorporação da parcela cindida da BV Financeira (nota 2b).

⁽²⁾ Refere-se à baixa por pagamento por decisão judicial ou acordo entre as partes. O valor efetivamente pago está apresentado nas respectivas linhas das notas explicativas 22c e 22f.

⁽³⁾ Contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

e.2) Cronograma esperado de desembolsos em 31 de março de 2021

	Banco			Consolidado		
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas
Até 5 anos	19.317	258.857	459.615	29.945	274.748	477.666
De 5 a 10 anos	18.777	-	-	23.679	-	-
Total	38.094	258.857	459.615	53.624	274.748	477.666

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e.3) (Provisão) / reversão de provisão para passivos contingentes

	Banco ⁽¹⁾		Consolidado	
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Demandas fiscais	(859)	(57)	(323)	(3.393)
Demandas cíveis	901	(146)	(1.136)	(2.551)
Demandas trabalhistas	11.125	(173)	14.119	(27.013)
Total	11.167	(376)	12.660	(32.957)

⁽¹⁾ No trimestre findo em 31 de março de 2021, no Banco, inclui a apropriação no resultado dos efeitos de passivos contingentes incidentes sobre negócios recebidos da incorporação da parcela cindida da BV Financeira, após o referido evento (Nota 2b).

f) Passivos contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro a seguir representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação do Conglomerado. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

f.1) Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Demandas cíveis ⁽¹⁾	148.470	144.573	152.750	146.293
Demandas trabalhistas ⁽²⁾	292.832	244.676	334.401	280.774
Demandas fiscais (Nota 28.f.1.1)	1.875.585	1.878.755	2.089.257	2.075.715
Total	2.316.887	2.268.004	2.576.408	2.502.782

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

⁽²⁾ Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

f.1.1) Principais processos das ações de natureza fiscal com classificação de perda possível

Descrição das causas possíveis - Fiscais	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
INSS s/ PLR ⁽¹⁾	612.771	605.577	633.865	626.602
IRPJ - FINOR	23.090	23.038	27.100	27.041
ISS	20.409	20.029	21.670	21.199
INSS sobre PLR - Nassau Branch	39.242	39.175	39.242	39.175
PIS/COFINS sobre desmutualização	21.664	21.810	45.891	46.001
IRPJ compensação indevida - Gratificações a diretores estatutários	27.258	27.199	27.258	27.199
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2008 ⁽²⁾	124.046	118.497	124.046	118.497
Multa não homologação PER/DCOMP	47.146	47.013	47.146	47.013
IRPJ/CSLL - Exclusão indevida: ágio na aquisição títulos governos estrangeiros	24.148	24.047	24.148	24.047
IRRF oriundo de remessas para o exterior: impossibilidade compensação	49.170	49.035	49.170	49.035
PF e BNCSLL: excesso compensação AB 2012	90.959	90.693	90.959	90.693
IRPJ/CSLL sobre JCP: distribuição cumulativa exercícios anteriores ⁽³⁾	109.400	109.172	135.007	134.692
IPVA - Terceiros ⁽⁴⁾	216.280	232.824	223.906	240.183
INSS - Benefícios (VA/VR)	22.838	22.762	22.838	22.762
IRPJ/CSLL - Dedução PDD 2014	308.664	307.622	308.664	307.622
ISS VRG ⁽⁵⁾	-	-	125.998	109.841
Outras causas	138.500	140.262	142.349	144.113
Total	1.875.585	1.878.755	2.089.257	2.075.715

⁽¹⁾ Referem-se a autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil que versam sobre a cobrança de Contribuição Previdenciária calculada sobre os valores pagos pelas empresas a título de PLR supostamente em desacordo com as regras estabelecidas pela Lei nº 10.101/2000.

⁽²⁾ Referem-se a autuações lavradas sobre a Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de créditos por supostamente não atenderem às exigências legais.

⁽³⁾ Referem-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição.

⁽⁴⁾ Referem-se a responsabilidade pelo pagamento do IPVA de veículos financiados com alienação fiduciária em garantia credor fiduciário somente nos casos em que realizar a garantia.

⁽⁵⁾ Referem-se a discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017.

g) Depósitos em garantia de recursos
Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	Banco		Consolidado	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Demandas fiscais	199.306	198.072	234.983	233.648
Demandas cíveis	163.850	162.221	177.871	177.693
Demandas trabalhistas	236.553	266.560	237.992	268.205
Total	599.709	626.853	650.846	679.546

h) Obrigações legais

O Consolidado mantém registrado na rubrica Outros passivos a obrigação legal no montante de R\$ 47.961 (R\$ 45.662 em 31 de dezembro de 2020) sendo no Banco registrado o montante de R\$ 42.602 (R\$ 40.684 em 31 de dezembro de 2020), cuja principal discussão recai em uma ação declaratória na qual se visa afastar a incidência do ISS sobre receitas oriundas de operações de aval, fiança e outras garantias prestadas, bem como obter a restituição dos valores pagos a tal título nos últimos cinco anos, cujo montante provisionado no Banco é de R\$ 24.853 (R\$ 26.560 em 31 de dezembro de 2020).

As demais ações referem-se ao PIS LC 07/70, dedução do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS e FAP – Fator Acidentário de Proteção.

i) Ações civis públicas

O Conglomerado possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na análise das assessorias jurídicas e/ou avaliação dos advogados internos, o risco de perda é considerado possível. Dependendo do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinada com exatidão, tendo em vista que a possibilidade de perda depende da habilitação dos clientes interessados na ação.

Entre os temas discutidos, podemos destacar as ações envolvendo cobrança de tarifas, crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS e CDC (Crédito Direto ao Consumidor).

29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (gestão, *hedge* / seguros ou capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de crédito;
- Risco de crédito da contraparte;
- Risco de concentração de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de variação das taxas de juros da carteira bancária (RBAN);
- Risco de liquidez;
- Risco operacional;
- Risco de reputação;
- Risco de estratégia;
- Risco socioambiental;
- Risco climático;
- Risco de modelos;
- Risco de conformidade;
- Risco de *underwriting*;
- Risco de *collateral*;
- Risco de segurança cibernética; e
- Risco de contágio.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (*Asset Liability Management*), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução CMN nº4.557, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um *dashboard* constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

O Conglomerado dispõe de estruturas e políticas gerais e específicas para o gerenciamento de risco e capital, conforme Resolução CMN nº 4.557, aprovadas pelo Conselho de Administração e os princípios básicos observados na gestão e controle dos riscos e do capital foram estabelecidos em conformidade com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o processo interno de avaliação da adequação de capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Informações detalhadas sobre o processo de gerenciamento de riscos e capital podem ser observados no documento "Relatório de gestão de riscos e capital", elaborado com base no atendimento da Resolução BCB nº 54/2020, disponível no site de Relações com Investidores em www.bancobv.com.br/ri. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

a.1) Garantias financeiras prestadas

	Banco e Consolidado			
	31.03.2021		31.12.2020	
	Valores garantidos	Provisão	Valores garantidos	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	680.257	2.399	694.486	2.481
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	3.333.966	167.014	3.314.308	166.517
Vinculadas à distribuição de TVM por oferta pública	35.247	176	54.733	274
Outras fianças bancárias	3.029.638	37.319	2.697.807	49.252
Outras garantias financeiras prestadas	197.586	3	180.782	6
Total	7.276.694	206.911	6.942.116	218.530

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

c) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o risco legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;

- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma instituição financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

d.1) Análises de sensibilidade

O Conglomerado utiliza duas metodologias de análise de sensibilidade das suas exposições:

Análise de sensibilidade 1

Inicialmente, utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no valor justo das carteiras do Conglomerado diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado. Para efeito de simulação, são considerados dois cenários eventuais, nos quais o fator de risco analisado sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 pontos base.

Carteira *trading*

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.03.2021		31.12.2020	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(1.490)	1.461	(1.412)	1.384
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	8.220	(8.057)	10.669	(10.458)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(774)	759	(703)	689

Carteira *trading e banking*

Fator de risco	Conceito	Choque da taxa básica de juros			
		31.03.2021		31.12.2020	
		+ 100 bps	- 100 bps	+ 100 bps	- 100 bps
Taxa prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	(170.853)	167.470	(184.375)	180.724
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	130.347	(127.766)	120.641	(118.252)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	(10.947)	10.730	(11.205)	10.984
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	113	(111)	199	(195)

Análise de sensibilidade 2

São realizadas simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Conglomerado, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir:

• **Cenário 1** - Na construção desse cenário, as moedas sofrem choques de 1% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2021 (1% em 31 de dezembro de 2020). O valor estressado do dólar americano (DOL-CL da BM&F), seria de R\$ 5,6344 (101% de R\$ 5,6907) (R\$ 5,2297 (101%) em 31 de dezembro de 2020). O índice BOVESPA chocado é de 117.800 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2020 (120.603 pontos, equivalente a 101% do valor de fechamento em 31 de dezembro de 2020). As curvas de juros pré-fixado, de cupons de índice de preços, de cupons de moeda estrangeira e demais cupons de taxa de juros sofrem choques paralelos de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam ou reduzem em 0,10% (0,10% em 31 de dezembro de 2020).

• **Cenário 2** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 25% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2021 (25% em 31 de dezembro de 2020). A taxa pré, no dia 31 de março de 2021, para o prazo de um ano é 5,0978% (2,8590% em 31 de dezembro de 2020). Desse modo, toda a curva é chocada em 1,27% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado (0,71% em 31 de dezembro de 2020).

• **Cenário 3** - Cenário onde as moedas e o índice BOVESPA sofrem choques de 50% e as taxas de juros sofrem choques paralelos de 50% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2021 (50% em 31 de dezembro de 2020).

Na análise feita para as operações classificadas na carteira *banking*, tem-se que a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças em taxa de juros e preços praticados no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do Conglomerado. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito, captações e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a classificação contábil de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros ou preços são refletidos no patrimônio líquido e não no resultado. Há também operações atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira *trading*, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações com acordo de recompra, e *banking*, apresentando os valores observados em cada data base:

Carteira *trading*

Fator de risco / conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
	31.03.2021						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	519.131	Aumento	(149)	Aumento	(2.031)	Aumento	(4.290)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(233.464)	Aumento	1.414	Redução	(1.151)	Redução	(2.366)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	934.960	Aumento	9.445	Redução	(208.300)	Redução	(453.019)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	18.948	Aumento	(77)	Aumento	(18)	Aumento	(36)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	(575)	Aumento	(12)	Redução	(348)	Redução	(3.196)
	31.12.2020						
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	656.318	Aumento	(140)	Aumento	(1.082)	Aumento	(2.341)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(68.618)	Aumento	1.078	Redução	(2.324)	Redução	(4.674)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(155.881)	Aumento	(1.523)	Aumento	(26.443)	Aumento	(30.705)
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	16.076	Aumento	(70)	Aumento	(313)	Aumento	(614)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	-	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção	-

Carteira trading e banking

Fator de risco / Conceito	Exposição	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
		Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado	Variação de taxas	Resultado
		31.03.2021					
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	6.178.991	Aumento	(15.196)	Aumento	(190.815)	Aumento	(375.729)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(4.657.957)	Aumento	13.921	Redução	(39.859)	Redução	(80.214)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(517.055)	Aumento	(4.703)	Aumento	(141.865)	Aumento	(278.525)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(20.344)	Aumento	6	Redução	(4)	Redução	(7)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	29.132	Aumento	251	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	704.038	Aumento	(1.341)	Aumento	(2.948)	Aumento	(5.601)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	18.658	Aumento	(12)	Redução	(348)	Redução	(3.196)
31.12.2020							
Taxa prefixada / Risco de variação das taxas prefixadas de juros	16.373.558	Aumento	(16.897)	Aumento	(119.848)	Aumento	(237.485)
Cupons de moedas estrangeiras / Risco de variação de cupom cambial	(7.091.414)	Aumento	11.651	Redução	(32.808)	Redução	(65.909)
Variação cambial / Risco de variação das taxas de câmbio	(337.278)	Aumento	(2.582)	Aumento	(51.297)	Aumento	(76.646)
TJLP / Risco de variação de cupom de TJLP	(29.586)	Aumento	12	Redução	(70)	Redução	(141)
TR/TBF / Risco de variação de cupom de TR e TBF	35.152	Aumento	342	Manutenção	-	Manutenção	-
Índice de preços / Risco de variação de cupons de índices de preços	591.925	Aumento	(1.111)	Aumento	(5.188)	Aumento	(10.090)
Outros / Risco de variação dos demais cupons	14.414	Manutenção	-	Manutenção	-	Manutenção	-

d.2) Testes de estresse

O Conglomerado utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Estes testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência. O programa de testes de estresse de risco de mercado do Conglomerado faz uso de métodos de avaliação baseados em testes retrospectivos.

Testes retrospectivos

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- Extensão da série histórica para determinação dos cenários: 2005 até a data-base de referência;
- Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da instituição.

Para as estimativas de ganhos e perdas do teste retrospectivo de estresse na Carteira Consolidada, em 31 de março de 2021 e com base na percepção da alta Administração acerca do comportamento das ações, commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros, foram utilizados dois cenários:

Cenário I - Nesse cenário, as curvas de juros sofrem choques paralelos positivos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 5,88 (R\$ 5,86 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques positivos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2021; e é aplicada uma variação negativa de -15,28% no Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).

Cenário II - Nesse cenário as curvas de juros sofrem choques paralelos negativos; a taxa de câmbio (reais/dólar) considerada é de R\$ 4,63 (R\$ 4,62 em 31 de dezembro de 2020); as *commodities* sofrem choques negativos de 10% sobre o valor de fechamento em 31 de março de 2021; e é aplicada uma variação positiva de 24,49% do Índice BOVESPA (as mesmas taxas foram utilizadas em 31 de dezembro de 2020).

Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Seguem os resultados do teste retrospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Conglomerado.

Estimativas de maiores perdas do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	18.658	(2.233)	14.414	-
Moedas estrangeiras	(517.055)	(83.429)	(337.278)	(42.530)
Taxa de juros	2.233.860	(206.999)	9.879.634	(309.818)
Total	1.735.463	(292.661)	9.556.770	(352.348)

Estimativas de maiores ganhos do teste retrospectivo de estresse – Carteira consolidada

Fator de risco	31.03.2021		31.12.2020	
	Exposição	Estresse ⁽¹⁾	Exposição	Estresse ⁽¹⁾
Ações	18.658	-	14.414	-
Moedas estrangeiras	(517.055)	81.639	(337.278)	41.462
Taxa de juros	2.233.860	159.181	9.879.634	196.501
Total	1.735.463	240.820	9.556.770	237.963

⁽¹⁾ Os testes de estresse otimista e pessimista para o grupo de ações é feito somente sob o índice BOVESPA.

d.3) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- **Nível 2:** Inputs incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Envolve o emprego de métodos quantitativos, amplamente aceitos, que utilizam referenciais de mercado e dados não observáveis no mercado na produção de suas estimativas.

Os valores apurados para os instrumentos classificados no nível 3, referentes a 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não são materiais.

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

Consolidado	31.03.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	701.217	-	701.217
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	19.287.388	4.835.392	594.088	24.716.868
Títulos para negociação	5.356.695	1.144.878	-	6.501.573
Títulos disponíveis para venda	13.930.693	3.690.514	594.088	18.215.295
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	1.014.878	4.447.101	-	5.461.979
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	20.072.280	-	20.072.280
Total	20.302.266	30.055.990	594.088	50.952.344
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 17c)	-	(3.931.563)	-	(3.931.563)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(1.135.352)	(3.510.023)	-	(4.645.375)
Total	(1.135.352)	(7.441.586)	-	(8.576.938)

Consolidado	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	501.451	-	501.451
Títulos e valores mobiliários (Nota 9a)	19.907.487	4.427.674	575.439	24.910.600
Títulos para negociação	5.178.398	1.101.299	-	6.279.697
Títulos disponíveis para venda	14.729.089	3.326.375	575.439	18.630.903
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	849.482	2.771.658	-	3.621.140
Carteira de crédito objeto de <i>hedge</i> (Nota 10g)	-	18.985.162	-	18.985.162
Total	20.756.969	26.685.945	575.439	48.018.353
Passivo				
Captação no mercado aberto - Carteira livre movimentação (Nota 17c)	-	(2.525.751)	-	(2.525.751)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 10a)	(929.988)	(2.675.669)	-	(3.605.657)
Total	(929.988)	(5.201.420)	-	(6.131.408)

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços que representam transações de mercado reais e ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

A melhor evidência de valor justo é o preço cotado em mercado ativo. A maioria das técnicas de avaliação emprega dados observáveis de mercado, caracterizando alto grau de confiança no valor justo estimado.

Conforme os níveis de informação na mensuração do valor justo, as seguintes técnicas de avaliação são aplicadas:

O valor justo apurado para os instrumentos financeiros classificados como nível 1 pressupõe o apreçamento, no mínimo diário, através de cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são obtidos pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado.

Neste contexto, o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento é incluído no nível 2.

Para o valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, não existem informações de precificação observáveis em mercado ativo. O Conglomerado usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos internos estruturados.

Para as ações não cotadas em bolsa, atualmente classificados no nível 3, o processo de avaliação de valor justo utiliza o modelo de Merton, considerando os fluxos de caixa esperados, sujeitos as condições definidas em contrato e avalia o comportamento dos ativos da empresa (informação das Demonstrações Contábeis das empresas) através da estimativa da volatilidade dos ativos. Este parâmetro é gerado a partir da volatilidade histórica de ativos semelhantes observáveis no mercado.

A qualidade e a aderência dos modelos utilizados são garantidas através de um processo estruturado de governança. As áreas responsáveis pela definição e aplicação dos modelos de apreçamento são segregadas das áreas de negócios. Os modelos utilizados são documentados, submetidos à validação de uma área independente e aprovados internamente na Comissão de Risco de Mercado.

(i) Movimentação do nível 3

Consolidado	Saldo em 31.12.2020	01.01 a 31.03.2021		Saldo em 31.03.2021
		Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimen- tações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	575.439	20.066	(1.417)	594.088
Total	575.439	20.066	(1.417)	594.088

Consolidado	Saldo em 31.12.2019	Exercício/2020		Saldo em 31.12.2020
		Adições / (liquidações)	Resultado / outras movimen- tações	
Ativo				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos disponíveis para venda	216.043	401.308	(41.912)	575.439
Total	216.043	401.308	(41.912)	575.439

d.4) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados a custo corrigido

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

Consolidado	31.03.2021		31.12.2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos	9.345.386	45.309.607	44.474.890	44.790.370
Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento (Nota 9a)	9.345.386	9.165.085	9.287.610	9.598.667
Carteira de crédito (Notas 12a / 29.1.d.3)	36.143.432	36.144.522	35.187.280	35.191.703
Passivos	(86.681.374)	(89.737.946)	(85.606.518)	(88.666.002)
Captações no mercado aberto (Notas 17c / 29.1.d.3)	(15.742.878)	(16.559.227)	(12.503.078)	(13.095.974)
Depósitos (Nota 17a)	(25.233.815)	(25.728.755)	(25.510.391)	(25.919.341)
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 18)	(3.707.301)	(3.938.734)	(3.745.402)	(4.294.627)
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 19)	(38.324.366)	(39.419.545)	(40.154.521)	(41.295.284)
Dívidas subordinadas e instrumentos de dívidas elegíveis a capital (Nota 20)	(3.673.014)	(4.091.685)	(3.693.126)	(4.060.776)
Total	(77.335.988)	(44.428.339)	(41.131.628)	(43.875.632)

d.5) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de crédito e arrendamento mercantil: As operações de crédito alocadas em programas de *Hedge Accounting*, do tipo *hedge* de risco de mercado, são contabilizadas pelo seu valor justo. Para as operações de arrendamento mercantil, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes e para as demais operações, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Depósitos: Para as operações de depósitos à prazo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes. Para os depósitos a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

Captações no mercado aberto: Para as captações em taxas pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Obrigações por empréstimos e repasses: Considerou-se o valor justo das operações deste grupo equivalente ao seu valor contábil.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

Dívidas subordinadas e Instrumentos de dívidas elegíveis a capital: Para as operações deste grupo, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

e) Risco socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais.

A gestão do risco socioambiental pelo Conglomerado é norteada pela Política Corporativa de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (PSRSA). Esta política atende às disposições da Resolução CMN nº 4.327/2014 e a autorregulação Febraban SARB nº 14, orientando o comportamento das empresas do Conglomerado Econômico Financeiro Votorantim no que tange práticas socioambientais de negócios e relacionamentos com as partes interessadas.

Demonstrando a importância do tema para a Instituição, o apetite de riscos (RAS) do banco BV contempla uma dimensão exclusiva sobre risco socioambiental, sendo que o indicador é monitorado mensalmente e reportado para o Comitê de Controles e Riscos (CCR), Comitê de Riscos e Capital (CRC) e Conselho de Administração (CA).

A estrutura de gerenciamento de risco socioambiental do banco BV é responsável por identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o risco socioambiental associado às atividades e operações da Instituição, tendo em vista os princípios de relevância e proporcionalidade da Resolução CMN nº. 4.327/2014.

A gestão de risco socioambiental observa a legislação ambiental aplicável, bem como avalia os aspectos socioambientais com os quais o cliente ou fornecedor esteja envolvido, a fim de subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

O gerenciamento do risco socioambiental durante a concessão de crédito é realizado por meio de metodologias de análise que determinam o *Rating* Socioambiental, incluso no processo de atribuição do *Rating* de Crédito.

Em linha com a PSRSA do Conglomerado, o banco BV tornou-se signatário dos Princípios do Equador (PE) no ano de 2016. O PE é iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em *project finance* (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

2) Processo de gestão de capital

A gestão do capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução CMN nº 4.557, e Circular nº 3.846 do Bacen, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de suficiência de capital na visão regulatória e econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Adicionalmente, são realizadas análises da viabilidade de recompra de instrumentos elegíveis a capital com cláusulas de resgate, sempre que pertinente.

a) Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

a.1) Índices de capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.748/2015, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) Investimentos em a) entidade assemelhada a instituição financeira não consolidada, sociedade seguradora, resseguradora, sociedade de capitalização e entidade aberta de previdência complementar; e b) instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em instituição situada no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil, que não componha o conglomerado;
- (v) participação de não controladores no capital de a) subsidiária que seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e b) subsidiária no exterior que exerça atividade equivalente à de instituição financeira no Brasil;
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. O Conglomerado considera os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.851/2020, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, até 31.12.2021, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. Após 01.01.2022, os créditos tributários devem ser incluídos com o seguinte cronograma: no mínimo 50%, até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022;
- (ix) ativos permanentes diferidos;
- (x) Entre outros;

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013 e alterações posteriores.

São apresentadas a seguir as informações do Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial:

Índice de Basileia	31.03.2021	31.12.2020
PR – Patrimônio de Referência	11.182.419	10.610.530
Nível I	10.697.403	10.078.251
Capital complementar	1.758.602	1.565.629
Capital principal	8.938.801	8.512.622
Patrimônio líquido ⁽¹⁾	10.942.224	10.698.401
Ajustes prudenciais ⁽²⁾	(2.003.423)	(2.185.779)
Outros	(2.002.852)	(2.185.402)
Ajustes ao valor justo	(571)	(377)
Nível II	485.016	532.280
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	485.016	532.280
Dívidas subordinadas autorizadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/2013 ⁽³⁾	485.016	532.280
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	76.323.467	72.467.089
Risco de crédito (RWACPAD)	66.053.916	63.770.830
Risco de mercado (RWAMPAD)	3.690.582	2.250.837
Risco operacional (RWAOPAD)	6.578.969	6.445.422
Patrimônio de referência mínimo requerido ⁽⁴⁾	6.105.877	5.797.367
Capital principal mínimo requerido ⁽⁵⁾	3.434.556	3.261.019
Patrimônio de referência nível I mínimo requerido ⁽⁶⁾	4.579.408	4.348.025
PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	278.200	333.008
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido	5.076.541	4.813.163
Margem sobre o capital mínimo requerido	5.504.245	5.251.603
Margem sobre o patrimônio de referência nível I mínimo requerido	6.117.995	5.730.225
Margem sobre o patrimônio de referência mínimo requerido incluído RBN e ACP ⁽⁷⁾	3.844.298	3.574.316
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,71%	11,75%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	14,02%	13,91%
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,65%	14,64%
Razão de Alavancagem	7,25%	7,32%

⁽¹⁾ Conforme artigo art. 4º, § 2º da Resolução CMN nº 4.192/2013, os valores relativos aos ajustes ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de fluxo de caixa de itens protegidos que não tenham seus ajustes de marcação a valor justo registrados contabilmente não compõe a base de cálculo para fins de apuração do Patrimônio de Referência. Os montantes informados contemplam esses ajustes.

⁽²⁾ Consideram os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.851/2020, que autoriza às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal, até 31.12.2021, os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. Após 01.01.2022, os créditos tributários devem ser incluídos com o seguinte cronograma: no mínimo 50%, até 30.06.2022 e 100% até 31.12.2022.

⁽³⁾ Considerou-se o saldo dos instrumentos de Dívida Subordinada emitidos anteriormente à Resolução CMN nº 4.192/2013 com a aplicação dos redutores estabelecidos no art. 27 da referida Resolução.

⁽⁴⁾ Corresponde à aplicação do fator "F" ao montante de RWA, sendo "F" igual a 8% do RWA, a partir de 01.01.2019.

⁽⁵⁾ Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

⁽⁶⁾ Representa o mínimo de 6% do RWA.

⁽⁷⁾ Adicional de Capital Principal (ACP) que corresponde ao Adicional de Conservação e Adicional Contracíclico. Foi publicada Resolução CMN nº 4.783/2020 que alterou, por prazos determinados, os percentuais a serem aplicados ao montante de RWA para fins de apuração da parcela ACP Conservação, com início da vigência data-base abril de 2020 formalizada pela Carta Circular Bacen nº 4.016/2020. A referida Resolução contempla o escopo de ações regulatórias divulgadas em março de 2020 para cobrir eventuais impactos decorrentes da COVID-19.

Ajustes prudenciais deduzidos do Capital principal:

	31.03.2021	31.12.2020
Ajuste prudencial I - Ágios pagos	(10.796)	(10.548)
Ajuste prudencial II - Ativos intangíveis	(452.340)	(403.105)
Ajuste prudencial VII - Créditos tributários de diferença temporária	(777.031)	(930.220)
Ajuste prudencial VIII - Crédito tributário de prejuízo fiscal e de base negativa	(762.685)	(841.529)
Ajuste prudencial XV – Diferença a menor – Ajustes da Resolução CMN 4.277/13	(571)	(377)
Total	(2.003.423)	(2.185.779)

b) Índice de imobilização

O índice de imobilização do Conglomerado Prudencial totalizou 18,49% (18,70% em 31 de dezembro de 2020), sendo apurado em conformidade com as Resoluções CMN n.º 4.192/2013 e n.º 2.669/1999.

	31.03.2021	31.12.2020
Limite para imobilização	5.591.209	5.305.265
Valor da situação para o limite de imobilização	2.067.357	1.983.723
Valor da margem ou insuficiência	3.523.852	3.321.542

Em atendimento a Resolução BCB nº 54/2020, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br/ri.

30. MEIO AMBIENTE, SOCIAL E GOVERNANÇA - PRÁTICAS ESG

Em 2020, o banco BV criou um Comitê de Sustentabilidade, na qual define os objetivos e as estratégias de ESG. Os principais reflexos observáveis nas demonstrações contábeis de práticas de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental e de aprimoramento da governança são:

No trimestre findo em 31 de março de 2020, o banco BV realizou a primeira emissão de título verde (*green bond*) no montante de R\$ 255.535 registrado na rubrica de Recursos de aceites e emissão de títulos, que foram destinados a ativos ou projetos relacionados à geração de energia renovável, como financiamento de painéis solares e desenvolvimento de parques eólicos.

	Moeda	Valor emitido	Remuneração a.a.	Ano captação	Ano vencimento	Banco e Consolidado	
						31.03.2021	31.12.2020
Green bond						289.000	261.431
Com variação cambial	USD	50.000	3,35% a.a. + variação cambial	2020	2024	289.000	261.431

Em novembro de 2020, o banco BV anunciou um compromisso público de compensar a totalidade das emissões de CO₂ dos automóveis que financiar a partir de 2021. No trimestre findo em 31 de março de 2021, o banco BV reconheceu no resultado (em Outras despesas operacionais) o montante de R\$ (357) de provisão de despesas de compensação da emissão de CO₂ de veículos financiados, equivalente à emissão de 69.469 toneladas de CO₂, em contrapartida ao passivo correspondente, registrado em Outros passivos - Provisão de despesas de compensação da emissão de CO₂ por veículos financiados pelo banco BV. As práticas contábeis adotadas pela Instituição para o reconhecimento e mensuração dos créditos de carbono que serão adquiridos e do passivo correspondente ao compromisso de compensação da emissão de carbono estão descritas nas notas explicativas 4l e 4r, respectivamente.

O banco BV, visando diminuir os impactos da pandemia da COVID-19 implementou um amplo programa de renegociações de créditos. Informações adicionais sobre esse programa e volumes renegociados estão descritas nas notas explicativas 5i e 12k.

A possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais é definido como risco socioambiental, cujas diretrizes são estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.327/2014 e pela autorregulação promovida pela Febraban. Informações adicionais sobre o risco socioambiental e sua gestão pelo Conglomerado estão descritas na nota explicativa 29.1.e.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Conglomerado é tomador de empréstimos de curto prazo junto a instituições financeiras internacionais, que em determinados casos podem exigir manutenção de índices financeiros (*financial covenants*). Quando exigidos os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e normas do Bacen. Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o Conglomerado não possuía operações com estas características.

b) Informações de agência no exterior

	31.03.2021	31.12.2020
Ativo circulante e não circulante	8.110.868	8.747.286
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	8.110.868	8.747.286
Total do ativo	8.110.868	8.747.286
Passivo circulante e não circulante	(6.302.676)	(7.105.914)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	(6.302.676)	(7.105.914)
Patrimônio líquido	(1.808.192)	(1.641.372)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch ⁽¹⁾	(1.808.192)	(1.641.372)
Total do passivo	(8.110.868)	(8.747.286)
	01.01 a 31.03.2021	01.01 a 31.03.2020
Lucro / (Prejuízo)	67.057	(28.813)
Banco Votorantim S.A. – Nassau Branch	67.057	(28.813)

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a agência Nassau Branch realizou o pagamento de dividendos no montante de USD 150.000 (R\$ 754.545).

c) Cobertura de seguros

O Conglomerado adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes

Riscos cobertos	31.03.2021		31.12.2020	
	Valores cobertos	Valor do prêmio	Valores cobertos	Valor do prêmio
Banco				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.089.090	6.938	1.118.545	7.062
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	117.300	40	117.300	40
Seguro cibernético	100.000	1.810	100.000	1.810
Consolidado				
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	1.146.591	7.275	1.159.710	7.384
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	123.000	43	123.000	43
Seguro cibernético	100.000	1.810	100.000	1.810

d) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Foram firmados acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263/2005, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

e) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos e juros sobre capital próprio	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2020	193.543	3.499.583	72.709	8.130.372	2.466.444	14.362.651
Variações com efeito de caixa	(27.614)	(215.473)	(44.200)	-	-	(287.287)
Juros sobre capital próprio pagos ⁽²⁾	-	-	(44.200)	-	-	(44.200)
Liquidação	(27.684)	(344.218)	-	-	-	(371.902)
Transferências	(121.995)	121.995	-	-	-	-
Recursos provenientes de novas captações	122.065	-	-	-	-	122.065
Impostos e taxas	-	6.750	-	-	-	6.750
Variações sem efeito de caixa	1.581	221.394	-	-	-	222.975
Despesas com juros	1.581	71.214	-	-	-	72.795
Variação cambial	-	150.180	-	-	-	150.180
Saldo em 31.03.2021	167.510	3.505.504	28.509	8.130.372	2.466.444	14.298.339

Banco e Consolidado	Passivos			Patrimônio líquido		Total
	Obrigações por dívidas subordinadas	Instrumentos de dívidas elegíveis à capital	Dividendos	Capital social	Reservas de capital e de lucros ⁽¹⁾	
Saldo em 31.12.2019	3.116.893	3.480.275	25.042	8.130.372	1.751.822	16.504.404
Variações com efeito de caixa	(3.096.991)	4.206	-	-	-	(3.092.785)
Liquidação	(3.096.991)	(1.047)	-	-	-	(3.098.038)
Impostos e taxas	-	5.253	-	-	-	5.253
Variações sem efeito de caixa	-	384.804	-	-	-	384.804
Despesas com juros	-	34.404	-	-	-	34.404
Variação cambial	-	350.400	-	-	-	350.400
Saldo em 31.03.2020	19.902	3.869.285	25.042	8.130.372	1.751.822	13.796.423

⁽¹⁾ Refere-se ao saldo de reservas de capital e de lucros do Banco Votorantim. Não inclui o lucro do período registrado em lucros acumulados.

⁽²⁾ Valor líquido de impostos.

f) Administração de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos administrados pela Votorantim Asset Management Distribuidora de TVM Ltda.:

	Quantidade de fundos/carteiras		Saldo	
	31.03.2021	31.12.2020	31.03.2021	31.12.2020
Fundos de investimentos e carteiras administradas	236	239	49.931.779	49.493.721

g) Majoração de alíquota - Contribuição Social (CSLL)

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 majorando a alíquota da CSLL das entidades do setor financeiro. Essa MP encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, produzindo efeitos a partir de 01 de julho de 2021 caso seja convertida em lei. O Conglomerado aguardará a conversão da MP 1.034/2021 em Lei para uma análise quanto aos impactos dessa MP nas Entidades Financeiras do Conglomerado, em função das emendas à MP que foram propostas pelo Congresso Nacional.

Esta MP fixa a CSLL em 25% para bancos e 20% para demais entidades do setor financeiro até 31 de dezembro de 2021, retornando para 20% para bancos e 15% para demais entidades do setor financeiro a partir de 01 de janeiro de 2022.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES
a) Oferta Pública Voluntária de Aquisição de Cotas e Emissões dos Fundos de Investimento Imobiliário Securities e Securities III

Em 11 de janeiro de 2021, o Banco Votorantim S.A. (banco BV) comunicou a seus clientes e ao mercado que aprovou o início dos procedimentos para a apresentação de oferta pública voluntária de aquisição da totalidade das cotas (OPAC) de emissão do Fundo de Investimento Imobiliário Securities e do Fundo de Investimento Imobiliário Securities III, administrados e geridos pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., pelo valor patrimonial das cotas dos fundos, na data-base de 31.12.2020, sendo realizada nos termos da Instrução CVM nº 472/2008, do Regulamento de Negociação da B3 e do Manual de Procedimentos Operacionais de Negociação da B3, conforme aplicável.

Em 11 de fevereiro de 2021, o banco BV (ofertante da OPAC) e a XP Investimentos CCTVM S.A. (instituição intermediária da OPAC) protocolaram perante a B3 o Edital da OPAC. Em 12 de março de 2021, a OPAC foi aprovada pela B3, sendo a oferta pública lançada no dia 15 de março de 2021. Até 15 de abril de 2021, a OPAC teve adesão de 99,25% dos quotistas, sendo o montante de R\$1.629.968 já efetivamente liquidado em 19 de abril de 2021. A oferta pública permanecerá vigente até o dia 15 de maio de 2021, data máxima para manifestação dos cotistas remanescentes.

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3
